



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Projeto Pedagógico de Curso



*LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
INCLUSIVA*





UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO



PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

**LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
INCLUSIVA**

TERESINA - 2023



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
COORDENADORIA DE SELEÇÃO E PROGRAMAS ESPECIAIS – CSPE
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR
PROGRAMA NACIONAL DE FOMENTO À EQUIDADE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA -
PARFOR EQUIDADE



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

Projeto Pedagógico do Curso de *Licenciatura em Educação Especial Inclusiva/Modalidade Presencial* da Universidade Federal do Piauí do Piauí (UFPI), *Campus* Ministro Petrônio Portella, a ser implementado junto ao Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, no âmbito do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR EQUIDADE, no primeiro semestre de 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI

REITOR

Prof. Dr. Gildásio Guedes Fernandes

VICE-REITOR

Prof. Dr. Viriato Campelo

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (PROPLAN)

Prof. Dr. Luís Carlos Sales

PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO (PRAD)

Dra. Evangelina da Silva Sousa

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO (PROPESQI)

Prof. Dr. Luiz de Sousa Santos Júnior

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO (PRPG)

Profa. Dra. Regilda Saraiva dos Reis Moreira Araújo

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E CULTURA (PREXC)

Profa. Dra. Deborah Dettmam Matos

PRÓ-REITORA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS (PRAEC)

Profa. Dra. Mônica Arrivabene

PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO (PREG)

Profa. Dra. Ana Beatriz Sousa Gomes

Pró-Reitora de Ensino de Graduação – PREG

Prof. Dr. Eliesé Idalino Rodrigues

Coordenador Geral de Graduação – CGRAD

Profa. Ma. Maria Rosália Ribeiro Brandim

Coordenador Geral de Estágio – CGE

Prof. Me. Francisco Newton Freitas

Coordenador de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular – CDAC

Prof. Dr. Leomá Albuquerque Matos

Diretor de Administração Acadêmica - DAA

Profa. Dra. Rosa Lina Gomes do Nascimento Pereira da Silva

Coordenador de Administração Acadêmica Complementar – CAAC

Prof. Dr. Willian Mikio Kurita Matsumura

Coordenador de Seleção e Programas Especiais – CSPE

Profa. Dra. Maria da Glória Duarte Ferro

Coordenação Institucional do PARFOR

Prof. Dr. Ednardo Monteiro Gonzaga do Monti

Coordenação Adjunto do PARFOR

Prof. Me. Francisco Williams de Assis Soares Gonçalves

Coordenação Adjunto do PARFOR EQUIDADE

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - CCE
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA –
CMPP**

DIRETORA

Profa. Dra. Eliana de Sousa Alencar Marques

COORDENADORA DO CURSO

Profa. Dra. Ana Valéria Marques Fortes Lustosa

**COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO
PEDAGÓGICO ATO DE DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO
Ato da Reitoria n.º 2017/23**

DIRETOR

Profa. Dra. Eliana de Sousa Alencar Marques

VICE-DIRETOR

COORDENADOR DO CURSO

Profa. Dra. Ana Valéria Marques Fortes Lustosa

SUBCOORDENADOR DO CURSO

COMPOSIÇÃO DO COLEGIADO DO CURSO

(ver Regimento Geral da Universidade Federal do Piauí- UFPI)

COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO

(ver Resolução CEPEX/UFPI N.º 278/2011)

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

ATO DE DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO

Ato da Reitoria n.º 2017/23

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

Ana Valéria Marques Fortes Lustosa

Presidente

Lucineide Moraes de Souza

Maria do Socorro Santos Leal Paixão

Maria da Glória Duarte Ferro Silva

Francisco Williams de Assis Soares Gonçalves

Membros

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

MANTENEDORA: Fundação Universidade Federal do Piauí – FUFPI

RAZÃO SOCIAL: Universidade Federal do Piauí

SIGLA: UFPI

NATUREZA JURÍDICA: Pública

CNPJ: 06.517.387/0001-34

ENDEREÇO: *Campus* Universitário Ministro Petrônio Portella – Bairro Ininga s/n, CEP: 64049-550 (ou de *Campi* Fora de Sede)

CIDADE: Teresina ou Picos ou Floriano ou Bom Jesus

TELEFONE: (86) 3215-5511

E-MAIL: scs@ufpi.edu.br

PÁGINA ELETRÔNICA: www.ufpi.br

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

CURSO: Licenciatura em Educação Especial Inclusiva

GRAU: *Licenciatura*

CÓDIGO DO CURSO (INEP): XXXXXX

CRIAÇÃO DO CURSO:

Resolução n. XXX/23 - CEPEX

Publicação: XX/12/2023

TÍTULO ACADÊMICO MASCULINO: Licenciado em Educação Especial Inclusiva

TÍTULO ACADÊMICO FEMININO: Licenciada em Educação Especial Inclusiva

MODALIDADE: Ensino Presencial de formação por Alternância

ÁREA DE FORMAÇÃO: Docência no Atendimento Educacional Especializado - Educação Infantil e Ensino Fundamental

DURAÇÃO DO CURSO:

Mínima: 4 anos

Máxima: 6 anos¹

ACESSO AO CURSO: Cadastro na Plataforma Freire (<https://freire.capes.gov.br/>) e seleção, conforme as regras do PARFOR EQUIDADE e demais critérios estabelecidos em Edital específico da UFPI

REGIME LETIVO:

Bloco (Disciplinas ofertados semestralmente no período de férias dos professores da rede pública da educação básica e/ou das redes de formação por alternância (janeiro/fevereiro e julho)

¹ Para alunos público-alvo da educação especial, acrescentar até 50% do prazo máximo de permanência no curso.

TURNOS DE OFERTA: Integral

MUNICÍPIOS DE REALIZAÇÃO: Florianópolis, Luzilândia, Picos, Uruçuí e Teresina,

VAGAS AUTORIZADAS e-MEC:

200 vagas por semestre e 40 vagas por turma, conforme cadastro na Plataforma Freire e de acordo com Edital específico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

OFERTA DO CURSO

SEMESTRE LETIVO	TURNOS	VAGAS
1º SEMESTRE	Integral	200
2º SEMESTRE	Integral	200

ESTRUTURA CURRICULAR

Ano/Período de implantação	Carga horária por Período Letivo		
	Mínima	Média	Máxima
2024/1º semestre	180h/ 12c	315h/21c	435h/29c

QUADRO-SÍNTESE - CARGA HORÁRIA/CRÉDITO/HORA-AULA

COMPONENTE CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	QUANTIDADE DE CRÉDITOS
Disciplinas Obrigatórias (A)	2.340 h	156
Disciplinas Optativas (B)	120 h	8
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) (C)	120 h	8
Estágio Supervisionado Obrigatório (D)	405 h	27
Atividades Complementares – AC (E)	200h	-
Atividades Curriculares de Extensão - ACE (F = 10% de G)	405h	27
Carga Horária Total (A+B+C+D+E+F = G)	3. 590 h	226

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	13
1	INTRODUÇÃO	19
1.1	Justificativa	21
1.2	Contexto regional e local	25
1.3	Histórico e estrutura organizacional da UFPI	28
1.4	Instalações administrativas e acadêmicas	39
1.5	Órgão suplementar biblioteca comunitária	41
1.6	Laboratórios	42
2	CONCEPÇÃO DO CURSO	44
2.1	Princípios curriculares e especificidades do Curso	44
2.2	Objetivos do curso	45
2.3	Perfil do Egresso	46
2.4	Competências e Habilidades	48
2.5	Perfil do corpo docente	49
3	PROPOSTA CURRICULAR	54
3.1	Estrutura e organização curricular	54
3.2	Matriz curricular	61
3.1.1	Prática como componente curricular - PCC	66
3.3	Fluxograma do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva – PARFOR EQUIDADE / UFPI	68
3.4	Estágio supervisionado e atividades complementares	69
3.3.1	Estágio Supervisionado Obrigatório	69
3.3.2	Atividades Complementares	70

3.3.3	Atividade Curricular de Extensão	76
3.3.3.1	<i>Regulamento das Atividades Curriculares de Extensão</i>	76
3.3.4	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC	78
3.4	Metodologia	81
3.4.1	Pedagogia da Alternância	82
4	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	84
4.1	Políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão	84
4.1.1	Para ensino de graduação	84
4.1.2	Para pesquisa e inovação	85
4.1.3	Para extensão e cultura	85
4.2	Apoio ao discente	86
5	SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO	88
5.1	Da aprendizagem	88
5.2	Avaliação do PPC e do Curso	90
6	EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS	92
6.1	Disciplinas Obrigatórias	92
6.2	Disciplinas optativas	136
7	INFRAESTRUTURA FÍSICA	141
7.1	Instalações e equipamentos	141
7.2	Recursos humanos	142
7.3	Biblioteca	142
8	DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	143
8.1	Equivalência entre projetos pedagógicos	143
8.2	Cláusula de vigência	143

REFERÊNCIAS	144
APÊNDICES	147
APÊNDICE A - Imagens das Rodas de Diálogo para a escuta qualificada dos participantes	148
ANEXOS	149
ANEXO A - Manifestação de interesse com diagnóstico acerca das necessidades formativas locais	150

APRESENTAÇÃO

Este documento contém o **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva** no âmbito da Universidade Federal do Piauí (UFPI), com vistas a atender ao Edital Nº 23/2023 que lança o Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR EQUIDADE) pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e apresenta os elementos que estruturam o funcionamento do curso: componentes curriculares, o perfil do egresso, profissional a ser formado considerando a qualidade do ensino e uma formação crítica e reflexiva voltada para uma sociedade democrática.

O curso será executado a partir do segundo semestre de 2024 pelo Programa Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR) implementado na UFPI desde 2010 com reconhecida relevância local e nacional na formação de docentes que têm contribuído, sobremaneira, no fortalecimento da Educação Básica. Esta proposta objetiva preencher uma lacuna na formação de professores na área de Educação Especial, tendo em vista a ausência de professores especialistas em nível de graduação e demanda da sociedade e dos professores por essa formação.

Neste documento, a Educação Especial é compreendida como modalidade de educação escolar, oferecida na rede regular de ensino, para educandos público-alvo desta área de conhecimento, nos termos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008). A inclusão, por sua vez, é aqui entendida como a garantia, a todas as pessoas, de “acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida” (Brasil, 2001, p. 8).

A UFPI considera que a construção de uma sociedade inclusiva é um processo imperativo para o desenvolvimento e a manutenção de um Estado democrático e passa, necessariamente, pela implementação de um projeto de educação cidadã que valorize a diversidade e respeite as diferenças dos alunos, assegurando que a dignidade humana e os direitos de igualdade de oportunidades sejam respeitados.

Nessa perspectiva, e em atenção aos princípios e ações que norteiam a Educação Especial Inclusiva, a implantação do curso proposto está fundamentada no diálogo que vem sendo construído nos últimos 20 anos com as secretarias de educação, representantes de

entidades da sociedade civil e organizações governamentais e não governamentais que atuam na defesa dos Direitos Humanos das pessoas com deficiência no estado do Piauí.

No processo de construção do projeto formativo do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, foram realizadas diversas *rodas de diálogo* (conforme imagens constantes no APÊNDICE A), além de reuniões técnicas de trabalho, promovidas pela Coordenação Institucional do PARFOR/UFPI, conjuntamente com os integrantes da comissão de elaboração deste projeto pedagógico.

As *rodas de diálogo* para a escuta qualificada dos participantes foram orientadas por questões norteadoras, tais como: *Qual a formação superior necessária para as pessoas público-alvo da Educação Especial do Piauí? O que não pode faltar em um Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva? Qual o professor ideal para atuar na Educação Especial Inclusiva? Qual deve ser o diferencial de um Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva para torná-lo inovador?*

Apesar de terem ocorrido remotamente², as *rodas de diálogo* promoveram o aprendizado coletivo a partir do compartilhamento de experiências, fornecendo elementos importantes para a feitura do projeto pedagógico, notadamente, em relação aos objetivos, aprendizagens fundamentais, perfil profissional, metodologia e organização curricular do curso.

Na elaboração deste PPC foram acolhidas manifestações e contribuições provenientes da ampla participação de representantes das seguintes entidades e organizações: **Associação dos Amigos dos Autistas (AMA), Ordem dos Advogados do Brasil/Seção Piauí (OAB-PI), Centro Integrado de Educação Especial (CIES), Gerência de Educação Inclusiva da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Teresina (SEMEC – The), Núcleo de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/S), Sociedade Pestalozzi do Piauí, Secretaria Municipal de Educação de Uruçuí-PI, Secretaria Municipal de Educação de Currais, Secretaria Municipal de Educação de Batalha, Secretaria Municipal de Educação de Piripiri, Secretaria Municipal de Educação de Luzilândia, Secretaria Municipal de Educação de Floriano.**

Como resultado das discussões desenvolvidas nos encontros, houve expressiva manifestação de interesse por parte das secretarias de educação e das entidades do Piauí pela oferta do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva pela UFPI em face do grande alcance social do PARFOR EQUIDADE e tendo em conta o reconhecimento do compromisso da nossa instituição (guardião maior da educação no nosso estado), com um projeto de sociedade

² Em virtude dos prazos exíguos e das longas distâncias entre as comunidades quilombolas, os encontros foram realizados de forma remota, por mediação tecnológica, através da plataforma *Google Meet*.

mais igualitária e inclusiva, pautado por parâmetros de mérito e qualidade acadêmica em todas as suas áreas de atuação. Os documentos contendo manifestação de interesse acompanhados do diagnóstico acerca das necessidades locais quanto à formação de professores e/ou do público de demanda social passaram a balizar e orientar a análise da demanda para fins de mapeamento dos municípios e das vagas a serem ofertadas para o curso proposto, conforme Anexo A.

De tal modo, a construção deste documento é resultado do esforço conjunto e do diálogo desenvolvido no âmbito institucional da UFPI com entidades e secretarias de educação e materializa os anseios da sociedade piauiense por uma educação pública, gratuita, de qualidade equitativa e inclusiva.

Isto posto, o Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva deve ser compreendido como parte das políticas afirmativas da UFPI, haja vista que o seu projeto formativo, orientado por uma concepção inclusiva de educação e fundado nos princípios da preservação da dignidade humana, da busca da identidade, e do exercício da cidadania, incitará diálogos, questionamentos e análises críticas das estruturas sociais e das relações que geram exclusão, injustiça e desigualdades sociais, possibilitando a compreensão crítica da diversidade humana, a aceitação das diferenças individuais e a ruptura dos padrões dominantes (Brasil, 2001), aspectos centrais da Educação Especial.

A UFPI propõe a criação do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva no âmbito do PARFOR EQUIDADE em consonância com a Lei nº 9.394, de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e com as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, na forma da Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001 e da Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009, respectivamente.

A elaboração desse PPC também está em conformidade com os principais documentos oficiais que trazem as diretrizes da política de formação de professores em exercício na Educação Básica e na Educação Especial, com a legislação específica que regulamenta o PARFOR, e, de forma complementar, segue também a legislação interna da IES. Fundamenta-se nas orientações provenientes da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG), por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular (CDAC) e da Coordenadoria de Avaliação e Estatística (CAE) da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento

(PROPLAN), e a sua organização didático-pedagógica, atendendo às disposições da Resolução CEPEX/UFPI nº 220/2016³, está estruturada em oito seções.

Na **primeira seção**, justificamos a necessidade social e institucional para a implantação do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva na UFPI no âmbito do PARFOR EQUIDADE para atender as demandas advindas do avanço do conhecimento e da tecnologia e também das necessidades prementes das pessoas com deficiência do Piauí. Ressaltamos a importância da formação dos professores para o ensino na diversidade para a efetivação de um projeto de educação para a equidade e inclusão. Concluímos com um breve diagnóstico socioeducacional sobre a Educação Especial no Piauí, contextualizando a larga experiência da UFPI na realização de atividades acadêmicas de formação de professores e demais ações voltadas para a inclusão de pessoas com deficiência, ao longo de quase 20 anos, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação.

Na **segunda seção**, apresentamos a concepção do curso fundada nos princípios curriculares norteadores descritos em conformidade com o PDI/UFPI 2020-2024, os objetivos gerais do curso, que guardam coerência com o perfil profissional do egresso, as competências e habilidades, descritas de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, instituídas pela Resolução CNE/CP n. 2/2019 e com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, instituídas pela Resolução CNE/CEB nº 2/2001, além do perfil do corpo docente.

Na **terceira seção**, apresentamos a estrutura e a organização curricular, a concepção de prática como componente curricular (específico para cursos de licenciatura), o fluxograma do curso e a síntese de sua composição, além de versarmos sobre as ações de estágio supervisionado obrigatório, as atividades complementares, as atividades curriculares de extensão e a maneira como pretendemos desenvolver o trabalho de conclusão no curso. Finalizamos com a apresentação da metodologia assumida quanto ao processo de ensino-aprendizagem inspirada na Pedagogia da Alternância, enquanto dinamismo didático-metodológico de tempos, espaços e saberes (Tempo Universidade e Tempo Escola/Comunidade) que possibilita pensar processos educativos inovadores no atendimento às pessoas com deficiência, inclusive com “itinerâncias formativas” em que a universidade se desloca até a escola e a comunidade, com maiores oportunidades de atender a um princípio

³ Define as diretrizes curriculares para formação em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica na UFPI.

constitucional básico que é o direito a aprendizagem e a educação como um bem comum e prerrogativa de todos.

Na **quarta seção**, elencamos as políticas institucionais e as estratégias para inclusão de estudantes em atividades de ensino, pesquisa, inovação e extensão que são propostas pelo PDI/UFPI (2020-2024), voltadas para a promoção de oportunidades de ensino e aprendizagem. Também, apresentamos, sumariamente, o modo de atenção ao discente sustentado em ações propostas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC) em articulação com a Coordenação do Curso.

Na **quinta seção**, são apontados o modo como a avaliação da aprendizagem será realizada, considerando-se os ditames da Resolução CEPEX/UFPI nº 177/2012, que regulamenta as normas de funcionamento dos cursos de graduação da UFPI, bem como nas regulamentações próprias do PARFOR, com a função de orientar o professor na elaboração da sistemática de avaliação da disciplina sob a sua responsabilidade, assim como são indicados os caminhos para a constante avaliação do Projeto Pedagógico do Curso.

A **sexta seção** apresenta o ementário, a bibliografia básica e complementar de todos os componentes curriculares obrigatórios e das disciplinas optativas do curso, com destaque para as produções de autores que se dedicam à área da Educação Especial e assumem a luta pelo direito do público da educação especial à educação, direito historicamente negado, e pela defesa de uma educação inclusiva e diferenciada, que contemple as especificidades desse segmento, dívida social a ser resgatada.

A **sétima seção** dá conta de apresentar a capacidade técnico-operacional plena da UFPI para a oferta do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva com a contrapartida de corpo docente qualificado, infraestrutura física e instalações acadêmicas, incluindo as ações do Núcleo de Acessibilidade da UFPI (NAU) e do Núcleo de Estudos em Educação Especial e Inclusiva (NEESPI), bibliotecas (setorial e comunitária) com acervo bibliográfico atualizado e em quantidade proporcional à quantidade de cursistas, brinquedoteca, laboratórios de informática, além de equipamentos e outros espaços didáticos especializados do Centro de Ciências da Educação (CCE), unidade acadêmica do *campus* sede da UFPI à qual o curso está vinculado.

Por fim, na **oitava seção**, apresentam-se as disposições transitórias e, em seguida, são elencadas as referências bibliográficas com a indicação do material consultado para elaboração deste PPC, de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

A proposta de implantação do curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva da UFPI no âmbito do PARFOR EQUIDADE se configura como espaço legítimo de reafirmação

da nossa posição na defesa irrestrita do estado democrático de direito como condição política indispensável à construção de uma educação como direito de cidadania, comprometida, portanto, com políticas públicas e ações de inclusão e redução das desigualdades sociais, de modo a promover uma vida digna a todos os cidadãos e cidadãs brasileiras.

1 INTRODUÇÃO

O contexto brasileiro tem vivenciado desde a Constituição Federal de 1988 uma busca por garantia de educação de qualidade equitativa e inclusiva, ampliada na década de 1990 em função de uma agenda mundial que propõe políticas de inclusão educacional protagonizadas por organismos multilaterais como o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Entre as ações definidas por essas agências estão a Conferência Mundial sobre a Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, em Jomtien, na Tailândia, em 1990, reiterada em 1993 pela Conferência de Nova Delhi e a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: acesso e qualidade, promovida pelo governo espanhol e a UNESCO, que resultou na conhecida Declaração de Salamanca (1994), marco fundante das políticas educacionais inclusivas, da qual o Brasil é signatário.

Em função dessas Declarações, observa-se no país reformas no sistema educacional brasileiro em todos os níveis voltadas para a garantia do acesso e permanência de todos nas escolas regulares, resultando na instituição de Diretrizes Curriculares Nacionais, obrigatoriedade da matrícula, avaliações nacionais do rendimento escolar, definição da idade de ingresso, duração dos níveis de ensino, critérios para a escolarização dos alunos do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) (Pletsch, 2022).

Em consonância com essas mudanças, em 1996 o Brasil aprovou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96) que pela primeira vez dedicou um capítulo específico à Educação Especial, no qual prevê currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender as necessidades desse segmento e define em relação à formação docente, dois tipos de professores, os com especialização em nível médio ou superior para atendimento especializado e os capacitados que atuariam no ensino regular. No entanto, houve críticas por parte de alguns estudiosos ao artigo 58 que definia que o ensino do PAEE poderia ocorrer “preferencialmente” na rede regular, em clara oposição aos princípios da inclusão.

Outras declarações internacionais que subsidiam a inclusão escolar são: a Convenção da Guatemala (2001) que visava eliminar todas as formas de discriminação; a Declaração Internacional de Montreal sobre a Inclusão (2001) que buscava a implementação do desenho acessível e inclusivo de ambientes, produtos e serviços; Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (PcD) realizada em Nova Iorque em 2007 que propõe além da defesa dos

direitos das PcD, a mudança do modelo médico para o social e a acessibilidade. No âmbito brasileiro, os seguintes documentos também contribuíram para a perspectiva inclusiva: a Resolução N° 02/2001 que estabelece as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica que regularizou os termos Educação Inclusiva e “necessidades educacionais especiais”, regulamentou nos sistemas de ensino a organização e a função da Educação Especial em suas distintas modalidades de atendimento, definiu as atribuições do professor especialista e do capacitado, propôs a flexibilização e adaptação curricular; Lei n° 10.436 de em 2002, regulamentada posteriormente pelo Decreto n° 5.626/05 que oficializou a obrigatoriedade da Língua Brasileira de Sinais (Libras) nos currículos dos cursos de formação de professores para o exercício do magistério em nível médio e superior e nos cursos de Fonoaudiologia.

Por fim, um dos documentos mais relevantes da política de Educação Especial, válido até hoje, é a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva - PNEEPEI (2008) que define o Público-Alvo da Educação Especial como os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação com o intuito de assegurar sua inclusão escolar, além de orientar os sistemas de ensino para oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; a transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; articulação intersetorial na implementação das políticas públicas; acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino e participação da família e da comunidade. Em novembro de 2023 foi lançado o Plano de Afirmção e Fortalecimento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI).

Em decorrência da PNEEPEI, ainda em 2008, foi implementado o Decreto n°. 6.571 que orientou os sistemas públicos de ensino dos estados, do Distrito Federal e dos municípios sobre o apoio técnico e financeiro destinado ao atendimento educacional especializado aos alunos público-alvo da Educação Especial, matriculados na rede pública. Esse Decreto foi posteriormente revogado pelo Decreto 7.611 de 2011 que dispõe sobre a Educação Especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

No que diz respeito ao atendimento educacional especializado, em 2009 foi instituída a Resolução n° 4 que estabelece as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, que tem como função “complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para a sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem” (Brasil, 2009).

Em 2015 foi aprovada a Lei 13.146, Lei Brasileira de Inclusão (LBI) ou Estatuto da Pessoa com deficiência que visa “assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (Brasil, 2015). O estatuto define a pessoa com deficiência e aponta a avaliação biopsicossocial como aspecto central, devendo ser realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar. Além disso, dispõe sobre a acessibilidade, o desenho universal, a tecnologia assistiva, especificando as distintas barreiras que devem ser ultrapassadas para garantia dos direitos e introduz a terminologia Profissional de Apoio Escolar, fazendo a distinção deste com atendente pessoal e acompanhante.

1.1 Justificativa

A criação de um Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva se ampara em dados estatísticos expressos no Resumo Técnico (2023) elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), com base no Censo Escolar, no qual se observa que:

O número de matrículas da educação especial chegou a 1,8 milhão em 2023, um aumento de 41,6% em relação a 2019. O maior número está no ensino fundamental, que concentra 62,9% dessas matrículas. Quando avaliado o aumento no número de matrículas entre 2019 e 2023, percebe-se que na educação infantil houve acréscimo de 193% nas matrículas de creche e de 151% nas de pré-escola (p.50).

Observa-se no documento um aumento gradual do percentual de alunos com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades matriculados em classes comuns na maioria das etapas de ensino, pois com exceção da EJA, as demais etapas da educação básica apresentam mais de 90% de alunos incluídos em classes comuns em 2023. A maior proporção de alunos incluídos ocorreu no ensino médio, com inclusão de 99,5%. A maior proporção de alunos incluídos, entre 2019 e 2023, ocorreu na educação infantil, um acréscimo de 4,8 p.p. No que diz respeito ao atendimento educacional especializado, nota-se que houve um aumento no percentual de alunos com acesso a esse serviço (42%) (Inep/Censo Escolar, 2024).

No estado do Piauí, considerando o percentual de alunos de Educação Especial

incluídos em classe comum, por etapa de ensino, constata-se que na Educação Infantil e Ensino Médio estes estão 100% incluídos, mas no Ensino Fundamental o percentual é 99,1%. Esse fato reforça a necessidade do Curso de Licenciatura com o intuito de formar professores qualificados para atender a esse segmento (Dados do Censo Escolar/Inep, 2022).

Segundo dados da Secretaria Municipal de Educação de Teresina, existem 4.687 alunos PAEE matriculados, destes, 700 alunos da Educação Infantil, 3.933 alunos do Ensino Fundamental e 54 da EJA, nas 321 unidades educacionais (GED/SEMEC/PMT, 2022). Somente 70 escolas dentre as 321 existentes, possuem Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) divididas da seguinte forma: 62 em escolas municipais e oito em Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) nas zonas urbana e rural. Desse total, apenas 1.311 alunos estão sendo atendidos nas SRM, dos quais 174 na Educação Infantil, sendo 42 alunos em creches e 132 na pré-escola, e no Ensino Fundamental, frequentam as SRM 1.137 alunos, dos quais 797 estão nos anos iniciais e 340 nos anos finais (Santos, 2022). Diante dos dados expostos, nota-se que um número expressivo de alunos não está sendo atendido pelo AEE.

No caso da rede estadual de ensino, informação divulgada no site da SEDUC existem “165 salas de atendimento especializado instaladas nas escolas da rede estadual de Educação, atendendo mais de 1.400 estudantes com deficiência matriculados nas escolas da Secretaria de Estado da Educação (Seduc)”. Existem 6 Centros de Atendimento Especializados e a SEDUC apoia o trabalho de 30 ONGs que atendem a esse público.

A proposta do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva da Universidade Federal do Piauí está fundamentada em uma perspectiva histórico-cultural, que concebe o homem como sujeito social, ativo, produto e produtor do contexto no qual se insere. Nesse sentido, parte-se de uma visão crítica de deficiência que supera as concepções organicistas, naturalizantes e individualizantes, as quais contribuíram para o isolamento, estigmatização e negação dos direitos fundamentais da pessoa humana. Além disso, o curso tem por base o modelo social da deficiência e fundamenta-se na perspectiva do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) e na Acessibilidade, esta conforme preconiza a Lei Brasileira de Inclusão que a define como um princípio.

Nesse contexto, a criação do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva pode amenizar a lacuna no âmbito da formação de professores no estado do Piauí, o que tem levado a uma precarização do atendimento do Público-Alvo da

Educação Especial na escola, não assegurando o direito a educação.

No âmbito da Universidade Federal do Piauí, o curso pode contribuir para atender a demanda da comunidade universitária, assim como da sociedade por ela assistida considerando os dados acima apresentados e a necessidade evidenciada por eles de uma formação específica que propicie educação de qualidade para o Público-alvo da Educação Especial. Outro aspecto a ser ressaltado é a queixa recorrente entre os professores da Educação Básica de que não se sentem preparados para atuar com esse segmento. Nesse sentido, a universidade pode contribuir, de forma efetiva, para minimizar essa problemática.

Na atualidade, os avanços na área da Educação Especial têm propiciado novas possibilidades de ensino para estudantes PAEE a partir de tecnologias inovadoras, como a Tecnologia Assistiva, assim como observa-se um avanço no conhecimento referente às práticas, aos recursos, às estratégias e no que diz respeito às especificidades de cada grupo. Enfatiza-se que a perspectiva inclusiva, prioritária desde a década de 1990, vem se estabelecendo com mais força nos últimos anos, de modo que esses educandos vêm se inserindo cada vez mais em todos os níveis da educação, criando demandas em relação ao mercado e a sociedade.

Em função dessa exposição, reitera-se a necessidade urgente da criação do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva como forma de sanar os problemas apresentados e de garantir escolarização com participação efetiva e sucesso para esses estudantes e formação adequada para os professores da Educação Básica.

A UFPI, durante algum tempo, manteve-se distante das questões que envolvem a Educação Especial por diferentes razões, tais como o reduzido número de docentes atuando na área, a precariedade do acervo bibliográfico da Biblioteca Central, as limitações financeiras da Instituição, bem como a distância geográfica dos centros produtores de recursos materiais e formadores de recursos humanos destinados a atenção ao PAEE. Entretanto, com a criação do Núcleo de Estudos em Educação Especial e Inclusiva - NEESPI, em setembro de 2004, foi possível vislumbrar um quadro diferente daquele até então descrito. Por intermédio dos seus membros e com o apoio institucional desta IFES e do Ministério da Educação, o NEESPI realizou algumas ações que visavam atender às demandas da sociedade e da comunidade universitária interessada nessas questões, tais como a oferta de cursos em Braille e Libras para os estudantes das Licenciaturas e a realização de seminários no âmbito dessa IFES.

Atualmente, a UFPI vem desenvolvendo trabalhos na área de Educação Especial tanto a partir do Núcleo de Acessibilidade da UFPI (NAU) quanto do Núcleo de Estudos em Educação Especial e Inclusiva (NEESPI). Desde que o Ministério da Educação implementou o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir) em 2005, o NEESPI já participou de processos seletivos tendo sido contemplado naquele ano com o Projeto “Universidade Inclusiva: uma realidade possível e necessária”; em 2006, com o Projeto “Universidade inclusiva em construção” e, em 2007, com o Projeto “Acessibilidade na UFPI: superando obstáculos”, sendo que este último pretendia a implantação do Núcleo de Acessibilidade na UFPI – NAU, o que não foi possível realizar naquele período, pois as condições só permitiram que fosse instituído em 2014. Em termos de recursos, a aprovação das propostas permitiu a obtenção de cerca de R\$ 200.000,00, investidos em melhorias para esse segmento da população piauiense presente no campus Ministro Petrônio Portela, na forma de cursos, aquisição de equipamentos, entre outras ações.

O NAU destina-se a garantir que ocorra, de forma gradativa, a redução das barreiras atitudinais, de comunicação e de ordem pedagógica que emperram o desenvolvimento acadêmico e pessoal dos educandos PAEE. Neste sentido, considera-se que seu principal objetivo é fornecer o Atendimento Educacional Especializado (AEE), de modo a minimizar as dificuldades que estes enfrentam, a partir da oferta dos seguintes serviços: Atendimento pedagógico; Atendimento psicológico e trabalho conjunto com a família desses educandos (Assistência Social).

O Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) é um dos que vem formando pessoas na UFPI através de cursos de Mestrado e Doutorado, tendo já sido defendidas 32 dissertações e 10 teses na área de Educação Especial somente nesse programa. No âmbito da graduação, distintos trabalhos de conclusão de cursos têm sido defendidos, tendo em vista que os professores mais procurados são aqueles que atuam nessa área. Além disso, a difusão do conhecimento acerca das questões pertinentes a esse campo a partir de palestras, cursos de curta duração, artigos publicados em periódicos, livros e capítulos de livros.

A UFPI, na pessoa de seus dirigentes, vem realizando ações efetivas com vistas a melhorar a qualidade de vida desses indivíduos, ainda que de modo escasso e em menor proporção do que seria desejável, tendo em vista os limites orçamentários, como é o caso da criação de uma sala para atender ao aluno com deficiência visual na Biblioteca Central e a destinação de bolsas a alunos que acompanham o PAEE nas atividades na

graduação, além da construção de banheiros adaptados nos distintos Centros.

Nesse sentido, quer-se enfatizar o esforço que vem sendo empreendido para alterar as condições insatisfatórias existentes. Ainda a esse respeito, faz-se necessário ressaltar as ações que estão sendo efetivadas com vistas a possibilitar o acesso à UFPI pelas pessoas com deficiência auditiva, as quais ainda não integravam o corpo discente desta IFES, as quais foram contempladas com o Curso de Licenciatura em Letras/Libras.

1.2 Contexto regional e local⁴

O Piauí é o terceiro maior estado da Região Nordeste do país em área territorial (251.611.929 km²). O estado faz fronteira com cinco estados brasileiros: Bahia, a sul e sudeste; Tocantins, a sudoeste; e Maranhão, a oeste; Ceará e Pernambuco, a leste e ao norte, é delimitado pelo Oceano Atlântico.

De acordo com o IBGE (2010), o Piauí possui características socioeconômicas, ambientais e culturais distintas da média do país e ecossistema exclusivo em relação a outros territórios. Do ponto de vista físico, o território piauiense constitui-se numa área homogênea, apresentando características do Planalto Central, pela presença de características dos cerrados; da Amazônia, pelo tipo de clima e caudais fluviais perenes; e do Nordeste semiárido, pelos cursos de água intermitentes. Juntamente com o Maranhão forma uma região independente denominada Meio-Norte ou Nordeste Ocidental.

De acordo com último censo demográfico (2022), a população do Piauí totaliza mais de três milhões de habitantes (3.269.200), tendo crescido 4,81% em 12 anos em relação ao censo de 2010. O estado possui uma densidade demográfica de 12,99 habitantes por quilômetro quadrado e é o estado menos povoado do Nordeste.

O estado do Piauí está dividido em 4 mesorregiões e 15 microrregiões, divididos em 224 municípios, sendo os mais populosos: Teresina, Parnaíba, Picos, Piripiri, Floriano, Campo Maior, Barras, União, Altos, Esperantina, Pedro II, José de Freitas, Oeiras, São Raimundo Nonato. Parnaíba, Poti, Canindé, Piauí e São Nicolau são os rios mais importantes e todos eles pertencem à bacia do rio Parnaíba. Possui clima tropical e semiárido.

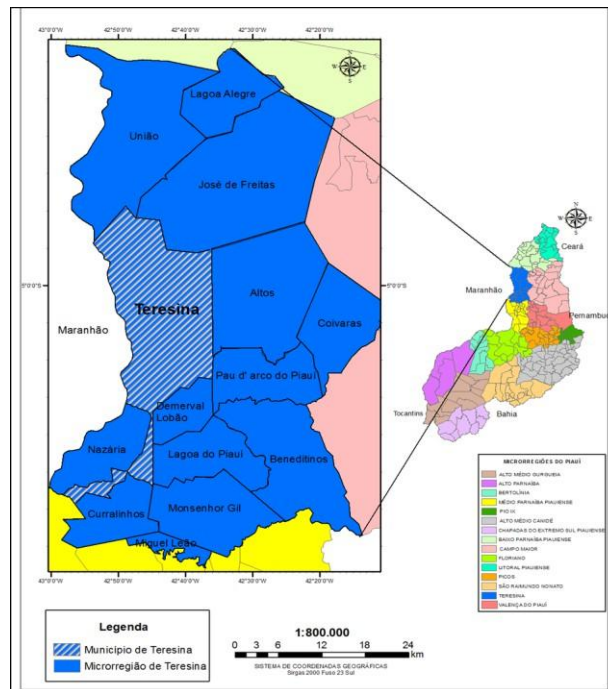
⁴ Parte deste documento foi adaptado do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia do PARFOR/UFPI, aprovado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 365, de 30 de setembro de 2022, elaborado pelas professoras Maria da Glória Duarte Ferro e Maraisa Lopes, com a expressa autorização das autoras.

Figura 1 – Mesorregiões geográficas piauienses



Fonte: IBGE (2010).

Figura 2 – Microrregiões geográficas piauienses, com destaque para Teresina



Fonte: IBGE (2013). CEPRO (2005).

O relevo piauiense abrange planícies litorâneas e aluvionares, nas faixas às margens do rio Parnaíba e de seus afluentes, que permeiam a parte central e norte do Estado. Ao longo das fronteiras com o Ceará, Pernambuco e Bahia, nas chapadas de Ibiapaba e do Araripe, a leste, e da Tabatinga e Mangabeira, ao sul, encontram-se as maiores altitudes da região, situadas em

torno de 900 metros de altitude. Entre essas zonas elevadas e o curso dos rios que permeiam o Estado, a exemplo do Gurguéia, Fidalgo, Uruçuí Preto e o Parnaíba, encontram-se formações tabulares, contornadas por escarpas íngremes, resultantes da ação erosiva das águas.

Em decorrência de sua posição, o Estado do Piauí caracteriza-se, em termos fisiográficos, como uma típica zona de transição, apresentando, conjuntamente, aspectos do semiárido nordestino, da pré-Amazônia e do Planalto central do Brasil.

Diversas etnias indígenas, como Tremembés, Tabajaras, Timbiras, Gueguês, Acroás, Jaicós e Pimenteiras habitavam, originalmente, o Piauí, mas a partir do século XVII colonizadores europeus chegaram principalmente da Bahia, em busca de pastagens para expandir suas criações de gado. A província pertencia à Bahia e em 1718 passou a fazer parte do Maranhão. Somente em 1811, o príncipe Dom João VI promoveu o Piauí à categoria de capitania independente. A capital escolhida foi a cidade de Oeiras, que fica situada na Mesorregião Sudeste Piauiense, na Microrregião de Picos.

Após a independência do Brasil, o Piauí continuou sendo colônia de Portugal, a exemplo de outras províncias. Apenas em 1823, na batalha denominada do Jenipapo, piauienses, cearenses e maranhenses em conjunto lutaram pela independência, enfrentando as tropas portuguesas, comandadas pelo Major João José da Cunha Fidié. A batalha ocorreu na atual cidade de Campo Maior, no estado do Piauí. Em 16 de agosto de 1852, 41 anos depois de o Piauí virar uma capitania independente, o governo provincial transferiu a capital do estado para Teresina.

As principais atividades econômicas do estado são a indústria - química, têxtil, e de bebidas-, a agricultura, com as culturas de algodão, arroz, cana-de-açúcar e mandioca. O estado encontra-se em franca expansão do agronegócio, com expressiva produção de grãos, com destaque para soja e milho. Na pecuária, destacam-se a criação de bovinos e caprinos e a produção do mel de abelhas (apicultura), sendo o Piauí um dos principais produtores nacionais.

Em comparação com outros estados, o Piauí é o 18º estado mais populoso com 12,99 habitantes/km². Em termos educacionais, o estado do Piauí tem 459.871 matrículas efetivadas no Ensino Fundamental e 132.544 no Ensino Médio e ocupa a 12ª posição no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB (5,3 nos anos iniciais e 4,8 nos anos finais do Ensino Fundamental (Inep, 2021). Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Piauí apresenta o índice de 0,69, na 25ª colocação, à frente apenas do Maranhão e Alagoas.

Em 2021, considerando o rendimento médio de todos os trabalhos, as pessoas ocupadas nas Regiões Norte e Nordeste recebiam, respectivamente, 75,2% e 68,9% do correspondente a média nacional. Em 2022, no Piauí a renda média mensal era de R\$ 1.806), ficando em sexto

lugar entre as Unidades da Federação que apresentaram os menores rendimentos médios mensais. Em relação à força de trabalho subutilizada, o Piauí está em 2º lugar no ranking nacional. Observa-se, contudo, que em relação ao número de jovens que não estuda nem trabalha, o estado está na 15ª posição. Quanto à proporção de pessoas com rendimento domiciliar per capita abaixo de US\$ 1,90 PPC, o Piauí está em 8º lugar, entretanto, quando o cálculo utiliza o valor de US\$ 5,50 PPC o estado passa a ter 40% da sua população na linha de pobreza (IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021). O Piauí também é uma das Unidades da Federação que apresenta grande percentual de trabalhadores em ocupações informais.

Ao observar-se os indicadores sociais citados, o Piauí figura como um dos estados que apresenta um dos cenários menos favorável nos aspectos socioeconômicos quando comparado com as médias nacionais. Ainda que tenha havido redução na taxa e pobreza no país de 38,2% em 2021 para 33% em 2022, o Piauí ainda está entre os nove estados com taxa de pobreza acima de 50% (50,4%) (IBGE, 2022).

Com base no quadro descrito, ressalta-se a importância da Universidade Federal do Piauí (UFPI) que pode atuar no desenvolvimento humano, social, científico, tecnológico da sociedade promovendo mudanças significativas com vistas a alterar tais indicadores.

1.1 Histórico e estrutura organizacional da UFPI e do Curso

A Universidade Federal do Piauí foi instituída sob a forma de Fundação, por meio da Lei Federal Nº 5.528, de 12 de novembro de 1968, publicada no Diário Oficial da União em 14 de novembro de 1968. Originou-se da junção de algumas faculdades isoladas até então existentes no Piauí: Faculdade de Direito do Piauí, Faculdade de Medicina do Piauí, Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, Faculdade de Enfermagem e Odontologia do Piauí, de Teresina, e Faculdade de Administração do Piauí, de Parnaíba.

A UFPI é uma Instituição de Educação Superior, de natureza federal, mantida pelo Ministério da Educação, por meio da Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), com sede e foro na cidade de Teresina, possuindo três outros campi sediados nas cidades de Picos (Campus Senador Helvídio Nunes de Barros), Bom Jesus (Campus Prof.^a Cinobelina Elvas) e Floriano (Campus Amílcar Ferreira Sobral). Até 2018, fazia parte, também, da UFPI o Campus Ministro Reis Velloso, no município de Parnaíba, o qual foi desmembrado, através da Lei n. 13.651 de 11 de abril de 2018, para formar a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr).

O Decreto n. 72.140, de 26 de abril de 1973, publicado no DOU de 27 de abril de 1973 aprovou seu primeiro Estatuto que sofreu alterações posteriormente com as Portarias: MEC n. 453, de 30 de maio de 1978, publicada no DOU de 02 de junho de 1978 e MEC n. 180, de 05 de fevereiro de 1993, publicada no DOU de 08 de fevereiro de 1993). Sua adaptação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 (BRASIL, 1996), foi autorizada pela Resolução Consun n. 15, de 25 de março de 1999 e pelo Parecer n. 665/95, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE), aprovados pela Portaria MEC n. 1.225, de 30 de julho de 1999, publicada no DOU n. 147-E, de 03 de agosto de 1999.

Atualmente, o Regimento Geral da UFPI, adaptado à LDB de 1996 (BRASIL, 1996), a partir da Resolução do Consun n. 45, de 16 de dezembro de 1999 foi alterado pela Resolução n. 21, de 21 de setembro de 2000. Com relação ao Estatuto da Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), registra-se sua aprovação pela Portaria MEC nº 265, de 10 de abril de 1978 e alterado, posteriormente, pela Portaria MEC n. 180, de 05 de fevereiro de 1993, publicada no DOU de 08 de fevereiro de 1993 (PDI/2020-2024).

De acordo com seu Estatuto, a UFPI é administrada pelo Conselho Diretor (CD), presidido pelo Reitor da UFPI (Presidente da Fundação) e constituído por mais 07 (sete) membros e seus respectivos suplentes, escolhidos dentre pessoas de ilibada reputação e notória competência, sendo 02 (dois) de livre escolha do Presidente da República, 01 (um) indicado pelo Ministério da Educação, 01 (um) pelo Conselho Universitário da Universidade, 01 (um) pelo Governo do Estado do Piauí, 01 (um) pela Sociedade Piauiense de Cultura e 01 (um) pela Fundação Educacional de Parnaíba, todos nomeados pelo Presidente da República. O mandato dos Membros do Conselho Diretor é de 04 (quatro) anos, sendo permitida uma recondução.

A UFPI é uma instituição de educação superior, pesquisa e extensão orientada pelas normas estabelecidas pelo Ministério da Educação que atua em todos os ramos do saber e adota decisões colegiadas. Os órgãos deliberativos da UFPI, em nível de administração superior, são: Conselho de Administração (CAD), Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX) e o Conselho Universitário (CONSUN).

A administração central da UFPI é composta pela Reitoria, Vice-Reitoria e por sete Pró-Reitorias (de Ensino de Graduação - PREG; de ensino de Pós-Graduação - PRPG; de Pesquisa e Inovação - PROPESQI; de Extensão e Cultura - PREXC; de Administração - PRAD; de Planejamento e Orçamento - PROPLAN; e de Assuntos Estudantis e Comunitários - PRAEC) e, em âmbito setorial, por seis Unidades de Ensino do *Campus* de Teresina: Centro de Ciências da Educação (CCE), Centro de Ciências da Natureza (CCN), Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), Centro de Ciências Agrárias (CCA), Centro de Ciências da Saúde

(CCS) e Centro de Tecnologia (CT). Possui ainda um centro diferenciado que congrega os cursos na modalidade EaD: o Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD).

Existem ainda órgãos suplementares e de apoio de natureza técnica, cultural, científica, recreativa e assistencial para os corpos docentes, discentes e administrativos da UFPI: STI - Superintendência de Tecnologia da Informação; BCCB - Biblioteca Comunitária Carlos Castelo Branco; AUDIN - Auditoria Interna; HU - Hospital Universitário; HVU - Hospital Veterinário Universitário.

Integram também a estrutura da UFPI três Colégios Técnicos, que ministram cursos ligados à Educação Básica, sendo um localizado em Teresina e dois no interior do Estado, nos municípios de Floriano e de Bom Jesus, cujas estruturas acadêmico-administrativas localizam-se nas proximidades do CAFS e CPCE. Sua área de atuação, envolvendo a educação presencial e o ensino a distância (EaD) está demonstrada na Figura 4.

Figura 3 – Municípios de atuação da UFPI na educação presencial e a distância.



Fonte: UFPI (PDI/2020 – 2024).

A UFPI tem o compromisso social de atender às demandas locais e regionais nas quais estão inseridos seus *Campi*, oferecendo à comunidade cursos de educação profissional técnica de nível médio, de extensão, de graduação nas modalidades presencial e a distância, nos graus de bacharelado e licenciatura, e de pós-graduação *lato sensu* (especialista) e outorga títulos de mestre e doutor aos concluintes dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

O ensino técnico médio é oferecido nos Colégios Técnicos (CTec) e propõe a qualificação profissional de jovens buscando estratégias de ensino que priorizem a articulação entre as dimensões trabalho, ciência, tecnologia e cultura, permitindo a compreensão dos fundamentos técnicos, sociais, culturais, artísticos, esportivos, políticos e ambientais do sistema produtivo. Embora, ainda, não seja uma prática amplamente difundida, a pesquisa e o espírito científico devem ser também incentivados durante os cursos de nível médio.

Os Colégios Técnicos de Teresina, Floriano e Bom Jesus ofertam cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) de forma integrada, subsequente ao Ensino Médio e concomitante com o Ensino Médio, presenciais, além de cursos técnicos a distância (e-TEC), vinculados ao Programa e-Tec Brasil e cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). A UFPI, através de seus Colégios Técnicos, oferece três cursos (Técnico em Agropecuária, Técnico em Enfermagem e Técnico em Informática).

Quanto ao sistema de reserva de vagas, a UFPI, através de seus Colégios Técnicos, destina 80% das vagas para candidatos que cursaram a Educação Básica (Ensino Fundamental e Ensino Médio) integral e exclusivamente em Escolas Públicas e para estudantes oriundos de famílias com renda bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) por pessoa, em observância às disposições da política de inclusão social, através da Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, do Decreto n. 7.824, de 11 de outubro de 2012, da Portaria Normativa MEC n. 18 de outubro de 2012, da Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016 e da Portaria Normativa MEC n. 09, de 05/05/2017.

Os cursos de extensão englobam atividades de natureza acadêmica, técnica ou cultural, que obrigatoriamente estarão presentes em no mínimo 10% da carga horária dos cursos de graduação, em consonância com a Resolução CEPEX/UFPI n. 053/2019, que regulamenta a inclusão das Atividades Curriculares de Extensão como componente obrigatório nos currículos de cursos de graduação da UFPI, em atendimento à Resolução CNE/MEC n. 7/2018.

Em conformidade com o PDI (2020-2024), os cursos de extensão também poderão não estar inclusos como parte integrante e obrigatória do ensino de graduação e da pós-graduação, tendo como objetivo apenas complementar os conhecimentos em uma determinada área ou ampliar noções sobre temas relativos ao campo de estudo ou área de atuação do participante.

As ações de extensão e cultura são realizadas pela interação transformadora entre a Universidade e a sociedade, com vistas ao desenvolvimento mútuo, contribuindo de forma efetiva com o processo formativo dos acadêmicos, como a produção e a socialização de saberes e tecnologias e com a minimização/superação dos problemas dos diversos segmentos sociais do estado do Piauí, em especial daqueles de maior vulnerabilidade. Essas ações geram uma

relação dialógica de troca de saberes e de impacto entre a academia e a comunidade, propiciando transformações mútuas e inclusão social.

Os cursos de graduação são estruturados em regime de créditos, mesmo que, em alguns casos, sejam organizados no formato seriado semestral (ou bloco), com atividades presenciais, semipresenciais e a distância. O ensino de graduação confere os graus de bacharel e licenciado, sendo aberto a candidatos que tenham concluído o Ensino Médio ou equivalente e obtido classificação em processo seletivo, seja através de vagas universais, ou de vagas reservadas a ações afirmativas e programas especiais, a exemplo do Parfor, visando à obtenção de qualificação universitária específica.

Atualmente, encontram-se cadastrados no sistema e-MEC da UFPI 71 cursos presenciais. O ingresso aos cursos de graduação na modalidade presencial ocorre através do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), de vestibular e de processos seletivos especiais, a exemplo do Parfor. Em observância à política de inclusão social, a UFPI destina 50% das vagas dos cursos presenciais às cotas.

Em 2006, conforme previa o PDI (2005-2009), houve o credenciamento para ensino a distância e a criação do Centro de Educação a Distância (CEAD), a Universidade Aberta do Piauí (UAPI), através do qual a UFPI ministra cursos de bacharelado e licenciatura, perseguindo os mesmos padrões de qualidade adotados no ensino presencial. Inicialmente, foi criado o curso de Bacharelado em Administração, em caráter experimental e, no segundo semestre de 2006, ocorreu a ampliação do número de cursos ministrados na modalidade EaD, tendo sido criadas oito graduações.

A partir de 2006 ocorreram significativas mudanças no contexto estrutural, tecnológico e de formação de docentes da UFPI, em decorrência da adesão ao Programa de Apoio a Programas de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)⁵, que tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior, através de ações que dotem as universidades federais das condições necessárias para garantir o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de reduzir as desigualdades sociais no país, de forma a consubstanciar o Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE - Lei n. 10.172/2001) (BRASIL, 2011a).

Atualmente, são ofertados 71 cursos presenciais e 15 cursos na modalidade a distância, totalizando 86 cursos oferecidos. Durante a vigência do seu novo PDI (2020-2024) a UFPI

⁵ O REUNI foi instituído pelo Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integram o Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE).

pretende, continuamente, avaliar as possibilidades de ampliação da oferta de vagas (seja por meio do aumento do número de vagas dos cursos existentes, seja pela oferta de novos cursos) em todos os níveis e modalidades.

O ensino de pós-graduação na UFPI contempla o nível *stricto sensu* (cursos de mestrado acadêmico e mestrado profissional, cursos de doutorado) e o nível *lato sensu* (cursos de especialização), visando à qualificação de profissionais para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e atendimento das demandas de pessoal qualificado pela sociedade, bem como, são operacionalizadas todas as atividades relativas à capacitação de docentes e técnicos de interesse institucional.

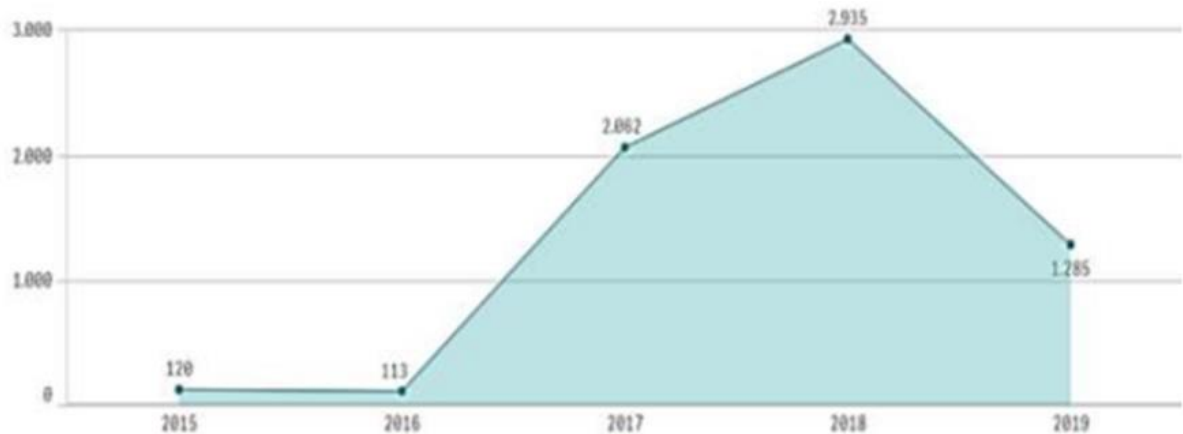
Nesse sentido, a UFPI, na condição de encarregada de propor políticas de ensino de pós-graduação, viabiliza ações em consonância com as exigências sociais, com o desenvolvimento científico, econômico, cultural, tecnológico e artístico do mundo atual. Seu papel voltado para a qualidade e a produtividade dos programas de pós-graduação e estimulação de uma cultura de ensino e pesquisa tem sido reforçado nos últimos anos.

A pós-graduação *stricto sensu* na UFPI teve início em 1991, com a criação do primeiro Mestrado Institucional, na área de Educação. A construção dos programas, atualmente existentes, seguiu os parâmetros estabelecidos pelas comissões de área da CAPES que preveem em seus documentos recomendações gerais, tanto para a elaboração de propostas quanto para a correção de rumos e avanços de qualidade e atuação dos programas em andamento.

Em relação aos conceitos dos cursos dos programas de pós-graduação da UFPI, verifica-se que houve uma evolução na qualidade da oferta dos cursos de nível *stricto sensu*. Houve um incremento considerável nos conceitos 04 e 05 atribuídos pela Capes, tendo em vista que o conceito máximo atribuído por essa agência de fomento é 07.

Em 2018, a UFPI possuía 30 (trinta) Cursos de Especialização em funcionamento, totalizando 2.763 (duas mil, setecentos e sessenta e três) matrículas, sendo 23 (vinte e três) cursos e 808 (oitocentas e oito) matrículas no ensino presencial e 07 (sete) cursos e 1.955 (um mil, novecentos e cinquenta e cinco) matrículas no ensino a distância. Em 2019, estavam em execução, 40 (quarenta) Cursos de Especialização nas diversas áreas. Atualmente, há na instituição 77 Cursos de Especialização na modalidade presencial e 44 a distância, o que demonstra que houve um aumento expressivo na oferta de cursos. Na Figura 7, a seguir, tem-se a evolução das matrículas dos cursos *lato sensu* no quinquênio 2015-2019.

Figura 4 – Evolução do número de matriculados nos cursos de especialização da UFPI, quinquênio 2015-2019.



Fonte: UFPI (PDI/2020 – 2024).

Na Pós-Graduação *stricto sensu* contabilizavam-se 42 Programas, nos quais são desenvolvidas as atividades de 34 mestrados Acadêmicos, um mestrado profissional, 07 doutorados institucionais, além de dois doutorados em rede. Também mantinha parcerias responsáveis por 13 Doutorados Interinstitucional (DINTER), 02 Mestrado Interinstitucional (MINTER) e 21 Programas de Cooperação Acadêmica (PROCAD). Entre 2010 e 2019, contabilizou 16.041 alunos matriculados na pós-graduação *stricto sensu*, sendo 12.661 em nível de mestrado e 3.380 em nível de doutorado.

Atualmente, a UFPI conta com 74 Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, sendo 43 de mestrados Acadêmicos, seis mestrados profissionais, um mestrado em rede, 20 doutorados institucionais, um doutorado profissional, além de três doutorados em rede. Também mantém parcerias responsáveis por um Doutorado Interinstitucional (DINTER) e um mestrado e um doutorado Multicêntricos.

A UFPI considera que as áreas prioritárias definidas pelas políticas públicas do estado do Piauí merecem atenção especial. Assim, tem incentivado a criação de novos programas em áreas não contempladas e a consolidação daqueles existentes nessas áreas, para sustentação e consolidação de núcleos de pesquisa voltados para a solução de problemas regionais.

Para o quinquênio 2020-2024, a UFPI estruturou seu planejamento institucional de modo a fortalecer os Temas Estratégicos definidos nos marcos do seu PDI (ensino, pesquisa, extensão e cultura, gestão e governança, tecnologia e comunicação, infraestrutura, sustentabilidade, gestão de pessoas, internacionalização e assistência estudantil),

operacionalizando objetivos e metas⁶. Os objetivos gerais e objetivos específicos para cada tema estratégico podem ser visualizados no Quadro 1.

Quadro 1 - Temas Estratégicos e objetivos para o quinquênio 2020-2024

Temas Estratégicos	Objetivos Gerais	Objetivos Específicos
Ensino	Promover uma educação de excelência e princípios inovadores	<ul style="list-style-type: none"> ● Melhorar os indicadores de qualidade de curso. ● Melhorar os indicadores de desempenho de curso. ● Aumentar a oferta de cursos de graduação e vagas com foco no estímulo regional, social e socioeconômico. ● Institucionalizar e sistematizar programa de acompanhamento de egressos. ● Institucionalizar prática de atualização periódica dos Projetos Pedagógicos Curriculares (PPC) com base em metodologias ativas e diretrizes do governo federal. ● Fortalecer a integração com o mercado de trabalho por meio de parcerias para estágio. ● Implementar e/ou reestruturar programas de pós-graduação lato sensu (especializações e residências em saúde) e stricto sensu (mestrado e doutorado acadêmico e profissional) em áreas prioritárias e estratégicas, considerando demandas sociais, econômicas, ambientais e educacionais emergentes na realidade local e regional. ● Melhorar os conceitos dos programas na avaliação da capes e o desempenho da UFPI nas avaliações nacionais e internacionais. ● Implantar novos cursos na modalidade a distância ● Fortalecer o ensino básico, técnico e tecnológico.
Pesquisa	Fortalecer a pesquisa e inovação acadêmica	<ul style="list-style-type: none"> ● Implantar programas de valorização da inovação. ● Incrementar e diversificar os mecanismos de captação de recursos junto a entidades públicas e/ou privadas de fomento à pesquisa e inovação, através dos programas de pós-graduação stricto sensu, de modo a garantir as condições necessárias para promoção de ações que levem à produção de conhecimento científico e desenvolvimento tecnológico de forma exitosa, visando a solução de problemas locais e regionais emergentes. ● Mapear e diagnosticar a pesquisa na UFPI.

⁶ Dada a limitação de espaço gráfico deste documento, recomendamos ao leitor à conferência das metas estabelecidas para o quinquênio 2020-2024 disponíveis em: <https://proplan.ufpi.br/images/conteudo/PROPLAN/PrestacaodeContas/Arquivos/capitulo-13.2.pdf>.

Extensão e Cultura	Desenvolver políticas de extensão e práticas culturais	<ul style="list-style-type: none"> ● Valorizar as práticas extensionistas nos planos de carreira docente e nos processos seletivos da UFPI. ● Ampliar a quantidade de bolsas de extensão (PIBEX). ● Regularizar e incentivar a criação e o funcionamento de núcleos de extensão na UFPI. ● Estimular a proposição de ações de extensão por docentes, técnico-administrativos e discentes. ● Promover capacitação presencial e/ou a distância para o desenvolvimento de ações de extensão. ● Incentivar e promover ações de extensão voltadas para a economia solidária, prática profissional, o empreendedorismo e a inserção no mercado de trabalho. ● Prestar serviços que beneficiam setores e comunidades sociais. ● Incentivar a inserção de ações de extensão nos cursos de graduação e programas de pós-graduação, sobretudo nos mestrados profissionais, melhorando a articulação pesquisa-extensão. ● Aumentar a oferta de ações e atividades culturais, lazer e esporte.
Gestão e Governança	Aperfeiçoar a gestão administrativa e financeira	<ul style="list-style-type: none"> ● Fortalecer os índices de governança institucional conforme levantamento do TCU. ● Prover uma gestão moderna, eficiente, transparente e desburocratizada. ● Potencializar o uso dos resultados das atividades de auditoria interna da AUDIN no processo de tomada de decisão e no aperfeiçoamento da gestão da UFPI, agregando valor à instituição. ● Fortalecer as boas práticas de governança, transparência da informação e gestão orientada a resultado. ● Fortalecer os canais de comunicação com público interno e externo.
Gestão de Pessoas	Aprimorar as estratégias de gestão, capacitação e desenvolvimento de recursos humanos	<ul style="list-style-type: none"> ● Implementar programas de desenvolvimento de equipe e capacitação, visando fortalecer as habilidades e a qualificação e crescimento profissional dos servidores. ● Desenvolver programas de atenção ao servidor. ● Descentralizar atividades de gestão de pessoas para os campi do interior. ● Gerir a contratação de pessoal, carga horária docente e jornada de trabalho de técnicos administrativos.
Sustentabilidade	Consolidar a política de sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> ● Acompanhar, publicitar e atualizar o plano de sustentabilidade da UFPI. ● Atender as metas definidas no plano de sustentabilidade da UFPI.
Tecnologia e Comunicação	Aprimorar as estratégias de gestão, capacitação e desenvolvimento de recursos humanos	<ul style="list-style-type: none"> ● Implantar processo eletrônico e gestão eletrônica de documentos. ● Promover transparência da informação, dinamizar a comunicação interna e informatizar rotinas administrativas. ● Atualizar o planejamento estratégico de TI e elaborar artefatos de gestão. ● Fortalecer o gerenciamento de suporte ao usuário alinhado com as boas práticas definida na biblioteca ITIL (<i>information technology infrastructure library</i>). ● Promover comunicação social estratégica voltada a noticiar a dinâmica institucional.

Internacionalização	Oportunizar a internacionalização o universitária	<ul style="list-style-type: none"> ● Firmar novos acordos e convênios de cooperação com instituições estrangeiras. ● Regularizar programa de acreditação de disciplinas cursadas em instituições estrangeiras. ● Fortalecer o enriquecimento cultural e a formação global dos discentes. ● Desenvolver projetos de extensão relacionados à cultura estrangeira. ● Aumentar a inserção científica internacional da instituição através da exploração de convênios e parcerias de cooperação internacional estratégicos à instituição. ● Criar oportunidades de cooperação com instituições estrangeiras, envolvendo docentes e discentes, por meio de intercâmbios, acreditação e/ou oferta de disciplinas em língua estrangeira, publicações, colaboração e parcerias em projetos de pesquisa, de modo a favorecer o enriquecimento científico-cultural e a formação global dos alunos. ● Propor ações estratégicas de fomento à internacionalização institucional.
Infraestrutura	Promover melhorias na infraestrutura física	<ul style="list-style-type: none"> ● Prover e gerir os projetos de ampliação de área construída da UFPI. ● Prover e gerir a gestão ambiental e segurança da UFPI. ● Desenvolver, implantar e executar projeto institucional de eficiência energética. ● Projetar infraestrutura predial e viária voltada à acessibilidade. ● Elaborar planos de manutenção preventiva. ● Atender as solicitações de melhorias e ampliação de infraestrutura física, elétrica, água e esgoto. ● Executar melhorias de infraestrutura predial.
Assistência Estudantil	Fortalecer os programas de assistência estudantil	<ul style="list-style-type: none"> ● Fortalecer os programas de ação afirmativa voltados para igualdade social, racial e diversidade cultural. ● Ampliar as ações de assistência estudantil e dos serviços prestados aos discentes. ● Estimular ações de apoio a permanência de alunos de baixa renda. ● Promover projetos de assistência moradia, alimentação e transporte. ● Promover o acompanhamento do rendimento acadêmico e dos fatores que impactam no índice de evasão dos estudantes beneficiários. <p>Fortalecer o acompanhamento pedagógico, social e psicológico dos estudantes público-alvo da educação especial (deficientes, pessoas com transtorno do espectro autista, e altas habilidades/superdotação).</p>

Fonte: PDI/UFPI (2020-2024)

Ao lado de uma política de expansão que perpassa a trajetória da UFPI desde a sua fundação, a instituição tem se pautado por parâmetros de mérito e qualidade acadêmica em todas as suas áreas de atuação. Seus docentes têm participação em comitês de assessoramento de órgãos de fomento à pesquisa, em comitês editoriais de revistas científicas e em diversas comissões de normas técnicas, além de outros comitês de importância para as decisões de políticas estaduais e municipais.

Em relação aos recursos humanos, a UFPI possui atualmente de 1.800 docentes (1.699 docentes do Magistério Superior e 101 docentes do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico) e

1.148 servidores técnico-administrativos, em sua maioria com pós-graduação (38,2% especialistas e 17,5% mestres) e somente 16,8% com graduação.

A interligação entre as distintas instâncias da UFPI é feita, principalmente, através da ferramenta de gestão denominada Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), administrada pela Superintendência de Tecnologia da Informação (STI), que contempla os portais: acadêmico, administrativo, recursos humanos e administração e comunicação, visualizáveis no sítio eletrônico da UFPI (<https://www.sigadmin.ufpi.br/admin/login.jsf>).

Como instituição de Ensino Superior integrante do sistema federal de Ensino Superior brasileiro, a UFPI é a maior universidade pública e a única de natureza federal do estado do Piauí, destacando-se não apenas pela abrangência de sua atuação, como também pelo crescimento dos índices de produção intelectual, características estas que a projetam em uma posição de referência e de liderança regional.

Estatísticas recentes fazem menção à importância da produção científica da UFPI, as quais são referendadas pela CAPES, uma vez que esse órgão já constatou o crescimento expressivo do trabalho desenvolvido na IES, o que possibilitou, nos últimos anos, a implantação de mais do dobro do número de programas de pós-graduação existentes até então.

Em novembro de 2023, a UFPI completou 55 anos de instalação e encontra-se num patamar muito satisfatório de desenvolvimento tendo alcançado bons resultados nas avaliações de qualidade a que tem sido submetida, melhorando cada vez mais os seus indicadores. Neste ano, pela primeira vez, a UFPI obteve nota máxima (5) no credenciamento institucional no Ministério da Educação (MEC), desde a implantação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES)⁷, que passou a vigorar em 2004. Também foi destaque internacional, com o avanço em 100 posições no Ranking QS das Melhores Universidades da América Latina e Caribe 2024, conforme [Ranking Universitário Folha \(RUF\)](#). Em comparação ao último RUF, realizado em 2019, a UFPI subiu 18 posições e alcançou a nota geral de 75,44, sendo considerada a 34ª melhor universidade do país dentre as 203 universidades brasileiras públicas e privadas avaliadas pela Folha de São Paulo no RUF. E quando consideradas somente as universidades públicas, a UFPI é a 30ª colocada.

A partir da melhoria da qualificação do seu corpo docente e ampliação da infraestrutura, a UFPI vem, de forma gradativa, ampliando sua área de atuação, articulando a consolidação dos cursos e programas já existentes com a implantação de novos, tanto em nível de graduação

⁷ Realizada a cada ciclo de dez anos, a avaliação é necessária para renovar o ato de credenciamento das IES.

quanto de pós-graduação e também por meio da definição de linhas de pesquisa em áreas estratégicas para o desenvolvimento do Estado, além da prestação de serviços à comunidade, sempre numa perspectiva de articular crescimento com desenvolvimento.

É nesse contexto que a UFPI aderiu ao Parfor, renovando o compromisso com o desenvolvimento da sociedade piauiense por meio da garantia da oferta de Ensino Superior público, gratuito e com qualidade aos professores atuantes na Educação Básica. Aderindo ao Programa, a UFPI reafirma seu compromisso com a educação do estado do Piauí comprometendo, também, com a revisão e avaliação dos seus cursos de licenciatura e com a aproximação de seus currículos das demandas concretas da Educação Básica. Pautada nos mesmos pressupostos, a instituição manifesta o interesse em aderir ao Parfor Equidade, tendo em vista que comunga com os objetivos propostos pelo Programa, notadamente em relação aos seus impactos na realidade piauiense.

1.2 Instalações administrativas e acadêmicas

A UFPI possui 04 campi e 03 Colégios Técnicos, sendo o Campus Ministro Petrônio Portella (CMPP) e o Colégio Técnico de Teresina (CTT), localizados na capital do Estado, na cidade de Teresina-PI, com área total de 4.009.337,45 m² e área construída de 189.252,54 m².

O Campus Amílcar Ferreira Sobral (CAFS) e o Colégio Técnico de Floriano (CTF), estão localizados no município de Floriano a 247km de distância de Teresina com área total de 1.630.000,00 m² e área construída de 20.735,14 m².

O Campus Professora Cinobelina Elvas (CPCE) e o Colégio Técnico de Bom Jesus (CTBJ), estão localizados no município de Bom Jesus a 604km de Teresina com área total de 4.730.293,59 m² e área construída de 27.802,81 m².

E o Campus Senador Helvídio Nunes de Barros (CSHNB), está localizado no município de Picos a 314km de Teresina com área 123.938,59 m² e área construída de 16.938,30 m². A Figura 5 ilustra a posição geográfica dos campi no mapa do Piauí.

Figura 5 - Posição geográfica dos *campi* da UFPI no mapa do Piauí



Fonte: DGOV/Proplan

No Campus Ministro Petrônio Portella, funciona a Administração Superior da UFPI distribuída em prédios que ocupam uma área total de 36.150,80 m², nas quais ficam as instalações da Reitoria, Pró-Reitoras, Superintendências e dos Órgãos Assessores e Suplementares da universidade.

No âmbito acadêmico, o Campus Ministro Petrônio Portella possui 07 Centros de Ensino, distribuídos conforme área de atuação dos cursos ocupando uma área total de 147.995,60 m². O Centro de Tecnologia (CT) conta com 16.385,88 m² de área construída, o Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL) com 15.575,44 m² de área construída, o Centro de Ciências da Educação (CCE) com 13.609,20 m² de área construída, o Centro de Ciências da Natureza (CCN) com 53.040,94 m² de área construída, o Centro de Ciências da Saúde (CCS) com 23.030,64 m² de área construída, o Centro de Ciências Agrárias (CCA) com 22.353,50 m² de área construída, e o Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD) com aproximadamente de 4.000 m² de área construída.

O Colégio Técnico de Teresina possui 8.106,14 m² de área construída, acomodando no mesmo espaço físico setores administrativos e áreas acadêmicas como salas de aulas e laboratórios. Nos demais campi (CAFS, CPCE e CSHNB) e Colégios Técnicos (CTF e CTBJ),

os setores administrativos e acadêmicos compartilham o mesmo espaço físico. Uma descrição mais

1.3 Órgão suplementar biblioteca comunitária

A Biblioteca Central foi instalada em janeiro de 1973, resultado da fusão dos acervos existentes nas Bibliotecas das Escolas isoladas de Medicina, Odontologia, Filosofia, Direito e Administração, quando da implantação da Fundação Universidade Federal do Piauí, em 1968. A Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castelo Branco (BCCB) (Figura 3), órgão subordinado à Reitoria, e órgão instituído pela Resolução n.26/93 coordena 08 (oito) Bibliotecas Setoriais do Sistema de Bibliotecas (SIBi) da UFPI.

Figura 6 - Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castelo Branco



Fonte: UFPI

As Bibliotecas Setoriais são as seguintes: Biblioteca Setorial Prof. Zenon Rocha (CCS/CMPP); Biblioteca Setorial Profa. Raimunda Melo (CCE/CMPP); Biblioteca Setorial de Ciências Agrárias (CCA/CMPP); Biblioteca Setorial Prof. Milton Brandão (CCHL/CMPP); Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Natureza (CCN/CMPP); Biblioteca Setorial do Campus de Floriano (CAFS); Biblioteca Setorial do Campus Senador Helvídio Nunes (CSHNB) e Biblioteca Setorial do Campus Profa. Cinobelina Elvas (CPCE).

Compete à BCCB, como órgão administrador do SIBi da UFPI: coordenar, planejar, implementar, monitorar e avaliar todas as atividades e serviços; gerenciar os recursos humanos; organizar os acervos e serviços; e disseminar a informação.

A ferramenta de automação utilizada pela BCCB estabelece rotinas informatizadas de acesso a banco de dados via internet, otimizando o acesso à consulta ao catálogo bibliográfico, renovação e reservas. Esse acesso é feito através de terminais existentes na Biblioteca e no Laboratório de Informática, disponibilizados na IES. A BCCB funciona de segunda a sexta no horário de 08:00 às 22:00h, e aos sábados de 08:00 às 14:00h.

A seleção e aquisição do conteúdo bibliográfico busca atender aos interesses de projetos pedagógicos dos cursos e a solicitações extracurriculares dos docentes da Instituição. A fim de melhorar e ampliar, permanentemente, seu acervo bibliográfico a UFPI investiu, nos últimos cinco anos, R\$ 2.254.842,00 na compra de livros. Além disso, para cumprir suas atribuições a BCCB mantém convênios e atua em Programas de Cooperação, tais como:

- Portal de Periódicos da Capes: o qual oferece acesso aos textos completos de artigos de mais de 12.365 revistas internacionais, nacionais e estrangeiras, e 126 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento. Inclui, também uma seleção de importantes fontes de informação acadêmica com acesso gratuito na Internet;
- Programa de Comutação Bibliográfica (Comut): a Biblioteca da UFPI participa como Biblioteca Solicitante da Rede Comut através da qual pode obter cópia de documentos do acervo de outras bibliotecas;
- Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU): é uma organização filiada à Federação Brasileira de Associação de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), tem como finalidade promover a cooperação mútua entre as bibliotecas universitárias brasileiras.

1.4 Laboratórios

Destaca-se o Laboratório de Imunogenética e Biologia Molecular-Centro Integrado de Biologia Celular (LIB-CInteg/BioC). O LIB-CInteg/BioC é um setor da UFPI voltado para o desenvolvimento e disponibilização de competências e serviços através das três grandes esferas de atuação dessa IES: ensino, pesquisa e extensão. Está situado no bloco SG16 do Campus Ministro Petrônio Portella. Sua organização administrativa e funcionamento são disciplinados pelos Regulamentos e Normas da Instituição, assim como pela Resolução da Diretoria

Colegiada da ANVISA n. 61, publicada em 01 de dezembro de 2009 e pelo seu Regimento Interno.

O LIB-CInteg/BioC presta serviços de padrão internacional tanto para a comunidade Piauiense quanto para estados circunvizinhos. É legalmente autorizado pelo Ministério da Saúde Universidade Federal do Piauí-Plano de Desenvolvimento Institucional (2020-2024) para o estudo de histocompatibilidade para os programas de transplante de órgãos e tecidos do Brasil via Sistema Nacional de Transplantes, conforme as portarias: Portaria n. 2.600, de 21 de outubro de 2009; Portaria do Ministério da Saúde n. 1.312, de 30 de novembro de 2000, que estabelece as normas de cadastramento dos Laboratórios de Histocompatibilidade; Portaria do Ministério da Saúde n. 1.313, de 30 de novembro de 2000, que define os laboratórios que poderão ser cadastrados para realização dos exames de histocompatibilidade; Portaria Ministério da Saúde n. 1.314, de 30 de novembro de 2000; Portaria Ministério da Saúde n. 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde; Portaria de Consolidação n.04, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde; Portaria n. 1.365, de 31 de agosto de 2018.

Essas portarias autorizam: (i) a realização dos exames de histocompatibilidade do par doador e receptor para transplantes de órgãos sólidos com doador aparentado e/ou falecido, autorizados pelo Sistema Nacional de Transplantes (SNT); (ii) programas de transplante de tecidos para o Registro Nacional de Doadores Voluntários de Medula Óssea (REDOME); e (iii) para todo e qualquer receptor cadastrado no Registro Nacional de Receptores Não Aparentados de Medula Óssea. (REREME). Internamente subordinado ao Centro de Ciências da Saúde da UFPI, e com recurso financeiro gerenciado pela Fadex, o LIB-CInteg/BioC é um laboratório tipo II credenciado pelo Ministério da Saúde junto ao Sistema Nacional de Transplantes. Além disso, é cadastrado à Fundação Municipal de Saúde do Município de Teresina, no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) n. 2406748, pela qual participa dos programas de transplante de órgãos e tecidos do Sistema Único de Saúde (SUS).

Tem como diretriz para o PDI 2020-2024 fortalecer a relação institucional entre a UFPI e a FADEX, de forma que a UFPI possa estabelecer uma parceria mais forte, por meio de contrato de gestão, para que a FADEX possa, enquanto Fundação de Apoio da UFPI, gerenciar administrativa e financeiramente o LIB-CInteg/BioC. Esta anuência da UFPI visa proporcionar um melhor desenvolvimento das atividades do laboratório, fomentando a ligação da UFPI com o ambiente externo, disponibilizando à Sociedade os possíveis serviços de exames de imunologia e patologia clínica.

2 CONCEPÇÃO DO CURSO

2.1 Princípios curriculares e especificidades do curso

O PDI/UFPI (2020-2024) estabelece que a proposta pedagógica de cada curso deve ser baseada nos seguintes princípios, que reforçam a sua função social e o seu papel como instituição pública:

a) concepção de formação e desenvolvimento da pessoa humana: levando em consideração os pressupostos axiológico-éticos, a dimensão sócio-política, a dimensão sociocultural, a dimensão técnico-científica e técnico-profissional;

b) observância à ética e ao respeito à dignidade da pessoa humana e ao meio ambiente: a partir da construção de projetos coletivos dotados de sustentação ética e respeito à dignidade e às diferenças, procurando responder à complexidade das relações sociais e minimizar as desigualdades e tensões decorrentes de um contexto social em permanente transformação;

c) articulação entre ensino, pesquisa e extensão: relacionando os processos de ensinar e aprender com a pesquisa científica e as atividades de extensão, e organizando a síntese entre teoria e prática, porém de forma unívoca;

d) interdisciplinaridade e multirreferencialidade: a complexidade do fenômeno educativo requer um eixo que trate das experiências que envolvem a abordagem integrada de várias áreas do conhecimento como concepção curricular, considerando suas implicações no ensino. Outrossim, a interdisciplinaridade não nega a existência das disciplinas ou de componentes curriculares. Ao contrário, deve ser compreendida enquanto estratégia relacional dos domínios próprios de cada área, com a necessidade de alianças entre eles no sentido de complementaridade e cooperação para solucionar problemas, encontrando a melhor forma de responder aos desafios da complexidade da sociedade contemporânea. Por outro lado, a multirreferencialidade também pode compor as propostas dessas intervenções didáticas, ampliando as apropriações sobre linguagens, gênero, cultura e formas emergentes de produção do conhecimento, ou aquelas ainda não reconhecidas no contexto acadêmico;

e) uso de tecnologias digitais de comunicação e informação: objetiva a formação de um viés entre educação, comunicação, tecnologias inteligentes e construção do conhecimento. Cabem as discussões sobre mídia, representações, linguagens e estratégias colaborativas de elaboração da aprendizagem no ensino superior;

f) avaliação: incluem-se as experiências sistematizadas de registro e acompanhamento humanizado do processo de ensino-aprendizagem que ultrapassem a concepção quantitativa e classificatória de avaliação;

g) articulação entre teoria e prática: pode ser compreendida como um princípio de aprendizagem que se afasta da lógica positivista de produção do conhecimento e possibilita que os alunos se envolvam com problemas reais, estabelecendo contato com seus diferentes aspectos e influenciando as soluções; e

h) flexibilização curricular: a partir da realidade da UFPI, o PPC, no exercício de sua autonomia, deverá prever, entre os componentes curriculares, tempo livre, amplo o suficiente para permitir ao aluno incorporar outras formas de aprendizagem e formação social.

Em conformidade com esses princípios, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva pauta-se pelas seguintes diretrizes:

- Trabalho pedagógico com foco na formação de professores, mediado pelas manifestações culturais, fundamentado na realidade educativa da escola e na construção coletiva e interdisciplinar do conhecimento profissional, como forma de favorecer a gestão democrática no exercício da docência, considerando que a área de Educação Especial é multiparadigmática e multidisciplinar;
- Sólida formação teórico-metodológica, em todas as atividades curriculares, permitindo a construção da autonomia docente, assim como a adoção de tecnologias digitais de comunicação e informação e tecnologia assistiva, esta última específica da Educação Especial;
- Formação densa que permite a compreensão da complexidade da atuação em Educação Especial e que possibilite flexibilização curricular e avaliação pedagógica destinada à aprendizagem com sucesso do público da Educação Especial;
- Pesquisa, a fim de permitir apreciar consistentemente todas as dimensões educacionais, investigando o cotidiano escolar e social;
- Articulação entre ensino, pesquisa e extensão e com programas de pós-graduação, com destaque para a unidade teoria e prática;
- Formação humana com ênfase nas dimensões sociopolítica, sociocultural e científica consistentes que valorize as particularidades do público da Educação Especial em sua dignidade e respeito à diversidade;

2.2 Objetivos do curso

- **Objetivo geral do curso de Educação Especial Inclusiva**

Formar professores, em nível superior, para atuar em diferentes espaços educacionais, com competências técnicas, éticas e políticas para o ensino de estudantes com deficiências, TEA e altas habilidades/superdotação, reiterando os princípios contidos nas atuais políticas educacionais, de modo a garantir qualidade e inovação nas práticas com esses educandos.

- **Objetivos específicos**

- ✓ Formar profissionais para atuar nos distintos níveis de ensino, considerando as especificidades da área de Educação Especial, em atividades de docência, gestão e consultoria especializada, bem como na elaboração de suportes e apoios educacionais especializados para pessoas com deficiências, TEA e altas habilidades/superdotação, inclusive em Núcleos de Acessibilidade.
- ✓ Proporcionar conhecimentos teórico-metodológicos que oportunizem a atuação em espaços escolares, especializados e outros contextos educacionais.
- ✓ Habilitar os profissionais da Educação Especial a partir de estratégias que viabilizem o trabalho colaborativo com os professores da classe comum das escolas regulares da educação básica, de modo a assegurar ao PAEE participação e aprendizagem com sucesso.
- ✓ Preparar os licenciandos para identificar as necessidades educacionais dos estudantes PAEE, de modo a fornecer estratégias que possibilitem autonomia a partir de recursos pedagógicos e tecnologias adequados, bem como orientar professores e família sobre os recursos e tecnologias.
- ✓ Oportunizar a problematização, análise e reflexão sobre o processo de constituição pessoal e profissional do acadêmico em formação na área da Educação Especial.
- ✓ Estimular uma formação que propicie uma concepção de mundo, sociedade, educação e diversidade que permita pensar os processos educacionais em Educação Especial, considerando os diferentes contextos políticos, econômicos, sociais e culturais que impactam o Público-alvo da Educação Especial.

2.3 Perfil do egresso

A legislação vigente em nosso país determina a implementação da educação inclusiva nas escolas regulares e preceitua que nesse processo a Educação Especial tem um papel fundamental, pois ela converte-se em “[...] sistema de suporte permanente e efetivo para os alunos com necessidades especiais incluídos, bem como para seus professores [...]” (GLAT; FERNANDES, 2005, p.39), necessitando, portanto, de educadores com formação específica para atuar nesse contexto.

O paradigma da Inclusão trouxe grandes desafios para aqueles que laboram na área da educação. Trata-se de um processo em construção que provoca inquietações e obriga a sérias reflexões que, decididamente, exigem da sociedade e, em particular, dos sistemas educacionais, importantes mudanças no sentido de assegurar educação de qualidade para todos.

É nesse contexto que o Parfor Equidade apresenta a proposta do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva com o intuito de formar professores para atuar como especialistas na Educação Básica.

Os Marcos Político-Legais da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva (BRASIL, 2010, p. 19) apontam que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) estabelece como objetivo “o acesso, a participação e aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares”, orientando-as para a promoção de respostas às necessidades educacionais desses educandos, garantindo:

- a) Transversalidade da Educação Especial; b) atendimento educacional especializado; c) continuidade da escolarização nos níveis mais elevados de ensino; d) formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; e) participação da família e da comunidade; f) acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e g) articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

Face ao exposto, percebe-se a amplitude de ações voltadas para a efetivação de uma educação inclusiva de qualidade; não obstante essa constatação, o Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva do Parfor Equidade/UFPI pretende centrar-se especificamente na formação de professores, fundamentado nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 02/2001), na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei 9394/96) e na Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015).

O curso de graduação de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva deverá assegurar, portanto, no perfil do egresso: sólida formação geral, humanística, crítica e reflexiva;

consistente formação científica e profissional, pautada em princípios éticos. Destina-se à formação de profissionais para atuação nas seguintes áreas:

I. Docência Especializada no atendimento educacional do Público-alvo da Educação Especial, nas instituições de ensino da Educação Básica, tanto regulares, quanto especializadas, em todas as modalidades educacionais;

II. Organização e gestão de sistemas, unidades, projetos e experiências escolares e não-escolares, universitárias e de educação profissional para promoção da inclusão e acessibilidade educacional e social do público da Educação Especial;

III. Produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo da Educação Especial;

IV. Atuação nos núcleos de acessibilidade das instituições federais, como Universidades e Institutos;

V. Áreas emergentes do campo da Educação Especial como desenho universal para a aprendizagem, tecnologia assistiva e acessibilidade curricular/pedagógica, comunicacional, instrumental, entre outras.

Os aspectos legais apontados são orientadores das competências e habilidades do egresso do Curso de Licenciatura em Educação Especial do PARFOR EQUIDADE/UFPI, conforme especificado a seguir.

2.4 Competências e Habilidades

Em consonância com o disposto nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica no que diz respeito à formação e competências do professor especialista para atuar no contexto da educação inclusiva, o Curso de Licenciatura em Educação Especial define como competências e habilidades do egresso do curso:

- ✓ Competência para atuar e intervir em contextos educativos inclusivos, em uma perspectiva interdisciplinar;
- ✓ Competência para dominar conteúdos acerca do público da Educação Especial;
- ✓ Competência para dominar métodos, técnicas, recursos e estratégias para a atuação pedagógica com alunos do público da Educação Especial;
- ✓ Competência para trabalhar em equipe e de modo colaborativo com profissionais da educação e de diferentes áreas do conhecimento, articulando redes de apoio, para promover o desenvolvimento e aprendizagem do público da Educação Especial

- ✓ Competência para valorizar a educação inclusiva, a partir da ação pedagógica para o público da Educação Especial, considerando as diferentes formas de aprendizagem e avaliando continuamente o processo educativo. Esse profissional deverá implementar estratégias pedagógicas e de flexibilização curricular, promovendo e articulando práticas educacionais.

2.5 Perfil do corpo docente

O corpo docente de um Curso de Graduação constitui uma parte substancial do processo com responsabilidade para propiciar condições para o desenvolvimento de conhecimentos indispensáveis, que justifiquem a formação inicial na educação superior.

O docente tem como papel fundamental ampliar o conhecimento a partir do ensino, pesquisa e extensão, aperfeiçoando-o de modo a promover transformações que a área da educação especial requer na perspectiva inclusiva, nos distintos contextos educacionais. Os futuros professores, nesse caso, podem, então, compreender a complexidade do processo educativo do público da Educação Especial e estender sua ação docente para outros espaços além da sala de aula, considerando sua dignidade e diversidade.

Os professores formadores vinculados ao Parfor Equidade/ UFPI serão selecionados através de processo seletivo simplificado, realizado semestralmente por meio de edital, priorizando-se os professores do quadro permanente da UFPI que estejam em efetivo exercício em sala de aula ministrando disciplina em curso de licenciatura, que possuam título de mestre ou doutor, e com observância dos demais requisitos estabelecidos na Portaria / CAPES n. 220, de 21 de dezembro de 2021, que dispõe sobre o regulamento do Parfor.

Os professores do curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva que serão responsáveis pelas disciplinas serão selecionados, prioritariamente, entre os efetivos vinculados ao Departamento de Fundamentos da Educação (DEFE) e ao Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino (DMTE), ambos pertencentes ao Centro de Ciências da Educação (CCE), com observância quanto ao conhecimento específico, bem como podem ser convidados professores ou profissionais com reconhecido conhecimento na área de Educação Especial. Nos Quadros 1 e 2, consta a relação nominal com titulação, regime de trabalho e CPF dos docentes efetivos que atuam nos dois departamentos da UFPI.

Quadro 2- Professores efetivos do DEFE/CCE

Professores Efetivos – DEFE/CCE			
Nome	Titulação	Regime de Trabalho	CPF
Ana Beatriz Souza Gomes	Doutora	DE	327.795.003-44
Ana Valéria Marques Forte Lustosa	Doutora	DE	343.516.801-30
Antônia Dalva França Carvalho	Doutora	DE	239.920.263-53
Antônio de Pádua Carvalho Lopes	Doutor	DE	305.455.013-34
Ana Raquel de Oliveira	Doutora	DE	032.917.933-07
Baltazar Campos Cortez	Doutor	DE	227.407.403-87
Carmen Lúcia de Oliveira Cabral	Doutora	DE	136.596.775-15
Carmen Lucia de Sousa Lima	Doutora	DE	240.858.803-06
Cássio Eduardo Soares Miranda	Doutor	DE	002.516.286-12
Clêania de Sales Silva	Doutora	DE	347.870.623-87
Daniel de Oliveira Franco	Mestre	DE	029.171.858-21
Denis Barros de Carvalho	Doutor	DE	512.701.024-00
Edna Maria Magalhães do Nascimento	Doutora	DE	210.702.294-15
Fernanda Antônia Barbosa da Mota	Doutora	DE	337.852.283-68
Filadélfia Carvalho de Sena	Doutora	DE	388.549.883-91
Francis Musa Boakari	Doutor	DE	344.096.961-49
Francisco Williams de Assis Soares Gonçalves	Doutor	DE	338.212.403-34
Heraldo Aparecido Silva	Doutor	DE	12113249820
Jane Bezerra de Souza	Doutora	DE	395.878.003-20
João Evangelista das Neves Araújo	Doutor	DE	226.475.623-34
Josélia Maria da Silva Farias	Doutora	DE	471.013-68
José Renato de Araújo Sousa	Doutor	DE	504.138.213-15
Jurandir Gonçalves Lima	Doutor	DE	387.184.053-04
Lucineide Moraes de Souza	Doutora	DE	287.875.013-68
Luís Carlos Sales	Doutor	DE	131.761.883-15
Marli Clementino Gonçalves	Doutora	DE	619.642.803-97
Maria Escolástica de Moura Santos	Doutora	DE	730.711.703-78

Maria da Glória Duarte Ferro	Doutora	DE	338.007.903-00
Maria do Amparo Borges Ferro	Doutora	DE	199.340.763-49
Maria do Socorro Santos Leal Paixão	Doutora	DE	066.878.493-87
Maria do Socorro Borges da Silva	Doutora	DE	504.965.063-15
Maria Dolores dos Santos Vieira	Doutora	DE	10391086871
Maria Escolástica de Moura Santos	Doutora	DE	730.711.703-78
Maria Solange Rocha da Silva	Doutora	DE	012.556.243-88
Maria Vilani Cosme de Carvalho	Doutora	DE	260.723.863-34
Neide Cavalcante Guedes	Doutora	DE	135.596.563-20
Pedro Pereira dos Santos	Doutor	DE	645.236.401-49
Renata Gomes Monteiro	Doutora	DE	658.295.303-68
Rosa Maria de Almeida Macêdo	Doutora	DE	077.574.413-15
Rosana Evangelista da Cruz	Doutora	DE	079.370.358-7
Shara Jane Holanda Costa	Doutora	DE	240.296.703-00

Fonte: Dados fornecidos pelo DEFE

Quadro 3 – Professores efetivos do DMTE/CCE

Professores Efetivos DMTE/CCE			
Nome	Titulação	Regime de Trabalho	CPF
Ana Teresa Silva Sousa	Doutora	DE	298.050.822-53
Antonia Edna Brito	Doutora	DE	138.116.733-00
Armstrong Miranda Evangelista	Doutora	DE	394.023.553-91
Bárbara Maria Macedo Mendes	Doutor	DE	097.393.003-91
Claudia Cristina da Silva Fontineles	Doutora	DE	578.456.973-20
Disnah Barroso Rodrigues de Oliveira	Doutor	DE	373.363.803-44
Eliana de Sousa Alencar Marques	Doutora	DE	503.822.683-34
Elmo de Souza Lima	Doutor	DE	943.146.835-20
Érica Pires Conde	Doutora	DE	692.616.443-68
Francisca Carla Silva de Oliveira	Doutora	DE	968.692.675-53
Francisca de Lourdes dos Santos Leal	Doutora	DE	227.968.513-20
Francisco das Chagas Amorim de Carvalho	Doutor	DE	192.686.558-88

Francisco Gomes Vilanova	Mestre	DE	823.086.083-15
Francisco Newton Freitas	Doutora	DE	337.917.243-04
Germaine Elshout de Aguiar	Doutora	DE	382.939.860-34
Heloiza Ribeiro de Sena Monteiro	Doutora	DE	047.266.423-91
Hilda Mara Lopes Araújo	Doutor	DE	227.886.893-49
Hilda Maria Martins	Doutor	DE	348.142.803-00
Jerino Queiroz Ferreira	Doutora	DE	839.985.433-68
Josania Lima Portela	Doutor	DE	226.798.393-15
José Elielton de Sousa	Doutor	DE	000.234.193-00
Josélia Borges de Moura Furtado	Mestre	DE	010.319.543-25
Josélia Saraiva e Silva	Doutor	DE	372.546.693-91
Maria da Glória Carvalho Moura	Doutora	DE	184.560.903-44
Maria Divina Ferreira Lima	Doutora	DE	099.812.503-25
Maria Lemos Costa	Doutora	DE	474.333.613-91
Maria de Nazareth Fernandes Martins	Doutora	DE	483.742.453-87
Maria Noraneide Rodrigues Nascimento	Mestre	DE	462443103-06
Maria do Socorro Leal Lopes	Doutora	DE	066.902.893-20
Maria Vilani Soares	Doutora	DE	304.764.023-87
Marta Maria Azevedo Queiroz	Doutora	DE	481.502.743-91
Marta Rochelly Ribeiro Gondinho	Doutora	DE	891.196.063-20
Mesaque Silva Correia	Doutor	DE	769.574.702-53
Micaías Andrade Rodrigues	Doutora	DE	037.002.774-40
Mirtes Gonçalves Honório de Carvalho	Doutora	DE	133.563.053-87
Nilson Fonseca Miranda	Doutora	DE	227.214.523-04
Neuton Alves de Araújo	Doutor	DE	447.180.553-34
Norma Patrícia Lopes Soares	Doutora	DE	429.033.783-04
Reijane Maria de Freitas Soares	Doutora	DE	131.425.263-15
Sandra Lima de Vasconcelos	Doutora	DE	439.016.034-68
Tecla Dias Torres	Doutora	DE	085.745.375-00
Teresa Christina Torres Silva Honório	Doutora	DE	151.021.063-68
Teresinha de Jesus Araújo Magalhães Nogueira	Doutora	DE	839.125.333-34

Vilmar Aires dos Santos	Doutora	DE	297.132.421-49
Wirla Risany Lima Carvalho	Doutora	DE	742.470.183-53

Fonte: Dados fornecidos pelo DMTE⁸

⁸ Para efeito de funcionamento, tendo em vista a natureza multidisciplinar do curso, serão selecionados professores de acordo com as especificidades das disciplinas elencadas.

3 PROPOSTA CURRICULAR

O currículo do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva está estruturado de maneira multidisciplinar, com um campo de formação específico, mas também com um campo comum aos demais cursos de licenciatura da UFPI

3.1 Estrutura e organização curricular

Em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Professores para a Educação Básica, todos os cursos em nível superior de licenciatura, destinados à Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, serão organizados em três grupos, com carga horária total de, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas e deve ter a seguinte distribuição:

Grupo I - 800 (oitocentas) horas, para a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais.

Grupo II: 1.600 (mil e seiscentas) horas, para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, dos componentes e para o domínio pedagógico dos conteúdos.

Grupo III: 800 (oitocentas) horas, prática pedagógica, assim distribuídas:

a) 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola;

b) 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Itinerários formativos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início.

No Grupo I, a carga horária de 800 horas deve ter início no 1º ano, a partir da integração das três dimensões das competências profissionais docentes – *conhecimento, prática e engajamento profissionais* – como organizadoras do currículo.

Para o Grupo II, que compreende o aprofundamento de estudos na etapa e/ou no componente curricular ou área de conhecimento, a carga horária de 1.600 horas deve efetivar-se do 2º ao 4º ano, devendo ser incluídas, nas 1.600 horas, as habilidades indicadas nos parágrafos 1º, 2º e 3º do Art. 13 da Resolução CNE/CP n. 2/2019.

No Grupo III, a carga horária de 800 horas para a prática pedagógica deve estar intrinsecamente articulada, desde o primeiro ano do curso, com os estudos e com a prática previstos nos componentes curriculares, e deve ser assim distribuída: 400 (quatrocentas) horas

de estágio supervisionado, em ambiente de ensino e aprendizagem; e 400 horas, ao longo do curso, entre os temas dos Grupos I e II.

O curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva a ser ofertado através do Parfor Equidade, no âmbito da UFPI, irá oferecer formação voltada, prioritariamente, para professores que atuam em escolas públicas de Educação Básica, tendo com eixo condutor a Pedagogia da Alternância⁹. Nesse sentido, a proposta alterna formação ministrada por instituições, seguida por práticas no contexto de trabalho. Em função dessas características, seu funcionamento ocorrerá no período de recesso escolar das redes de ensino municipal e estadual. Cada semestre letivo comporta um período intensivo, que ocorrerá nas férias dos cursistas, e um período complementar, nos finais de semana, de acordo com o cronograma de desenvolvimento de disciplina de cada curso, observando-se o calendário escolar das escolas públicas básicas.

A estrutura curricular prevê a organização de três núcleos que integram todo o percurso formativo, cujo propósito é concretizar estudos teórico-práticos e interdisciplinares no processo acadêmico de formação, nos termos da Resolução CNE/CP n. 1/2006 e em consonância com o que propõem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (Resolução CNE/CP n. 02/2019), visando propiciar formação mais dinâmica, contextualizada e compartilhada dos componentes curriculares propostos para o curso com a prática pedagógica dos professores cursistas. São eles: **núcleo de estudos básicos (base comum), núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos e núcleo de estudos integradores (prática pedagógica).**

O **núcleo de estudos básicos (base comum)** compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a compreensão do contexto histórico e sociocultural da educação na sociedade contemporânea e do contexto da Educação Especial no que concerne aos aspectos organizativos, didático-pedagógicos, metodológicos, tecnológicos, éticos e estéticos do trabalho pedagógico, por meio de reflexão e ações crítica.

O **núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos** reúne conhecimentos voltados para as áreas de atuação profissional priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições e que, atendendo a diferentes demandas sociais, oportunizará, entre outras possibilidades, a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas da Educação Especial, bem como da Tecnologia Assistiva, dos recursos pedagógicos e das Tecnologias Digitais da

⁹ A Pedagogia da Alternância consiste numa metodologia de organização do ensino escolar que conjuga diferentes experiências formativas distribuídas ao longo de tempos e espaços distintos, tendo como finalidade uma formação profissional (Teixeira; Bernartt; Trindade, 2008, p. 227).

Informação e da Comunicação aplicadas à Educação especial e o domínio pedagógico desses conteúdos, ampliando os conhecimentos do núcleo básico.

O **núcleo de estudos integradores (prática pedagógica)** reúne conhecimentos que proporcionarão enriquecimento curricular por meio da participação do cursista em atividades que compreendem áreas específicas de seu interesse na Educação Especial, incluindo seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, estágios, monitoria e extensão, diretamente orientados pelo corpo docente da instituição de educação superior; atividades práticas, de modo a propiciar vivências, nas mais diferentes áreas do campo educacional, assegurando experiências e utilização de recursos pedagógicos; atividades de comunicação e expressão cultural (congressos, seminários, simpósios, colóquios, minicursos e mesas redondas, audiência de defesas de TCC, monografias de especialização, dissertação ou tese etc.).

Embora distintos, os núcleos formativos estão interconectados e são indissociáveis no movimento de efetiva e concomitante **relação entre teoria e prática, tendo em vista o fornecimento de elementos básicos para o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários** à docência.

O currículo do curso é estruturado por disciplinas interconexas de caráter teórico-prático e prático, Atividades Complementares (AC), Atividades Curriculares de Extensão (ACE) e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e será desenvolvido em 08 (oito) semestres letivos, com carga horária total de **3.390** (três mil trezentas e noventa) horas, assim distribuídas: **855 horas do núcleo básico, 1.740 horas do núcleo de aprofundamento e 810 horas do núcleo integrador, além de 200h de Atividades Complementares.** No Quadro 4, a seguir, apresentamos o detalhamento das atividades curriculares obrigatórias e optativas do curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, segundo sua natureza e seu ordenamento nos núcleos de formação.

Quadro 4 - Organização dos componentes curriculares por núcleo do percurso formativo

Percurso Formativo	Componentes Curriculares	Carga Horária
Núcleo Básico (Conhecimentos científicos, fundamentos, legislação educacional, metodologias etc.)	Fundamentos Históricos da Educação	60h
	Fundamentos Sociológicos da Educação	60h
	Fundamentos Filosóficos da Educação	60h
	Fundamentos Neuropsicológicos da Aprendizagem	60h

	Iniciação ao trabalho científico e à pesquisa em Educação	60h
	Fundamentos Psicológicos da Educação	60h
	Didática Geral	60h
	Currículo e Educação Especial	60h
	Políticas Públicas Educacionais e da Educação	60h
	Educação Infantil e Inclusão Escolar	60h
	Fundamentos e processos da leitura da escrita para o Público-alvo a Educação Especial	60h
	Fundamentos e processos do ensino de Ciências da Natureza	45h
	Fundamentos e processos do ensino de Matemática	45h
	Fundamentos e processos do ensino de Ciências Humanas	45h
	Total	795 h
Núcleo de Aprofundamento (Conteúdos específicos e pedagógicos, objetos de conhecimento da BNCC-Educação Básica)	Seminário de Introdução ao Curso de Educação Especial Inclusiva	15h
	Libras	60h
	Educação Especial: contextos históricos e sociais	45h
	Estudo do Desenvolvimento Atípico	45h
	Ensino e Consultoria Colaborativa	45h
	Inovação Pedagógica e Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação Aplicadas à Educação Especial	60h
	Acessibilidade e Desenho Universal para a Aprendizagem	60h
	Educação de Estudantes com Deficiência Visual	60h
	Tecnologia Assistiva para Estudantes com Deficiência Visual	45h
	Educação de Estudantes com Deficiência Intelectual	60h
	Tecnologia Assistiva para Estudantes com Deficiência Intelectual	45h
	Educação de Estudantes com Deficiência Auditiva	60h
	Tecnologia Assistiva para Estudantes com Deficiência Auditiva	45h

	Educação de Estudantes com TEA	60h
	Tecnologia Assistiva para Estudantes com TEA	45h
	Educação de Estudantes com Deficiência Física/Paralisia Cerebral	60h
	Tecnologia Assistiva para Estudantes com Deficiência Física/Paralisia Cerebral	45h
	Educação de Estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação	60h
	O modelo Triádico de enriquecimento para estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação	45h
	Inclusão, Família e Trabalho	45h
	Atendimento Educacional Especializado (AEE) e outros suportes especializados na Educação Especial sistema multicamada	60h
	TCC I	60h
	TCC II	60h
	Planejamento Educacional Individualizado (PEI)	45h
	Pesquisa em Educação Especial	60h
	Educação Especial: a interseccionalidade entre raça, gênero, sexualidade, deficiência e condição social	45h
	Transição escolar na Educação Especial	30h
	Avaliação da aprendizagem de estudantes do público – alvo da Educação Especial	60h
	Educação, Corpo e Movimento	60h
	Educação Especial Inclusiva para indígenas	30h
	Educação Especial Inclusiva e intersetorialidade	45h
	Arte e Educação Especial	45h
	Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos e	60h
	Optativa I Gestão Educacional na Educação Especial	60h
	Optativa II Formação de Professores para a prática	60h
	Total	1.785 h
Núcleo integrador (Prática pedagógica)	Estágio Supervisionado Obrigatório na Educação Especial Inclusiva I/ Educação Infantil	135h
	Estágio Supervisionado Obrigatório na Educação Especial Inclusiva II/ Ensino Fundamental	135h

	Estágio Supervisionado Obrigatório na Educação Especial Inclusiva III/Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos	135h
	Atividades Curriculares de Extensão I	45h
	Atividades Curriculares de Extensão II	45h
	Atividades Curriculares de Extensão III	45h
	Atividades Curriculares de Extensão IV	60h
	Atividades Curriculares de Extensão V	60h
	Atividades Curriculares de Extensão VI	60h
	Atividades Curriculares de Extensão VII	45h
	Atividades Curriculares de Extensão VIII	45h
	Total	810h
	Total Geral dos Núcleos	3.390h
	Atividades Complementares	200 h
	Total Geral do Curso	3.590h

Fonte: elaborado pela comissão de reformulação do PPC

A organização apresentada no Quadro 4 é apenas uma representação didática para fins de visualização de como os componentes curriculares integram cada núcleo ao longo do percurso formativo. Contudo, no desenvolvimento do curso esses componentes vão se entrelaçando, de forma interdisciplinar, visando superar a visão fragmentada do currículo por meio da efetiva integração dos componentes curriculares e a construção de um conhecimento que possibilite ao professor cursista ressignificar as experiências vivenciadas no tempo-universidade na sua prática pedagógica do espaço-tempo da escola básica (FERRO, 2017, 2019).

O currículo do curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva da UFPI por meio do Parfor Equidade foi planejado de modo a favorecer a interconexão entre dois processos essenciais da formação em serviço: as novas elaborações teóricas construídas na formação (*saberes do conhecimento*) e o conhecimento que o professor cursista vem construindo ao longo da sua prática (*saberes da experiência/saberes pedagógicos*). Para tanto, a organização curricular prevê eixos integradores, que constituem espaços de interdisciplinaridade em que os conteúdos das disciplinas das diferentes áreas são articulados em torno das experiências dos professores cursistas (BRASIL, 2004). Os eixos integradores são em número de oito (um por semestre letivo) e servirão como ponto de convergência de atividades de pesquisa/extensão, de

modo a auxiliar o cursista na articulação dos conteúdos das áreas temáticas com sua prática pedagógica, possibilitando a reflexão sobre a prática, com vistas a aperfeiçoar a sua atuação docente.

As ações interdisciplinares são conduzidas por atividade de pesquisa/extensão com base em um tema gerador, abordado em diferentes enfoques disciplinares, tendo como eixo condutor uma disciplina integradora. O tema gerador poderá envolver eixos como Educação, Diversidades, Direitos Humanos, Meio Ambiente, Cultura, Saúde, Tecnologia, Trabalho e Cidadania que articula importantes aspectos da vida contemporânea que se concretizam no âmbito escolar.

A partir desses temas, podem ser estudadas diversas temáticas, tais como: educação ambiental, gênero e sexualidade; os direitos das crianças e adolescentes do público da Educação Especial; a educação em direitos humanos e cidadania; educação inclusiva e família; a educação digital e tecnológica, bem como o tratamento adequado da temática da diversidade cultural, étnica, linguística e epistêmica em distintos contextos socioeconômicos.

As Atividades Curriculares de Extensão (ACE) serão escolhidas como disciplinas integradoras ao longo dos oito semestres letivos que integram o percurso formativo do curso, em função da possibilidade de integração dos conteúdos entre as demais disciplinas que compõem a matriz curricular em cada semestre, por assegurarem a relação entre teoria e prática, concretizada pela estreita vinculação entre o espaço acadêmico e o *locus* de atuação docente (a escola básica) e pela possibilidade de fortalecer a indissociabilidade entre as funções essenciais da Universidade: ensino, pesquisa e extensão.

Assim, em cada semestre letivo, há uma disciplina integradora que promove a articulação entre os conteúdos das diferentes áreas temáticas e a prática pedagógica do professor cursista, tomando como eixo temático um dos temas contemporâneos, que se relacionam de forma direta ou indireta com a Educação Especial.

O professor responsável pela disciplina integradora em cada semestre fará a articulação do trabalho interdisciplinar e será intitulado professor articulador, cujo papel é coordenar os demais professores do bloco e articular o trabalho de pesquisa para a realização de atividades propostas pelos professores das demais disciplinas do semestre. Em síntese, sua função é a de ser o articulador do Projeto de Trabalho Interdisciplinar (PTI), mantendo contato constante com os professores das outras disciplinas, auxiliando-os na consecução das atividades referentes ao trabalho. Os demais professores são denominados orientadores.

O Projeto de Trabalho é atividade de pesquisa e/ou ação pedagógica a respeito de algum aspecto (social, histórico, cultural, ecológico, etc.) da realidade local do professor cursista e

será planejado de forma colaborativa pelos professores formadores devendo focar os problemas que as várias disciplinas suscitam, a partir do tema gerador definido para o semestre, tendo como eixo condutor a disciplina integradora. O resultado do trabalho interdisciplinar previsto no PTI é socializado num evento protagonizado pelos professores cursistas, configurado como Seminário Interdisciplinar Integrador que ocorre no encerramento do semestre letivo em todos os *Campi* e polos de realização do curso, previsto no calendário acadêmico semestral do Parfor Equidade.

A organização dos componentes curriculares que integralizarão o curso é coerente com os objetivos do curso e os conhecimentos necessários para o desenvolvimento das competências previstas no perfil desejado para o egresso do curso e visa garantir ao licenciando uma formação alicerçada nos princípios formativos realçados por meio da interdisciplinaridade, da contextualização, da explicitação da unidade teoria-prática e do trabalho colaborativo, evidenciando relação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

A estrutura curricular segue uma lógica formativa encadeada e consistente, visando garantir ao professor cursista o fortalecimento de sua base de conhecimentos e o aperfeiçoamento das qualidades e habilidades docentes necessárias ao aperfeiçoamento da sua prática como professores especialistas em Educação Especial na Educação Básica.

Na organização curricular do curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva¹⁰ do Parfor/UFPI estão definidas duas categorias de disciplinas: obrigatórias e optativas. As disciplinas obrigatórias destinam-se a propiciar ao licenciando formação teórica sólida e consistente sobre os Fundamentos da Educação e das ciências afins, domínio dos conteúdos específicos da área de Educação Especial. O Quadro 4, a seguir, apresenta os componentes curriculares obrigatórios e optativos que integram a matriz curricular do curso.

3.2 Matriz curricular

¹⁰ A estrutura e organização do curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva adotou como modelos os PPC de cursos já estabelecidos e reconhecidos por sua excelência na área de Educação Especial das Universidades Federais de São Carlos (UFSCar) e Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Além desses, a comissão de elaboração desse PPC orientou-se pelo PPC do curso de Pedagogia/Parfor da Universidade Federal do Piauí (UFPI), consolidado e legitimado como de alta qualidade.

1º PERÍODO/SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR						PRÉ-REQUISITOS (código e nome)
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	
			Seminário de Introdução ao Curso de Educação Especial e Inclusiva	1.0.0	15h	-
			Iniciação ao Trabalho Científico e à Pesquisa	3.1.0	60h	-
			Atividades Curriculares de Extensão I	0.0.3	45h	-
			Fundamentos Históricos da Educação	3.1.0	60h	-
			Educação Especial: contextos históricos e sociais	2.1.0	45h	-
			Fundamentos Sociológicos da Educação	3.1.0	60h	-
			Fundamentos Psicológicos da Educação	3.1.0	60h	-
			Fundamentos Filosóficos da Educação	3.1.0	60h	-
TOTAL					405 h	

2º PERÍODO/SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR						PRÉ-REQUISITOS (código e nome)
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	
			Atividades Curriculares de Extensão II	0.0.3	45h	
			Políticas Públicas Educacionais e da Educação Especial	3.1.0	60h	
			Estudo do desenvolvimento atípico	2.1.0	45h	
			Fundamentos Neuropsicológicos da Aprendizagem	3.1.0	60h	
			Didática Geral	3.1.0	60h	
			Ensino e Consultoria Colaborativa	2.1.0	45h	
			Inovação Pedagógica e Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação Aplicadas à Educação Especial	3.1.0	60h	
			Currículo e Educação Especial	3.1.0	60h	
TOTAL					435h	

3º PERÍODO/SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR						PRÉ-REQUISITOS (código e nome)
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	
			Atividades Curriculares de Extensão III	0.0.3	45 h	
			Educação Especial: interseccionalidade entre raça, gênero, sexualidade, deficiência e condição social	2.1.0	45h	
			Acessibilidade e Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA)	3.1.0	60h	
			Educação de Estudantes com Deficiência Visual	3.1.0	60h	
			Tecnologia Assistiva para Estudantes com Deficiência Visual	2.1.0	45h	
			Educação de Estudantes com Deficiência Intelectual	3.1.0	60h	
			Tecnologia Assistiva para Estudantes com Deficiência Intelectual	2.1.0	45h	
			Inclusão, Família e Trabalho	2.1.0	45h	
			Educação Especial inclusiva para indígenas	2.1.0	45h	
TOTAL					450h	

4º PERÍODO/ SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR						PRÉ-REQUISITOS (código e nome)
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	
			Atividades Curriculares de Extensão IV	0.0.3	45h	
			Educação de Estudantes com Deficiência Auditiva	3.1.0	60h	
			Tecnologia Assistiva para Estudantes com Deficiência Auditiva	2.1.0	45h	
			Libras	3.1.0	60h	
			Educação de Estudantes com TEA	3.1.0	60h	
			Tecnologia Assistiva para Estudantes com TEA	2.1.0	45h	
			Atendimento Educacional Especializado (AEE) e outros suportes especializados na Educação Especial Inclusiva	3.1.0	60h	

			Planejamento Educacional Individualizado (PEI)	2.1.0	45h	
TOTAL					420h	

5º PERÍODO/ SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR						PRÉ-REQUISITOS (código e nome)
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	
			Atividades Curriculares de Extensão V	0.0.4	60h	
			Educação de Estudantes com Deficiência Física/Paralisia Cerebral	3.1.0	60h	
			Tecnologia Assistiva para Estudantes com Deficiência Física/Paralisia Cerebral	2.1.0	45h	
			Pesquisa em Educação Especial	3.1.0	60h	
			Educação de Estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação	3.1.0	60h	
			O Modelo Triádico de Enriquecimento para estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação	2.1.0	45h	
			Educação Especial Inclusiva e intersetorialidade	2.1.0	45h	
			Transição escolar na Educação Especial	1.1.0	30h	
TOTAL					405h	

6º PERÍODO/ SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR						PRÉ-REQUISITOS (código e nome)
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	
			Atividades Curriculares de Extensão VI	0.0.4	60h	
			Avaliação da aprendizagem de estudantes do público da Educação Especial	3.1.0	60h	
			Educação Infantil e inclusão escolar	3.1.0	60h	
			Educação, Corpo e Movimento	3.1.0	60h	
			Arte e Educação Especial	2.1.0	45h	
			Estágio Supervisionado Obrigatório na Educação Especial Inclusiva I / Educação Infantil	0.0.9	135h	
TOTAL					420h	

7º PERÍODO/ SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR						PRÉ-REQUISITOS (código e nome)	
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA		
			Atividades Curriculares de Extensão VII	0.0.3	45h		
			Fundamentos e processos da leitura e da escrita para o público da Educação Especial	3.1.0	60h	-	
			Fundamentos e processos do ensino da Matemática	2.1.0	45h	-	
			Fundamentos e processos do ensino de Ciências da Natureza	2.1.0	45h		
			Fundamentos e processos do ensino das Ciências Humanas	2.1.0	45h	-	
			Estágio Supervisionado Obrigatório na Educação Especial Inclusiva II/Ensino Fundamental	0.0.9	135h		
			TCC I	2.2.0	60h		
TOTAL						435h	

8º PERÍODO/ SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR						PRÉ-REQUISITOS (código e nome)	
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA		
			Atividades Curriculares de Extensão VIII	0.0.3	45h		
			Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial	3.1.0	60h		
			Optativa I Gestão Educacional na Educação Especial Inclusiva	3.1.0	60h		
			Optativa II Formação de professores para a prática na Educação Especial Inclusiva	3.1.0	60h		
			Estágio Supervisionado Obrigatório na Educação Especial Inclusiva III/ Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos	0.0.9	135h		
			TCC II	2.2.0	60h		
TOTAL						420h	

Quadro 5 - Disciplinas optativas – 8º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR						PRÉ-REQUISITOS (código e nome)	NÍVEL VINCULADO (Período letivo ao qual será ofertado)
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA		
Coordenação do Curso			Optativa I Gestão Educacional na Educação Especial Inclusiva	3.1.0	60h	-	8º
Coordenação do Curso			Optativa II Formação de professores para a prática na Educação Especial	3.1.0	60h	-	8º
Coordenação do Curso			Optativa III Direitos Humanos e Diversidade	3.1.0	60h	-	8º
Coordenação do Curso			Optativa IV Educação	3.1.0	60h	-	8º
Coordenação do Curso			Optativa V Educação Ambiental	3.1.0	60h	-	8º
Coordenação do Curso			Optativa VI Psicopedagogia	3.1.0	60h		8º
			TOTAL	3.1.0	120		

3.2.1 Prática como componente curricular - PCC

A atual política de formação de professores rompe com o modelo da racionalidade técnica e entende que a prática deve ser componente essencial da preparação de professores desde os momentos iniciais dos cursos de formação. Em outras palavras, a formação se constitui nessa perspectiva, articulada com a prática (Diniz-Pereira, 2011). A instituição da Prática como componente curricular (PCC) ocorreu em 2002 com o intuito de associar teoria e prática na formação de professor.

A aplicação da PCC implica que as disciplinas passam a se constituir simultaneamente, como teóricas e práticas e visam formar professores “a partir da análise da crítica e da

proposição de novas maneiras de fazer educação” (Pimenta e Lima, 2012, p. 44), o que possibilita a aproximação entre as instituições de formação e a escola básica. Nesse sentido, essa ênfase na prática na formação dos professores objetiva o alcance da práxis autêntica, pois analisa o contexto de maneira crítica para promover intervenção efetiva que transforme essa realidade (FREIRE, 2015).

Os efeitos benéficos da parceria entre instituições formadoras e escola em função da articulação entre teoria e prática, tem impactos no ensino, pesquisa e extensão, tripé fundante das primeiras, legitimado nos espaços de trabalho (ALMEIDA; PIMENTA, 2011; ANDRÉ, 2016; GATTI *et al*, 2019; NÓVOA, 2011; PIMENTA, 2012; TARDIF, 2014; VEIGA, 2010, 2012, 2016; ZEICHNER, 1983). No que diz respeito ao Parfor Equidade, a formação em serviço é primordial para o trabalho que se realiza na Educação Básica, fortalecendo as licenciaturas

assim como o trabalho desenvolvido pelos cursistas no contexto em que estão inseridos, qualificando sua prática e valorizando suas experiências e saberes.

Quadro 6 - Prática como Componente Curricular (PCC)

Período Letivo	Disciplinas	Carga Horária	Créditos	PCC
1º	Atividades Curriculares de Extensão I	45h	0.0.3	3
	Total do Semestre			45 h
2º	Atividades Curriculares de Extensão II	45h	0.0.3	3
	Total do Semestre			45 h
3º	Atividades Curriculares de Extensão III	45h	0.0.3	3
	Total do Semestre			45 h
4º	Atividades Curriculares de Extensão IV	60h	0.0.4	4
	Total do Semestre			60 h
5º	Atividades Curriculares de Extensão V	60h	0.0.4	4
	Total do Semestre			60 h
6º	Atividades Curriculares de Extensão VI	60h	0.0.4	4
	Total do Semestre			60 h
7º	Atividades Curriculares de Extensão VII	45h	0.0.3	3
	Total do Semestre			45 h
8º	Atividades Curriculares de Extensão VIII	45h	0.0.3	3
	Total do Semestre			45 h
Total Geral		405 h	27	405 h

Fonte: elaborado pela comissão de formulação do PPC

3.3 Fluxograma do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva – PARFOR EQUIDADE / UFPI

1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre	5º Semestre	6º Semestre	7º Semestre	8º Semestre
Seminário de Introdução ao Curso de Educação Especial Inclusiva 15 h/1.0.0	Atividades Curriculares de Extensão II 45 h/0.0.3	Atividades Curriculares de Extensão III 45 h/0.0.3	Atividades Curriculares de Extensão IV 45h/0.0.3	Atividades Curriculares de Extensão V 60h/0.0.4	Atividades Curriculares de Extensão VI 60h/0.0.4	Atividades Curriculares de Extensão VII 45 h/0.0.3	Atividades Curriculares de Extensão VIII 45 h/0.0.3
Atividades Curriculares de Extensão I 45 h/0.0.3	Políticas Públicas Educacionais e da Educação Especial 60h/3.1.0	Educação Especial: interseccionalidade entre raça, gênero, sexualidade, deficiência e condição social 45h/2.1.0	Educação de estudantes com Deficiência Auditiva 60 h/3.1.0	Educação de estudantes com Deficiência Física/Paralisia Cerebral 60 h/3.1.0	Avaliação da aprendizagem do público da Educação Especial 60h/3.1.0	Fundamentos e processos da leitura e da escrita para o público da Educação Especial 60 h/3.1.0	Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial 60 h/3.1.0
Fundamentos Históricos da Educação 60 h/3.1.0	Estudo do Desenvolvimento Atípico 45h/2.1.0	Acessibilidade e Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) 60 h/3.1.0	Tecnologia Assistiva para estudantes com Deficiência Auditiva 45 h/2.1.0	Tecnologia Assistiva para estudantes com Deficiência Física/Paralisia Cerebral 45 h/2.1.0	Educação Infantil e inclusão escolar 60 h/3.1.0	Fundamentos e processos do ensino da Matemática 45 h/2.1.0	Optativa I Gestão Educacional na Educação Especial Inclusiva 60 h/3.1.0
Fundamentos Sociológicos da Educação 60 h/3.1.0	Fundamentos Neuropsicológicos da Aprendizagem 60h/3.1.0	Educação de Estudantes com Deficiência Visual 60 h/3.1.0	Libras 60 h/3.1.0	Pesquisa em Educação Especial 60 h/3.1.0	Educação, Corpo e Movimento 60 h/3.1.0	Fundamentos e processos do ensino de Ciências da Natureza 45 h/2.1.0	Optativa II Formação de Professores para a prática na Educação Especial Inclusiva 60 h/3.1.0
Fundamentos Filosóficos da Educação 60 h/3.1.0	Didática Geral 60h/3.1.0	Tecnologia Assistiva para estudantes com Deficiência Visual 45 h/2.1.0	Educação de estudantes com TEA 60 h/3.1.0	Educação de estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação 60 h/3.1.0	Arte e Educação Especial 45 h/2.1.0	Fundamentos e processos do ensino das Ciências Humanas 45 h/2.1.0	Estágio Supervisionado Obrigatório na Educação Especial Inclusiva III – Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos 135h/0.0.9
Fundamentos Psicológicos da Educação 60h/3.1.0	Ensino e Consultoria Colaborativa 45/2.1.0	Educação de estudantes com Deficiência Intelectual 60 h/3.1.0	Tecnologia Assistiva para estudantes com TEA 45 h/2.1.0	O modelo triádico de enriquecimento para estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação 45h	Estágio Supervisionado Obrigatório na Educação Especial Inclusiva I/Educação Infantil 135 h/0.0.9	Estágio Supervisionado Obrigatório na Educação Especial Inclusiva II – Ensino Fundamental 135 h/0.0.9	TCC II 60 h/2.2.0
Iniciação ao trabalho científico e à pesquisa 60 h/3.1.0	Inovação Pedagógica e Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação aplicadas à Educação Especial 60h/3.1.0	Tecnologia Assistiva para estudantes com Deficiência Intelectual 45 h/2.1.0	Atendimento Educacional Especializado (AEE) outros suportes especializados na Educação Especial Inclusiva 60 h/3.1.0	Educação Especial Inclusiva e interseccionalidade 45h/2.1.0		TCC I 60 h/2.2.0	
Educação Especial: contextos históricos e sociais 45 h/2.1.0	Currículo e Educação Especial 60 h/3.1.0	Inclusão, Família e Trabalho 45h/2.1.0	Planejamento Educacional Individualizado (PEI) 45 h/2.1.0	Transição escolar na Educação Especial 30h/1.1.0			
		Educação Especial Inclusiva para indígenas 45 h/2.1.0					

3.4 Estágio supervisionado e atividades complementares

3.3.1 Estágio Supervisionado Obrigatório

Estágio Supervisionado Obrigatório é uma atividade acadêmica específica que prepara o discente para o trabalho produtivo, com o objetivo de aprendizagem social, profissional e cultural, constituindo-se intervenção prática em situações de vida e trabalho, nos termos do Art. 61 do Regulamento Geral da Graduação da UFPI, aprovado pela Resolução CEPEX/UFPI n. 177/2012.

O estágio curricular nos cursos de formação de professores que já exercem a docência (a exemplo dos cursos ofertados através do Parfor) se configura como espaço de reflexão de suas práticas a partir das elaborações teóricas construídas no processo formativo, de formação contínua, de ressignificação da identidade profissional docente e de produção de conhecimentos (Pimenta e Lima, 2012).

É uma atividade que possibilita ao professor em formação atuar no contexto escolar de forma reflexiva, articulando o conhecimento científico pedagógico, construído ao longo das disciplinas cursadas, e a prática docente vivenciada no contexto escolar. Ressalta-se que o estágio se caracteriza como momento privilegiado para a aprendizagem da profissão, tendo em vista que a imersão do estudante no ambiente da escola permite conhecer a dinâmica e organicidade dessa instituição e experienciar formas de exercer a docência (Teles; Rossato, 2023).

Nesse contexto, destaca-se o papel do professor formador como sujeito mediador das construções teóricas existentes no espaço acadêmico e da discussão coletiva sobre as experiências e dilemas dos professores que atuam na escola básica, juntamente com os licenciandos. Esse processo de mediação possibilita a articulação e construção de novas elaborações teóricas favorecendo a transformação da consciência profissional do professor cursista e a ressignificação da sua prática. Nesse movimento, o professor formador também é afetado pelos diálogos e reflexões produzidas nesse espaço, ressignificando sua prática e identidade profissional, tendo em vista que estas estão em constante processo de transformação em função das demandas sociais, particularmente na universidade e na escola.

As atividades de estágio curricular supervisionado deverão ser, preferencialmente, realizadas na própria escola e com as turmas que estiverem sob responsabilidade do professor cursista, conforme determina a Resolução CNE/CP n. 1, de 11 de fevereiro de 2009. Devido as

especificidades do curso em questão, essas atividades poderão ser realizadas ocasionalmente em instituições de ensino especializadas.

Com vistas a alcançar os objetivos de promover uma práxis reflexiva, o curso lançará mão de metodologias que propiciem a reflexão e a produção de conhecimentos capazes de oferecer a fundamentação teórica necessária para a compreensão da prática didático-pedagógica e da realidade social na qual essa prática está inserida. As metodologias de ensino e pesquisa como as **narrativas de formação** (*memoriais, autobiografias, histórias de vida*) e a **metodologia de projetos** (projeto didático de intervenção com vistas ao enfrentamento de um problema educacional específico de natureza interdisciplinar voltado para a Educação Infantil e/ou anos iniciais do Ensino Fundamental) são alguns exemplos de práticas coletivas que favorecem a emergência de experiências formativas inovadoras.

No curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva do Parfor Equidade, o estágio é componente curricular indispensável para integralização do curso e totaliza 405 horas de atividades em situação real de trabalho na escola básica de atuação do professor cursista distribuídas em três disciplinas: Estágio Supervisionado Obrigatório na Educação Especial Inclusiva I/ Educação Infantil - 135h; Estágio Supervisionado Obrigatório na Educação Especial Inclusiva II/Ensino Fundamental - 135h; e Estágio Supervisionado Obrigatório na Educação Especial Inclusiva III/ Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos - 135h, em atendimento ao disposto na Resolução CNE/CP n. 2/2019.

A expectativa é que os professores cursistas possam alternar momentos de reflexão, análise e problematização da prática (tempo universidade) com momentos de planejamento e sistematização de estratégias de enfrentamento dos problemas que emergem do contexto escolar passíveis de intervenção pedagógica (tempo escola). Para isso, o professor formador deve promover encontros incluindo os demais profissionais das escolas envolvidas no estágio com o objetivo de discutir as problemáticas trazidas pelos cursistas para, colaborativamente, (re)definir as estratégias de ação.

No curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva do PARFOR EQUIDADE / UFPI, o estágio inicia no sexto semestre letivo, conforme desenho curricular anteriormente apresentado e será realizado sob a mentoria e acompanhamento efetivo do professor formador, que supervisionará um grupo de até 10 (dez) professores cursistas, nos termos da Portaria Capes n. 220, de 21 de dezembro de 2021. O projeto de estágio deve dialogar com o projeto de pesquisa que será elaborado na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

3.3.2 Atividades Complementares

As atividades complementares, consideradas estudos independentes, realizados por meio de atividades acadêmico-científico-culturais, se constituem em um conjunto de estratégias pedagógico-didáticas que permitem, no âmbito do currículo, a articulação entre teoria e prática e a complementação, por parte do estudante, dos saberes e habilidades necessárias à sua formação. As atividades serão avaliadas durante a realização do curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, com possibilidade de aproveitamento de conhecimentos adquiridos pelo estudante, através de estudos e práticas independentes realizadas no decorrer ou até o último período.

As atividades acadêmicas desenvolvidas pelos alunos de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, para efeito de integralização curricular, correspondem a 200 horas, as quais deverão ser registradas no Histórico Escolar do aluno, em conformidade com as normas internas da UFPI a respeito do tema.

Considerar-se-ão atividades acadêmico-científico-culturais, em suas devidas categorias e pontuações o que se expõe nas dez tabelas de Atividades Complementares (AC) seguintes, delineadas por categoria, conforme a Resolução CEPEX-UFPI n.177/12.

Tabela 1 - Categoria: ATIVIDADE DE INICIAÇÃO A DOCÊNCIA E A PESQUISA

Carga horária máxima da categoria: 180 h

Carga horária máxima do currículo na categoria: 180 h

Componente			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigências
Código	Atividade	Descrição			
	Participação em grupo de estudo/pesquisa.	O aluno deverá participar de atividades/projetos de ensino ou pesquisa, orientado por docente da UFPI.	180 h	180 h	Relatório do professor orientador e declarações dos órgãos/unidade competentes.

Fonte: elaborado pela comissão de formulação do PPC

Tabela 2 - Categoria: ATIVIDADE DE APRESENTAÇÃO E/OU ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS GERAIS

Carga horária máxima da categoria: 60 h

Carga horária máxima do currículo na categoria: 60 h

Componente			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigências
Código	Atividade	Descrição			

Participação e Organização em evento científico	Participação e organização em congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fóruns, semanas acadêmicas.	10 h	30 h	Certificado de participação, organização ou declarações dos órgãos/unidade competentes.
Apresentação de trabalhos em eventos científicos.	Apresentação de trabalhos em congressos, seminários, conferências, simpósios, fóruns, semanas acadêmicas, na área de Educação Especial ou áreas afins.	10 h	30 h	Certificado de apresentação de trabalho ou declarações dos órgãos/unidade competentes, referentes a apresentação do trabalho científico.

Fonte: elaborado pela comissão de formulação do PPC

Tabela 3 - Categoria: TRABALHOS PUBLICADOS E APROVAÇÃO EM CONCURSOS
Carga horária máxima da categoria: 90 h
Carga horária máxima do currículo na categoria: 90 h

Componente			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigências
Código	Atividade	Descrição			
	Publicação de artigo completo em periódico.	Publicação de artigo completo em revista nacional ou internacional, como autor ou coautor.	10 h	20 h	Cópia de artigos ou página de título do artigo publicado ou carta de aceite da revista.
	Trabalho completo ou resumo publicado em anais de evento científico	Trabalho completo ou resumo publicado em anais de evento científico na área de Educação Especial ou afins.	10 h	50 h	Cópia da capa dos anais do evento, bem como a página na qual conste o trabalho publicado.
	Aprovação em concurso	Aprovação em concurso para professor de Educação Especial	20 h	20 h	Comprovante de aprovação ou nomeação

Fonte: elaborado pela comissão de formulação do PPC

Tabela 4 - Categoria: ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO, DIFERENCIADO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO
Carga horária máxima da categoria: 90 h
Carga horária máxima do currículo na categoria: 90 h

Componente	CH máxima	Exigências
------------	-----------	------------

Código	Atividade	Descrição	CH mínima aproveitada	aproveitada	
	Estágios não obrigatórios de 50 a 100 horas	Estágio realizado na área de Educação Especial com o Profissional de Apoio a Inclusão	20 h	20 h	Declarações dos órgãos/unidade competentes
	Estágios não obrigatórios de 101 a 200 horas	Estágio realizado na área de Educação Especial com o Profissional de Apoio a Inclusão	30 h	30 h	Declarações dos órgãos/unidade competentes
	Estágios não obrigatórios com mais de 200 horas	Estágio realizado na área de Educação Especial com o Profissional de Apoio a Inclusão	40 h	40 h	Declarações dos órgãos/unidade competentes

Fonte: elaborado pela comissão de formulação do PPC

Tabela 5 - Categoria: EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS E/OU COMPLEMENTARES
Carga horária máxima da categoria: 120 h
Carga horária máxima do currículo na categoria: 120 h

Componente			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigências
Código	Atividade	Descrição			
	Participação em projetos	Participação em projetos sociais governamentais e não-governamentais, voltados a área de Educação Especial, com duração mínima de 60 dias.	30 h	60 h	Declarações dos órgãos/unidade competentes
	Experiência Profissional	Atuação como docente acima de 6 meses	60 h	60 h	Declarações dos órgãos/unidade competentes

Fonte: elaborado pela comissão de formulação do PPC

Tabela 6 - Categoria: ATIVIDADES ARTÍSTICO-CULTURAIS, ESPORTIVAS E PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICA
Carga horária máxima da categoria: 90 h
Carga horária máxima do currículo na categoria: 90 h

Componente			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigências
Código	Atividade	Descrição			

	Elaboração de texto teórico e/ou experimental sobre a área de Educação Especial	Elaboração de texto teórico e/ou experimental sobre/para a atuação pedagógica (área de Educação Especial) na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e Ensino Médio e EJA.	30 h	30 h	Apresentação dos trabalhos produzidos ou produtos.
	Organizador e/ou participante de eventos artístico-culturais ou esportivos	Organização e/ou participação em eventos artístico-culturais e em torneios, campeonatos, olimpíadas, organizadas pela UFPI ou outras instituições.	30 h	60 h	Atestados/certificados de participação

Fonte: elaborado pela comissão de formulação do PPC

Tabela 7 - Categoria: ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Carga horária máxima da categoria: 90 h

Carga horária máxima do currículo na categoria: 90 h

Componente			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigências
Código	Atividade	Descrição			
	Participação em Programas ou projetos de extensão	Participação em Programas ou projetos de extensão, sob orientação de professor da UFPI.	10 h	10 h	Atestados ou certificados de participação
	Participação em Minicurso, Oficina ou Grupo de Estudo.	Participação em Minicurso, Oficina ou Grupo de Estudo. Se for grupo de estudo, este deve ser orientado por professor da UFPI ou outra IES.	10 h	30 h	Atestados ou certificados de participação
	Participação em eventos junto à comunidade.	Participação em apresentações, eventos, projeções comentadas de vídeos técnicos à comunidade durante o período de integralização do curso.	10 h	10 h	Atestados ou certificados de participação
	Excursões científicas	Excursões científicas que estejam relacionadas com atividades de extensão.	10 h	10 h	Atestados ou certificados de participação

	Curso de extensão	Curso de extensão na área de Educação Especial e/ou áreas afins	10 h	20 h	Atestados ou certificados de participação
	Participação em exposições e feiras.	Participação em exposições, feiras, datas temáticas na área de Educação Especial	10 h	10 h	Atestados ou certificados de participação

Fonte: elaborado pela comissão de formulação do PPC

Tabela 8 - Categoria: VIVÊNCIAS DE GESTÃO

Carga horária máxima da categoria: 40 h

Carga horária máxima do currículo na categoria: 40 h

Componente			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigências
Código	Atividade	Descrição			
	Participação em atividades de gestão	Participação em atividades de gestão no âmbito da escola em que o cursista atua.	15 h	30 h	Declaração do órgão/unidade competente ou Atas das reuniões das quais o aluno participou
	Participação em comissões de trabalho na universidade.	Participação nas diversas comissões de trabalho da UFPI ou outra IES	10 h	10 h	Declaração do órgão/unidade competente ou Atas das reuniões das quais o aluno participou

Fonte: elaborado pela comissão de formulação do PPC

Tabela 9 - Categoria: VISITAS TÉCNICAS:

Carga horária máxima da categoria: 10 h

Carga horária máxima do currículo na categoria: 10 h

Componente			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigências
Código	Atividade	Descrição			
	Visitas técnicas na área do curso	Visitas técnicas na área do curso que resultem em relatório circunstanciado, validado e aprovado por um professor responsável, consultado previamente.	5 h	10 h	Relatório circunstanciado, validado e aprovado por um professor responsável, consultado previamente.

Fonte: elaborado pela comissão de formulação do PPC

Tabela 10 - Categoria: DISCIPLINA ELETIVA OFERTADA POR OUTRO CURSO DESTA INSTITUIÇÃO OU POR OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Carga horária máxima da categoria: 60 h

Carga horária máxima do currículo na categoria: 60 h

Componente			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigências
Código	Atividade	Descrição			
	Disciplina eletiva	Disciplina de graduação cursada em outro curso desta instituição ou em outras instituições de educação superior	30 h	60 h	Histórico escolar, no qual conste a disciplina cursada.

Fonte: elaborado pela comissão de formulação do PPC

3.3.3 Atividade Curricular de Extensão

A Extensão, compreendida como um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político, com a intencionalidade transformadora entre universidade e os diversos setores da sociedade, está prevista no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, compreendendo, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos nos cursos de graduação, por meio de programas e projetos de extensão em áreas de pertinência social.

Regulamentada pela Resolução CNE nº 07, de 18 de outubro de 2018, que estabelece as diretrizes de extensão na educação superior brasileira e regulamenta o disposto na meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 (PNE). No âmbito da UFPI, está regimentada também pela Resolução CEPEX/UFPI nº 053/2019, alterada pela Resolução CEPEX/UFPI nº 297/2022, que regulamenta a inclusão das atividades curriculares de extensão como componente obrigatório nos cursos de graduação.

Neste PPC, as Atividades Curriculares de Extensão são definidas pelas Atividades Curriculares de Extensão (ACE) como componentes curriculares, ofertados em forma de disciplina na matriz curricular dada a especificidade do Parfor, abrangendo atividades desenvolvidas por discentes, relacionadas a cursos, eventos, prestação de serviços, projetos e programas, incluindo os previstos em programas institucionais e de natureza governamental que atendam a políticas municipais, estaduais ou federais, destinadas à comunidade externa à UFPI.

3.3.3.1 Regulamento das Atividades Curriculares de Extensão

- O curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva deverá obrigatoriamente oferecer, no mínimo, uma ACE a cada semestre, conforme calendário acadêmico e resoluções que regulamentam as atividades de extensão na UFPI;
- Os alunos do curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva deverão, obrigatoriamente, atuar na organização ou execução de uma ACE semestralmente (quando regularmente matriculado) até integralizar o total de 405h definido neste PPC;
- Os programas, projetos, cursos e eventos devem contemplar um conjunto articulado de ações pedagógicas, de caráter teórico e prático, que favoreçam a socialização e a apropriação, pela comunidade, de conhecimentos produzidos na Universidade ou fora dela, de forma presencial ou a distância, contribuindo para uma maior articulação entre o saber acadêmico e as práticas sociais;
- As ACE devem ser desenvolvidas por meio de metodologias participativas, no formato investigação-ação (ou pesquisa-ação), que priorizam métodos de análise inovadores, a participação dos atores sociais e o diálogo;
- Os programas, projetos, cursos e eventos de extensão ofertados por meio de disciplinas do currículo de cada curso de graduação devem ser cadastrados na Pró-Reitoria de Extensão (PREX), após sua prévia aprovação pela instância de vínculo direto dos docentes responsáveis pelo componente curricular (disciplina);
- As ACE devem estar em consonância com a especificidade formativa de cada curso e envolver diversidade de ações;
- O Quadro 15 a seguir, no que tange à carga horária e aos eixos temáticos das ACE semestrais, se constitui como referência para o curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva. Para sua formulação, baseamo-nos nos temas contemporâneos transversais, buscando trazer discussões que sejam de interesse dos estudantes e relevantes para sua formação.

Quadro 6 - Atividades Curriculares de Extensão

Período	Carga horária	Atividades Curriculares de Extensão	Eixo temático
1º	45 h	O aluno poderá participar da organização e execução de cursos, eventos e/ou projetos de extensão	Ciência e Tecnologia
2º	45 h	O aluno poderá participar da organização e execução de cursos, eventos e/ou projetos de extensão	Gênero e Sexualidade
3º	45 h	O aluno poderá participar da organização e execução de cursos, eventos e/ou projetos de extensão	Saúde, Educação Alimentar e Nutricional
4º	45 h	O aluno poderá participar da organização e execução de cursos, eventos e/ou projetos de extensão	Economia, Trabalho, Educação Financeira e Educação Fiscal
5º	60 h	O aluno poderá participar da organização e execução de cursos, eventos e/ou projetos de extensão	Educação em Direitos Humanos e Cidadania, Inclusão Social
6º	60 h	O aluno poderá participar da organização e execução de cursos, eventos e/ou projetos de extensão	Multiculturalismo, Diversidade Cultural, Educação para a valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras
7º	60 h	O aluno poderá participar da organização e execução de cursos, eventos e/ou projetos de extensão	Educação para as relações étnico-raciais
8º	45 h	O aluno poderá participar da organização e execução de cursos, eventos e/ou projetos de extensão	Meio Ambiente, Educação Ambiental e Educação para o consumo

Fonte: elaborado pela comissão de formulação do PPC

3.3.4 Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) está estruturado em duas disciplinas que, em conjunto com a pesquisa em Educação Especial, compreendem a formação para a pesquisa. Tem por objetivo fundamentar o aluno para produzir conhecimento acerca da Educação Especial Inclusiva, de modo que este sistematize os conhecimentos adquiridos no decorrer do curso em linguagem científica que possibilite sua divulgação nos meios apropriados.

Nesse sentido, o TCC constitui experiência primordial na formação do aluno, tendo em vista que pode abordar problemas teóricos ou empíricos concernentes à Educação Especial e a prática desenvolvida nos distintos contextos em que esse está inserido. Desse modo, tem caráter obrigatório para a obtenção do diploma.

No âmbito da UFPI, o TCC, conforme definido no Regulamento Geral da Graduação (Resolução CEPEX/UFPI n. 177/2012), corresponde à produção acadêmica que expresse as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como os conhecimentos por estes adquiridos durante o curso de graduação. Tem sua regulamentação em cada colegiado de curso, podendo ser realizado nas formas de monografia, memorial, artigo científico para publicação, relato de caso ou outra forma definida pelo colegiado de curso. Poderá ser desenvolvido individualmente ou em grupo de até 3 (três) alunos, de acordo com o previsto no Projeto Pedagógico (PPC), sob a orientação de um docente designado para esse fim.

O TCC objetiva a produção acadêmica que expresse as aprendizagens e habilidades desenvolvidas pelo cursista no seu campo de atuação profissional, bem como os conhecimentos produzidos no decorrer do curso. Em virtude da especificidade da clientela do Parfor Equidade, no caso de professores em exercício na Educação Básica, a produção do TCC deve ser orientada por um projeto investigativo que priorize o planejamento e intervenção na prática docente, com vista à melhoria e atualização do ensino. Desse modo, a atividade de investigação também deverá ser, preferencialmente, realizada na própria escola e com as turmas que estiverem sob a responsabilidade do professor cursista, na sua área ou disciplina de atuação, nos termos das normativas do Programa. No caso de cursistas oriundos da demanda social, este pode ser de caráter teórico e/ou interventivo a depender das condições do aluno.

Reitera-se a importância da integração do TCC com os demais componentes curriculares e a interconexão particular com as experiências resultantes do estágio supervisionado. Por isso, também devem ser priorizadas as metodologias de pesquisa que lançam mão da elaboração de narrativas de formação (memoriais, autobiografias, histórias de vida), que desvelam os vínculos com a profissão e, por meio das quais os cursistas podem se apropriar da experiência docente, e a metodologia de projetos com ênfase em projetos didáticos para intervenção em problemas educacionais específicos, de natureza interdisciplinar voltados para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Desse modo, no curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva da UFPI ofertado através do Parfor Equidade, a produção acadêmica do TCC deverá ser comunicada,

preferencialmente, por meio de artigo científico, relato de experiência, memorial de formação, projeto didático ou outro instrumento de comunicação definido pelo Colegiado de curso.

No curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva do Parfor/UFPI, o TCC tem caráter obrigatório e totaliza 120 horas, distribuídas em dois componentes curriculares: TCC I (60 horas) e TCC II (60 horas). A matrícula em TCC I e TCC II será realizada no 7º e 8º semestres, respectivamente. A relação entre os dois componentes curriculares é de continuidade, articulada por duas importantes atividades: planejamento da pesquisa, culminando com a elaboração do projeto de pesquisa, no TCC I e realização da pesquisa, conforme cronograma de execução no TCC II, exigindo-se apresentação e defesa do trabalho ao final do curso. Por essa razão, a matrícula no TCC II está diretamente condicionada à aprovação no TCC I.

A apresentação do trabalho ocorrerá publicamente e será avaliada por uma banca formada pelo professor orientador vinculado ao curso e dois pareceristas escolhidos, preferencialmente, entre os professores formadores que contribuíram no processo formação do cursista. Em consonância com o regulamento do Parfor, cada professor poderá orientar até 10 (dez) cursistas por semestre. Entre as atribuições do coordenador de TCC, está a função de disponibilizar, em repositório na página do curso, as produções dos alunos que foram aprovadas por banca específica.

O Quadro 7, a seguir sintetiza a integralização curricular do curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva do Parfor Equidade, contabilizando disciplinas de formação obrigatória e optativa, estágio supervisionado obrigatório, trabalho de conclusão de curso, atividades curriculares de extensão e atividades complementares:

Quadro 7 - Síntese da Integralização Curricular do Curso de Pedagogia Parfor

Componentes Curriculares	Carga horária
Disciplinas Obrigatórias	2.340h
Atividades Curriculares de Extensão	405h
Estágio Supervisionado Obrigatório	405h
Trabalho de Conclusão de Curso	120h
Disciplinas Optativas	120h
Atividades Complementares	200h
Carga Horária Total	3.590h

Fonte: elaborado pela comissão de formulação do PPC

3.4 Metodologia

As Instituições de Ensino Superior (IES) devem se ater ao que recomenda o Conselho Nacional de Educação (CNE) quanto a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da Educação Básica, em observância às “políticas públicas de educação, às Diretrizes Curriculares Nacionais, ao padrão de qualidade e ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)”, garantindo a organicidade entre “o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI) o seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC) como expressão de uma política articulada à educação básica, suas políticas e diretrizes” (BRASIL, CNE, 2015, p. 2).

A metodologia é entendida como o conjunto de princípios e/ou diretrizes articulados com estratégias, visando a orientar o processo de ensino e aprendizagem em situações concretas, de forma que o graduando possa adquirir o perfil desejado, devendo fundamentar-se nos princípios que norteiam a organização do curso.

Nesse sentido, o curso deve adotar metodologia que possibilite a construção de uma base de conhecimentos consistente que viabilize a aprendizagem profissional no contexto universitário e fundamente práticas condizentes com a realidade experienciada pelos estudantes em diferentes espaços educacionais, uma vez que os processos de ensinar e aprender são complexos e decorrem de aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais.

Um aspecto central no Curso consiste em oferecer materiais didáticos e atividades acessíveis, conforme disposto na Lei Brasileira de Inclusão (LBI, Lei 13. 146 de 2015), bem como recursos educativos de livre acesso e artigos acadêmicos disponíveis nas plataformas *online*. Compreende-se que o uso de Metodologias Ativas possibilita incorporar estratégias didático-pedagógicas inovadoras que fomentem a criatividade e que oportunizem a resolução de problemas da vida real, a partir das percepções pessoais e experiências prévias dos cursistas, facilitando o processo de aquisição do conhecimento.

É sabido que os sistemas e as instituições educacionais refletem as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais próprias da sociedade contemporânea, notadamente no que se refere à ampliação do acesso ao conhecimento e ao ensino básico, o que implica na democratização do espaço escolar, com o acolhimento da diversidade social e cultural. Em função disso, é fundamental refletir criticamente sobre a prática.

Desse modo, o projeto pedagógico do curso de licenciatura em educação especial inclusiva envolve, além dos conhecimentos específicos da área, a reflexão sobre a formação e a prática docente. Indubitavelmente, constitui um desafio, em razão de ser uma licenciatura

nova no âmbito do Parfor/UFPI com impactos efetivos na região, tendo em vista que se trata de uma reivindicação histórica da sociedade como um todo e, particularmente, dos sistemas de ensino e dos profissionais da educação, sobretudo a partir da implantação da política nacional de educação especial e inclusiva.

Considerando que “(...) ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção e construção” (FREIRE, 1996, p.49) e, que ensinar e aprender são processos que se desenvolvem em conjunto, nos quais professor e aluno estão constantemente aprendendo e ensinando, a presente proposta de curso enfatiza esse processo. Ainda e acordo com o autor, a relação teoria-prática deve articular conhecimento científico com a realidade para evitar que a prática se torne um mero ativismo.

Nesta perspectiva, ressalta-se a pertinência da metodologia ser coerente com os objetivos definidos para esse curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva. Além disso, o curso visa desenvolver atividades articulando ensino, pesquisa e extensão, de modo a envolver cursistas e docentes em um processo de formação significativo e sólido.

O Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva adotará a modalidade presencial, podendo o professor utilizar diferentes estratégias e recursos de ensino e adotar procedimentos como: aulas dialogadas, leitura e discussão de textos, trabalho em grupo, exibição e análise de filmes, avaliação da aprendizagem, atividades práticas, dentre outros.

Ainda pensando a Metodologia do processo de ensino e aprendizagem, acredita-se ser relevante explicitar a opção pela Pedagogia da Alternância como eixo orientador das ações pedagógicas, uma vez que é uma proposta educacional que pensa a relação entre os espaços formativos e a realidade de atuação dos cursistas como possibilidade de formação centrada na partilha e na interação entre todos os sujeitos envolvidos.

3.4.1 Pedagogia da Alternância

Essa modalidade pedagógica surge em uma relação com o movimento da Educação do Campo, sustentada pela luta por legitimidade dos sujeitos que estão no campo e querem pensar suas próprias práticas políticas e pedagógicas, modelo que pode se adequar à proposta da Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, tendo em vista que esta prevê o funcionamento do curso em dois tempos/espacos (espaço universidade e espaço escola/comunidade), considerando a necessidade de os cursistas retornarem ao seu *locus* de atuação para refletir sobre sua prática.

Segundo Cordeiro, Reis e Hage (2011), a Pedagogia da Alternância vem sendo tomada como uma proposta pedagógica e metodológica capaz de atender às necessidades da articulação entre escolarização e trabalho, propiciando a esses indivíduos o acesso à escola sem que tenham que deixar de trabalhar.

Ademais, a Pedagogia da Alternância assume o trabalho como princípio educativo, permitindo aos cursistas a possibilidade de continuar os estudos e de ter acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos não como algo dado por outrem, mas como conhecimentos conquistados e construídos a partir da problematização de sua realidade, que passa pela pesquisa, pelo olhar distanciado do pesquisador sobre o seu cotidiano (CORDEIRO; REIS; HAGE, 2011).

Dessa forma, a dinâmica do curso alterna a formação teórica e científica na instituição de ensino superior com a prática e os saberes e fazeres da escola e do meio familiar, social e profissional. Nesse sentido, a proposta, em função dessas características, prevê que o funcionamento do curso ocorrerá no período de recesso escolar das redes de ensino municipal e estadual. Cada semestre letivo comporta um período intensivo (tempo universidade), que ocorrerá nas férias dos cursistas. Ao retornar ao local de atuação, o cursista deverá desenvolver atividades de intervenção (estudos de caso, pesquisa-ação/pesquisa colaborativa, análise de diagnósticos, entre outros), orientadas por professores das disciplinas cursadas, a partir dos problemas identificados na sua realidade (tempo escola/comunidade). Posteriormente, haverá um período complementar, nos finais de semana, destinado às Atividades de Retorno, ocasião em que os cursistas farão a devolutiva das atividades desenvolvidas, de acordo com o cronograma de desenvolvimento de disciplina, observando-se o calendário escolar das escolas públicas básicas. No encerramento de cada semestre será realizado um Seminário Integrador.

4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

4.1 Políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão

A promoção de oportunidades de aprendizagem é contemplada nas políticas institucionais definidas pelo PDI/UFPI (2020-2024) para ensino, pesquisa e extensão, conforme elencado a seguir.

4.1.1 Para ensino de graduação

- Promover novas fronteiras científicas, com ênfase na interdisciplinaridade, consoante a política de internacionalização da UFPI;
- Avaliar as possibilidades de ampliação da oferta de vagas (seja por meio do aumento do número de vagas dos cursos existentes, seja pela oferta de novos cursos) em todos os níveis e modalidades;
- Dar continuidade aos programas especiais de graduação e de formação continuada, tanto para atender às demandas do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), quanto para oferecer cursos especiais decorrentes de outros convênios que venham a ser celebrados para atender outras demandas sociais importantes;
- Buscar a contínua articulação entre as áreas de conhecimento e os níveis de ensino oferecidos, bem como sua vinculação com a pesquisa e a extensão, garantindo a interdisciplinaridade;
- Enfatizar a internacionalização, fortalecendo relações além das fronteiras, consolidando e ampliando cooperações com instituições internacionais, com programas de mobilidade acadêmica docente, discente e de técnico-administrativos e em programas internacionais, com a inclusão de cursos e disciplinas em línguas estrangeiras;
- Estimular a excelência do processo ensino-aprendizagem é um compromisso com o atendimento das necessidades pedagógicas dos alunos, uma vez que se encontra voltada para sua formação integral, atendendo e valorizando as diferenças individuais e sociais, tendo como horizonte sua repercussão no exercício social e profissional como egressos da universidade;
- Incentivar o emprego de diversas metodologias para aprendizagem ativa, nas quais o professor atua como mediador do processo e o estudante como protagonista;

- Abordar a questão ambiental, como tema transversal, em todos os PPCs da UFPI, de forma interdisciplinar, articulando os conhecimentos de disciplinas diversas com as questões ambientais.

4.1.2 Para pesquisa e inovação

- Envolver docentes, técnico-administrativos, acadêmicos de graduação e de pós-graduação em associação com estratégias didáticas e metodológicas sérias e éticas para que haja uma produção de conhecimento consistente;
- Estimular a formação de grupos de pesquisa intra e interdisciplinar e associação a outros órgãos nacionais e internacionais e fortalecer os grupos já existentes;
- Incluir o Trabalho de Conclusão de Curso como exigência para conclusão da graduação em forma de pesquisa, demandando dos acadêmicos competências e habilidades inerentes à pesquisa em diferentes áreas, abordagens diversas e objetivos preocupados com a relevância social dos projetos desenvolvidos.
- Apoiar, formular, coordenar e executar as ações relacionadas à pesquisa, infraestrutura, propriedade intelectual, desenvolvimento tecnológico, inovação, incubação de negócios e empreendedorismo relacionados à política de pesquisa e inovação;
- Fomentar e consolidar a formação de discentes da graduação para que tenham continuidade de sua formação na pós-graduação;
- Aumentar a inserção da UFPI na solução de problemas postos pela sociedade, contribuindo para o desenvolvimento regional;
- Promover e fortalecer a interação entre a sua capacidade científica e tecnológica com as atividades de pesquisa, transferência de tecnologia e inovação em prol das necessidades da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social, ambientalmente sustentável do país.

4.1.3 Para extensão e cultura

- Ampliar a integração com todos os níveis e ambientes acadêmicos e todos os segmentos da sociedade, principalmente com as comunidades de vulnerabilidade social, tendo linhas prioritárias, para o desenvolvimento de programas, projetos e outras ações de extensão indissociáveis com o ensino e a pesquisa e voltadas para o atendimento às necessidades dos diversos segmentos sociais;

- Estimular programas e projetos que impliquem relações multidisciplinares ou interdisciplinares com setores da universidade e da sociedade, além do incentivo a novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, ampliando o acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social;
- Implantar o empreendedorismo entre os alunos, docentes e técnico-administrativos, como forma de estimular o uso de tecnologias sociais especialmente em locais de vulnerabilidade social e econômica;
- Integrar a extensão universitária à matriz curricular dos cursos de graduação como componente obrigatório;
- Proporcionar a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos e saberes, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;
- Promover a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;
- Impactar e transformar o social, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais voltadas para os interesses e necessidades da maioria da população, implementando o desenvolvimento regional e o desenvolvimento de políticas públicas;
- Corroborar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político, educacional, cultural, científico e tecnológico, de geração e socialização de conhecimento, tecnologia, protagonismo estudantil e compromisso social.

4.2 Apoio ao discente

O apoio pedagógico aos discentes é realizado pela Coordenação do Curso, auxiliada pelos professores do Curso, notadamente por meio de ações que possam favorecer o processo de ensino-aprendizagem dos alunos matriculados no curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva.

No que tange ao apoio psicopedagógico, a UFPI dispõe de uma Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), que através de sua Coordenadoria de Assistência Comunitária – CACOM, gerencia as ações de política de Assistência Social à

Comunidade Universitária. Esta Pró-Reitoria dispõe de um Serviço Psicossocial, formado por assistentes sociais, psicólogos e pedagogos, que prestam atendimento individual ou grupal aos alunos da UFPI que buscam soluções para os mais diversos problemas, orientando e encaminhando, quando necessário para os recursos disponíveis na comunidade interna e/ou externa.

A PRAEC ainda supervisiona a concessão de benefícios de permanência (bolsas e auxílios) exclusivamente oferecidos aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, tais como: a Bolsa de Apoio Estudantil (BAE), a Isenção da Taxa de Alimentação (ITA), o Auxílio Creche (AC), a Residência Universitária (REU) e o Auxílio Residência (AR) para alunos dos *Campi* do interior.

Além disso, a UFPI desenvolve um trabalho com alunos do público da Educação Especial pautado pela Resolução nº76/2019 CEPEX-UFPI, garantindo atendimento educacional coerente a eles, tendo, inclusive, um Núcleo de Acessibilidade (NAU), instituído desde 2014.

A UFPI promove a divulgação de trabalhos e produção dos alunos a partir de eventos como Seminários, Simpósios e Congressos. Todo o trabalho acadêmico desenvolvido na instituição é feito a partir do SIGAA, o qual permite o acesso de professores, alunos e técnicos administrativos. Na página inicial são divulgadas para a sociedade informações relevantes acerca de ações, programas, projetos e eventos aberto ao público.

5 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

5.1 Da aprendizagem

A avaliação da aprendizagem em disciplinas do curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva atenderá às normas comuns a todos os cursos da UFPI, especificadas na Resolução CEPEX-UFPI n. 177/12, notadamente em seu Título VIII, que, dentre outras determinações, indica que:

[...]

Art. 101. Para efeito de registro, o número de notas parciais deverá ser proporcional à carga horária da disciplina, respeitado o mínimo de:

I – 2 (duas), nas disciplinas com carga horária igual ou inferior a 45 (quarenta e cinco) horas;

II – 3 (três), nas disciplinas com carga horária de 60 (sessenta) a 75 (setenta e cinco) horas;

III – 4 (quatro), nas disciplinas com carga horária superior a 75 (setenta e cinco) horas.

Art. 102. A avaliação do rendimento acadêmico será feita por meio do acompanhamento contínuo do desempenho do aluno, sob forma de prova escrita, oral ou prática, trabalho de pesquisa, de campo, individual ou em grupo, seminário, ou outros instrumentos constantes no plano de disciplina.

§1º Os registros do rendimento acadêmico serão realizados individualmente, independentemente dos instrumentos utilizados.

§ 2º O rendimento acadêmico deve ser expresso em valores de 0 (zero) a 10 (dez), variando até a primeira casa decimal, após o arredondamento da segunda casa decimal.

Art. 103. A modalidade, o número e a periodicidade das avaliações parciais deverão considerar a sistemática de avaliação definida no projeto pedagógico do curso (PPC) e estar explícitos no plano de disciplina, de acordo com a especificidade.

§1º Nos instrumentos destinados às verificações parciais e exame final, deverão constar o valor correspondente a cada item.

§2º Em cada disciplina, é obrigatória a realização de, pelo menos, uma avaliação escrita realizada individualmente.

Art. 104. As avaliações devem verificar o desenvolvimento das competências e habilidades e versar sobre os conteúdos propostos no programa da disciplina.

Parágrafo único. Os critérios utilizados na avaliação devem ser divulgados, pelo professor, de forma clara para os alunos.

Art. 105. O professor deve discutir os resultados obtidos em cada instrumento de avaliação junto aos alunos.

Parágrafo único. A discussão referida no caput deste artigo será realizada por ocasião da publicação dos resultados e o aluno terá vista dos instrumentos de avaliação, devendo devolvê-los após o fim da discussão.

Art. 106. O rendimento acadêmico é calculado a partir média dos resultados obtidos nos instrumentos de avaliação utilizados durante a disciplina.

§1º A divulgação do rendimento acadêmico é obrigatoriamente feita no sistema de registro e controle acadêmico. O professor responsável pela disciplina deverá fazer o registro do rendimento no sistema acadêmico.

§2º É obrigatória a divulgação do rendimento da avaliação feita pelo professor da disciplina, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado este prazo a partir da realização da avaliação, ressalvados os limites de datas do Calendário Acadêmico.

[...]

Art. 110. Será “aprovado por média” o aluno que obtiver média parcial igual ou superior a 7,0 (sete), desde que os requisitos de assiduidade do Art. 117 sejam satisfeitos.

Art. 111. Será considerado “aprovado” no componente curricular o aluno que:

I – obtiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular e média aritmética igual ou superior a 7 (sete) nas avaliações parciais;

II – submetido ao exame final, obtiver média aritmética igual ou superior a 6 (seis), resultante da média aritmética das avaliações parciais e da nota do exame final.

Art. 112. Será considerado “reprovado” o aluno que se incluir em um dos três itens:

I – obtiver frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular;

II – obtiver média aritmética inferior a 4 (quatro) nas avaliações parciais;

III – obtiver média aritmética inferior a 6 (seis), resultante da média aritmética das avaliações parciais e da nota do exame final.

Art. 113. É reprovado no componente curricular o aluno cuja média final for menor que 4 (quatro). Neste caso, o aluno não poderá se submeter ao exame final.

Art. 114. A presença do aluno é registrada por sua frequência em cada 60 (sessenta) minutos de aula.

Art. 115. É reprovado no componente curricular o aluno que deixar de comparecer a mais de 25% (vinte e cinco por cento) do total das aulas e atividades no período letivo, ressalvados os casos previstos em lei.

Art. 116. O aluno cuja média parcial for maior ou igual a 4 (quatro) e menor que 7 (sete) e que satisfaça os requisitos de assiduidade definidos no Art. 117 terá direito à realização do exame final. Parágrafo único. O prazo para realização do exame final é de, no mínimo, 3 (três) dias úteis, contados a partir da divulgação da média parcial do aluno.

Art. 117. O rendimento acadêmico final (média final) é obtido pela média aritmética simples entre a média parcial e o resultado do exame final.

§1º O valor da média final será igual ao da média parcial para os alunos que se encontrarem na situação do Art. 114.

§2º Ao aluno reprovado por falta será atribuída a média final igual a zero.

Art. 118. A média final mínima para aprovação, depois de realizado o cálculo definido no Art. 117, é 6 (seis).

Respeitadas essas normas gerais, entende-se a avaliação da aprendizagem, no âmbito do curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, como parte integrante do processo educativo, vinculando-se diretamente aos objetivos da aprendizagem no contexto do projeto do Curso, devendo, portanto, ser realizada de forma contínua, considerando o desempenho do aluno em relação ao que foi planejado, visando à tomada de decisão em relação à consecução dos objetivos propostos e envolvendo também o julgamento do aluno sobre sua própria aprendizagem, sempre que possível.

Assim, a avaliação, utilizando diferentes instrumentos, tem finalidades diagnóstico-formativas:

- Comparar o desempenho dos alunos nos instrumentos de avaliação aplicados aos objetivos traçados pela disciplina e pelo Curso;
- Detectar dificuldades na aprendizagem;
- Re-planejar;
- Tomar decisões em relação à recuperação, promoção ou retenção do aluno;
- Realimentar o processo de implantação e consolidação do Projeto-Pedagógico.

Os instrumentos de avaliação podem ser pesquisas, memorial, portfólio pedagógico e formativo, projeto de trabalho, produções textuais escritas e orais, seminários, autoavaliações, testes diagnósticos, provas individuais e em grupo, produção de material didático, vídeos educativos, Planejamento Educacional Individualizado (PEI), estudo de caso, casos de ensino, entre outros.

5.2 Avaliação do PPC e do Curso

Conforme especificado no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2020-2024), o Projeto Pedagógico do Curso deve adotar como princípio, o conhecimento e a compreensão sobre o mundo contemporâneo e o respeito à missão da universidade, a fim de que o estudante alcance sua autonomia intelectual.

Visando ao atendimento dessas exigências, o PPC do curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva estará em permanente avaliação com o objetivo de identificar falhas e defasagens nos diferentes componentes curriculares (princípios, objetivos do curso, perfil, conteúdos, sequência das disciplinas, etc.), bem como para indicar alternativas de ação com vistas à melhoria qualitativa do PPC.

Essa avaliação, de caráter formativo, será realizada, principalmente, a partir das seguintes fontes: ao final de cada período letivo, através de questionários envolvendo professores e estudantes, visando à melhoria da operacionalização do curso; pelo acompanhamento de egressos, através de aplicação de questionários aos mesmos e junto às instituições que absorvem os profissionais qualificados no curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva Parfor/UFPI, considerando os aspectos relacionados aos objetivos do curso e do perfil profissional; a partir dos resultados de cada ciclo avaliativo fornecidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), instituído pela Lei nº 10.861, de 14.04.2004.

Os dados coletados dessas fontes serão periodicamente analisados pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso (NDE) para que seja verificado se o PPC continua atendendo satisfatoriamente às demandas relacionadas ao perfil dos licenciados em Educação Especial Inclusiva. A partir dessa análise, se for constatada a necessidade de modificação do PPC, serão seguidas as normas constantes no Art. 29 da Resolução CEPEX/UFPI n. 177/2012:

Art. 29. Todas as mudanças no projeto pedagógico (PPC) devem ser propostas pelo núcleo docente estruturante (NDE), deliberadas pelo colegiado do curso e, após análise pela Coordenação de Currículo da PREG (CC/PREG), homologadas pela

Câmara de Ensino de Graduação (CAMEN) até 30 (trinta) dias antes da publicação da solicitação de oferta de componentes curriculares referente ao semestre letivo da sua implementação.

§1º A Câmara de Ensino de Graduação (CAMEN) será a instância final de aprovação de mudanças no projeto pedagógico (PPC), desde que tais mudanças não tenham como consequência alterações na carga horária mínima ou no tempo para integralização curricular.

§2º Havendo alteração na carga horária mínima ou no tempo para integralização curricular, ou ainda nos casos previstos no parágrafo único do Art. 10, a instância final de aprovação das mudanças será o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX).

Ressalta-se que a avaliação envolve docentes, discentes e técnicos em assuntos educacionais em consonância com a Comissão Própria de Avaliação (CPA) do seu respectivo centro de ensino e/ou campus fora de sede.

6 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS

6.1 Disciplinas Obrigatórias

1º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Seminário de Introdução ao Curso de Educação Especial e Inclusiva			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
1.0.0	15h	(nome e código) ---	
<p>EMENTA: Currículo do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva. Questões sobre a atuação do Professor Especialista em Educação Especial. Instâncias da UFPI e suas competências envolvidas com o Curso de Educação Especial Inclusiva. Programas Institucionais.</p>			
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p>			
<p>ARAÚJO, Luciana Souza. Afeto e cognição na escolha docente pela Educação Especial: a metamorfose do professor especialista. São Paulo, Editora Dialética, 2022</p> <p>Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva/Parfor. Regimento Geral da UFPI. Disponível em: <http://www.leg.ufpi.br/arquivos/File/estatutos_e_regimentos/regimento_geral_ufpi.pdf>. Data de acesso: 27. out. 2023.</p>			
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p>			
<p>FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 14. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2002.</p> <p>OMOTE, Sadao. A formação do professor de educação especial na perspectiva da inclusão. In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite. Formação de educadores: desafios e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 2003</p> <p>RANIERI, Nina Beatriz. Educação superior, direito e Estado na lei de diretrizes e bases lei nº 9.394/96. São Paulo, SP: EDUSP, 2000.</p> <p>VAZ, Kamille. Professor, Profissional ou Educador: a Concepção de Professor de Educação Especial nas Produções Acadêmicas do Campo Específico da Educação Especial (2000-2016). Rev. bras. educ. espec. 25 (1) Jan-Mar 2019.</p> <p>ZERBATO, Ana Paula.; VILARONGA, Carla Ariela Rios.; SANTOS, Jessica Rodrigues. Atendimento Educacional Especializado nos Institutos Federais: reflexões sobre a atuação do professor de educação especial. <i>Rev. Bras. Ed. Esp.</i>, Bauru, v.27, e0196, p.319-336, jan.-dez., 2021</p>			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Iniciação ao Trabalho Científico e à Pesquisa			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	(nome e código) ---	
<p>EMENTA: Epistemologia do conhecimento científico. Tipos de conhecimento. Modalidades de leitura e documentação. Elaboração e normalização de trabalhos acadêmicos. Iniciação à pesquisa em educação. Técnicas de levantamento e análise de dados. Delineamento do Projeto de Pesquisa e do Relatório de Pesquisa. Aspectos éticos da pesquisa e a construção de uma postura analítico-crítica.</p>			
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p>			

ANDRE, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. 12.ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.
 RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 35. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
 SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Como ordenar as ideias**. 5. ed. São Paulo, SP: Ática, 2010.
 LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2013.
 GATTI, Bernardete Angelina. **A Construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília, DF: Líber Livro, 2007.
 GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2019.
 RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2012.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Fundamentos Históricos da Educação			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	(nome e código) ---	
<p>EMENTA: História da Educação: fundamentos teórico-metodológicos e importância na formação do educador. Principais teorias e práticas educacionais desenvolvidas na história da humanidade. Visão histórica dos elementos mais significativos da educação brasileira e piauiense, considerando o contexto social, político, econômico e cultural de cada período</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>BRITO, Itamar de Sousa. História da Educação no Piauí. Teresina: EDUFPI, 1996. GHIRALDELLI, P. História da educação brasileira. São Paulo: Cortez, 2006. JAEGER, Werner. Paidéia: A Formação do homem grego. São Paulo: Martins Fontes, 2001 LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval. Navegando pela história da educação brasileira. Campinas: Autores Associados, 2009. SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, Jane Soares de; SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa. O legado educacional do século XIX. Campinas: Autores Associados, 2014.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>FÁVERO, O. (Org.). A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988. 2. ed. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2001. FERRO, Maria do Amparo B. Educação e Sociedade no Piauí Republicano. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1996. FRANCISCO FILHO, G. A educação brasileira no contexto histórico. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001. GATTI JÚNIOR, Décio; PINTASSILGO, Joaquim (Org.). Percursos e desafios da pesquisa e do ensino de História da Educação. Uberlândia: EDUPU, 2007. SAVIANI, D. Escola e Democracia. 42.ed. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 2012.</p>			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Educação Especial: contextos históricos e sociais			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.1.0	45h	(nome e código) ---	
EMENTA: História da Educação Especial. Representações sociais da deficiência. Modos de abordagem da deficiência. A autoadvocacia de pessoas com deficiência.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>DINIZ, Debora. O que é deficiência. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos)</p> <p>FIGUEIRA, Emilio. Caminhando em silêncio: Uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil Rio de Janeiro, Wak Editora, 2021.</p> <p>JANNUZZI, G.S.M. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2004 (demais edições).</p> <p>JESUS, Luana Fernandes de; SILVA; Maewa Martina Gomes da; SOUZA; MATA, Simara Pereira da. Autoadvocacia de pessoas com deficiência inseridas no mercado de trabalho. Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial, v. 9, n. 1, p. 11-26, Jan.-Jun., 2022.</p> <p>LEPRI, Carlo. Viajantes Inesperados: notas sobre a inclusão social das pessoas com deficiência. Campinas, Editora saberes, 2012.</p> <p>MAZZOTTA, M.J.S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996 (demais edições).</p> <p>PICCOLO, Gustavo Martins. O lugar da pessoa com deficiência na história: uma narrativa ao avesso da lógica ordinária. Curitiba: Appris, 2022</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>BEYER, H.O. Por que Lev Vygotski quando se propõe uma educação inclusiva? In: Revista Educação Especial. Santa Maria/RS/Universidade Federal de Santa Maria/Departamento de Educação Especial, n.24, 2004, PP. 75-82.</p> <p>BIANCHETTI, L. Aspectos históricos da apreensão e da educação dos considerados deficientes. In: BIANCHETTI, L. e FREIRE, I.M. (Orgs). Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania. Campinas: Papyrus, 2001(a), 4ª. Ed, cap.1, pp. 21-52.</p> <p>BIANCHETTI, L. Os trabalhos e os dias dos deuses e dos homens: a mitologia como fonte para refletir sobre normalidade e deficiência. Revista Brasileira de Educação Especial. Marília/ABPEE, vol.7, n.1, 2001(b), pp.61-76</p> <p>DANTAS, Taísa Caldas. Vivências de empoderamento e autoadvocacia de pessoas com deficiência: um estudo no Brasil e no Canadá. Educação Unisinos, vol. 21, núm. 3, pp. 336-344, 2017.</p> <p>GUHUR, M.L.P. A representação da deficiência mental numa perspectiva histórica. Revista Brasileira de Educação Especial. Marília/ABPEE, vol.1, número 2, 1994, PP. 75-84</p> <p>PICCOLO, Gustavo Martins. Contribuições Antropológicas aos Estudos da Deficiência. Rev. bras. educ. espec; 28: e0099, 2022.</p>			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Fundamentos Sociológicos da Educação			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	(nome e código) ---	
EMENTA: Sociologia e Sociologia da Educação. Teorias Sociológicas Clássicas, Contemporâneas e Educação. O campo educativo: sujeitos e diversidades. Identidades, trajetórias escolares e estrutura social			

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 7. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **Escritos da Educação**. 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- CARVALHO, Alonso Bezerra de; SILVA, Wilton Carlos Lima da. **Sociologia e educação: leituras e interpretações**. São Paulo, SP: Avercamp, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. 251p.
- COSTA, Maria Cristina Castilho. **Sociologia: introdução a ciência da sociedade**. 5.ed. São Paulo, SP: Moderna, 2016.
- DURKHEIM, Emile. **Educação e sociologia**. São Paulo, SP: Melhoramentos, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 34.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Fundamentos Psicológicos da Educação			
Créditos: 3.1.0	Carga Horária: 60h	Pré-requisito(s): (nome e código) ---	
EMENTA: Ciência psicológica. Psicologia e Educação. Constituição da subjetividade. Subjetividade e temas transversais. Desenvolvimento humano e aprendizagem escolar. Teorias do desenvolvimento e da aprendizagem.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
CARVALHO, Maria Vilani Cosme de. Temas em psicologia e educação . Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006.			
CARVALHO, Maria Vilani Cosme de; MATOS, Kelma Socorro Lopes de (org.). Psicologia da educação: teorias do desenvolvimento e da aprendizagem em discussão . Fortaleza: EdUECE, 2009.			
COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesus. Desenvolvimento psicológico e educação . 2. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2004. 3v.			
FURTADO, Odair et al. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia . 13. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2008.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BRAGHIROLI, Elaine Maria; BISI, Guy Paulo; RIZZON, Luiz António. Psicologia geral . 34.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.			
DAVIDOFF, Linda L. Introdução a psicologia . 3. ed. São Paulo, SP: Pearson Education do Brasil, 2006.			
GONÇALVES, M. Graça M; FURTADO, Odair; BOCK, Ana Mercês Bahia. Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia . 3. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011.			
GONZALEZ REY, Fernando Luís. Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural . São Paulo, SP: Pioneira Thomson, 2005.			
VIGOTSKI, Lev Semenovich. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores . 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Fundamentos Filosóficos da Educação			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	(nome e código) ---	
<p>EMENTA: Filosofia: concepções, tarefas e especificidades. Estudos filosóficos do conhecimento: as modalidades de apreensão da realidade, as questões do método e da verdade. Enfoque ético-político da educação: direitos humanos e meio ambiente. A linguagem e as contradições ideológicas no campo da Educação. Filosofia e Educação: definição do campo e das tarefas do filosofar. Filosofia da Educação e a formação docente. A Filosofia da Educação no Brasil: influências e contradições teóricas</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ADORNO, Theodor W. Educação e emancipação . 3.ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2020. CHAUI, Marilena de Souza. Convite a filosofia . 13. ed. São Paulo, SP: Ática, 2006. GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. O que é filosofia da educação . 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2002			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
AHLERT, Alvorci. A eticidade da educação : o discurso de uma práxis solidária/universal. 2. ed. Ijuí, RS: Unijui, 2003. MARCONDES, Danilo. Iniciação a história da filosofia : dos pré-socráticos a Wittgenstein. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2000. SAVIANI, D. Educação : do senso Comum à consciência filosófica. 19.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013. SEVERINO, Antônio Joaquim. A Filosofia contemporânea no Brasil : conhecimento, política e educação. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. SUCHODOLSKI, Bogdan. A pedagogia e as grandes correntes filosóficas : a pedagogia da essência e a pedagogia da existência. 5. ed. Lisboa Portugal: Livros Horizonte, 2000. VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. Ética . 34. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2012.			

2º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Políticas Públicas Educacionais e da Educação Especial			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	(nome e código) ---	
<p>EMENTA: Estado, políticas públicas e educação. Análise das políticas educacionais e de Educação Especial no Brasil. Estudo crítico dos pressupostos e metas da estrutura organizacional e do funcionamento da educação básica no Brasil. Análise dos aspectos legais do sistema escolar brasileiro. Articulação entre a abertura política e neoliberalismo no Brasil. Estado e políticas públicas à luz das reformas neoliberais. Reformas educacionais e políticas de Educação Especial numa perspectiva da educação inclusiva.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BALL, S. J. Como as escolas fazem políticas. Editora UEPG. Ponta Grossa, 2016. KASSAR, M.C.M.. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. Educar em Revista (Impresso), v. 41, p. 61-79, 2011.			

LAVAL, Christian. A escola não é uma empresa- o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Editora Boitempo. São Paulo, 2019.
 MENDES, Enicéia Gonçalves; SANTOS, Vivian; SEBIN, Bruna Raffaini. Política de educação especial no Brasil: Análise da Produção de Textos de 2004 a 2019. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. 125p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BALL, S. J. Educação Global S.A. Novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Editora UEPG. Ponta Grossa. 2014.
 BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional lei nº 9394/1996.
 BRASIL. Plano Nacional de Educação (2014-2024): lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015.
 LAPLANE, A. L. F.; CAIADO, K. R. M.; KASSAR, M. de C. M.. As relações público-privado na educação especial: tendências atuais no Brasil. Revista Teias (UERJ. Online), v. 17, p. 40-55, 2016.
 PEREIRA, J. M. M.; PLETSCH, M. D. A agenda educacional do Banco Mundial para pessoas com deficiência e o caso brasileiro, Revista Brasileira de Educação, 2021. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/xDsHSq9wHbnyCM37Z9dmdkS>
 HOFLING, E. M. Estado e Políticas (Públicas) sociais. Cadernos Cedes, Ano XXI, Nº 55, novembro/2001

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Estudo do desenvolvimento atípico			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.1.0	45h	(nome e código) ---	
EMENTA: Estudo das bases psicobiopatológicas das deficiências, e do desenvolvimento humano em situações de risco, resiliência, processos de vulnerabilidade e proteção. Compreensão dos problemas do desenvolvimento atípico.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BEE, H. A criança em desenvolvimento. Tradução: Maria Adriana Verissimo Veronese. 9. ed. (Demais edições) Porto Alegre: Artmed, 2008. COLL, C; PALÁCIOS, J.; MARCHESI, A. Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva. Porto Alegre: Artmed, 2004. v. 1. DESSEN, M.A.; COSTA J.R., A.L. A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras. Porto Alegre: Artmed, 2005. PAPALIA, E. D.; OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. Desenvolvimento Humano. 8. ed. (Demais edições) Porto Alegre: Artmed, 2006.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BRINO, R. F.; WILLIAMS, L. C. A. A escola como agente de prevenção do abuso sexual infantil. São Carlos: Suprema, 2009. BRONFENBRENNER, U. A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados. Tradução: Maria Adriana Verissimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. COLE, M.; COLE, S. R. O desenvolvimento da criança e do adolescente. Tradução: Magda França Lopes. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. MENDES, E.G.; ALMEIDA, M.A.; WILLIAMS, L.C.A. Temas em Educação Especial: avanços recentes. São Carlos: EDUFSCar, 2004. MOURA, M. L. O bebê do século XXI e a psicologia em desenvolvimento. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.			

SÉCIO, C. et al. Perfil psicomotor no desenvolvimento infantil típico e atípico. Revista Iberoamericana de psicomotricidade y Técnicas Corporales, ISSN-e 1577-0788, N.º. 47, 2022, págs. 127-149.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Fundamentos Neuropsicológicos da Aprendizagem			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	(nome e código) ---	
EMENTA: Neuropsicologia. A organização neural e as áreas funcionais do cérebro. Desenvolvimento sensorial e perceptivo. Linguagem: aspecto neurológico e distúrbios. Distúrbios psicomotores e processos de leitura e escrita.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
FONSECA, Vítor da. Cognição, neuropsicologia e aprendizagem: abordagem neuropsicológica e psicopedagógica. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.			
MACHADO, Ângelo. Neuroanatomia funcional. São Paulo: Atheneu, 2005.			
ROTTA, N. T; BRIDI FILHO, C. A; BRIDI, F. R. Neurologia e Aprendizagem: abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2016.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
CORIAT, Lydia F. Maturação psicomotora no primeiro ano de vida da criança. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1991. LE BOULCH, Jean.			
LE BOULCH, Jean. O desenvolvimento psicomotor: do nascimento aos 6 anos. Tradução: Ana Guardiola Brizolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.			
LURIA, A.R. Linguagem e desenvolvimento intelectual na criança. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.			
OLIVEIRA, Maria Aparecida Domingues de. Neurofisiologia do comportamento: uma relação entre o funcionamento cerebral e as manifestações comportamentais. Canoas: Ed. Ulbra, 1999.			
ROTTA, N. T; BRIDI FILHO, C. A; BRIDI, F. R. Plasticidade cerebral e aprendizagem: abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2018.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Didática Geral			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	(nome e código) ---	
EMENTA: Fundamentos epistemológicos da Didática. A Didática e a formação do professor. O planejamento didático e a organização do trabalho docente. Compreensão do processo formativo e socioemocional como relevante para o desenvolvimento, nos estudantes, das competências e habilidades para sua vida.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ALMEIDA, Rosana Rocha Rodrigues Laterça de. Guia Didático: sugestões de Recursos Pedagógicos Adaptados para a prática inclusiva dos professores da Educação Especial. Editora Dialética, São Paulo, 2022			
BEHRENS, Marilda Aparecida. O paradigma emergente e a prática pedagógica. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.			

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **A Didática em questão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVES, Nilda; LIBANELO, Jose Carlos. **Temas de pedagogia: diálogos entre didática e currículo**. São Paulo, SP: Cortez, 2012.
CORDEIRO, Jaime. **Didática**. São Paulo, SP: Contexto, 2007.
GIL, Antônio Carlos. **Didática do ensino superior**. São Paulo, SP: Atlas, 2013.
PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Lea das Graças Camargos. **Docência no ensino superior**. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2010. 279p.
VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Prática pedagógica do professor de didática**. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 1994.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Ensino e Consultoria Colaborativa			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.1.0	45h	(nome e código) ---	
EMENTA: Inclusão escolar e os novos papéis dos profissionais da escola. Parceria entre professor da classe comum e ensino regular e professor especialista. Parcerias colaborativas na escola. Cultura e clima organizacional na escola.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BRANCO, A.P.S.C; MATA, R.E.A. Contribuições da cultura de colaboração e a atuação de professores de apoio e profissionais escolares: relatos de experiência. Doxa: Rev. Bras. Psico. e Educ. , Araraquara, v. 23, n. 00, e022015, 2022.			
CAPELLINI, V. L. M. F.; ZERBATO, A. P. O que é ensino colaborativo? 1. Edição. São Paulo: Edicon, 2019.			
MENDES, E. G.; VILARONGA, C.A. R.; ZERBATO, A. P. Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial. São Carlos: EdUFSCar. 2014.			
KAMPWIRTH, Thomas. Collaborative Consultation in the Schools: effective practices for Students with Learning and Behavior Problems. Pearson, 2006.			
LÜCK, H. Gestão da cultura e do clima organizacional da escola . Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.			
STAINBACK, S. STAINBACK, W. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
ARGÜELLES, M E., HUGHES, M. T., & SCHUMM, J. S. Co-Teaching: A Different Approach to Inclusion. Principal (Reston, Va.), 2000, 79(4), 50-1.			
ASSIS, Caroline Penteadó; MENDES, E. G.; ALMEIDA, Maria Amélia. Ensino colaborativo: um relato de experiência sobre o desenvolvimento de parceria colaborativa. Educere et Educare (Impresso), v. 6, p. 1-1, 2011.			
CAPELLINI, V. L. M. F.; MENDES, E. G. O ensino colaborativo favorecendo o desenvolvimento profissional para a inclusão escolar. Rev. Educare et Educare. Revista de Educação . Vol. 2 n. 4 jul/dez p. 113-128. 2007.			
FATTIG, ML; Taylor, MT. Co-Teaching in the Differentiated Classroom: Successful Collaboration, Lesson Design, and Classroom Management, Grades 5- 12. San Francisco, CA: Jossey- Bass, 2008.			
FERREIRA, B.C.; MENDES, E. G.; DEL PRETTE, Z.A.P.; ALMEIDA, Maria Amélia. Parceria colaborativa: descrição de uma experiência entre ensino regular e especial. Revista Educação Especial (UFESM), v. 29, p. 9-22, 2007.			
FIALHO, I.; SARROEIRA, L. Cultura profissional dos professores numa escola em mudança. Educação, Temas e problemas , 9, p. 1-20, 2012.			

FRIEND, M. **Special education: Contemporary perspectives for school professionals.** Montreal: Pearson/A & B, 2005.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Inovação Pedagógica e Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação Aplicadas à Educação Especial			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	(nome e código) ---	
EMENTA: História e concepções de inovação; inovação e inclusão; inovação em pesquisa educacional; inovação e tecnologias; Tecnologias da Informação e da Comunicação, sociedade contemporânea, formação de professores, Recursos metodológicos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>COLL, C.; MONEREO, C. Psicologia da educação virtual: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação. Porto Alegre: Artmed, 2010.</p> <p>COSCARELLI, C. V. Tecnologias para aprender. 1ª Edição- São Paulo: Parábola Editorial, 2016.</p> <p>MOSCA, Claudia Regina; GIROTO, Rosimar; BORTOLINI, Poker; SADAQ, Omote(Orgs.). As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica,2012.</p> <p>OECD. Innovating Education and Educating for Innovation: The Power of Digital Technologies and Skills, OECD Publishing, Paris, 2016. http://dx.doi.org/10.1787/9789264265097-en</p> <p>RAMOS, Wilsa.; ENGEL, Anna. (Orgs.). Experiências inovadoras na educação básica: relatos da Espanha e Brasil. Curitiba: CRV, 2023.</p> <p>UNESCO. Abrindo novos caminhos para o empoderamento: TIC no Acesso à Informação e ao Conhecimento para as Pessoas com Deficiência. Comitê Gestor da Internet no Brasil. São Paulo: UNESCO, 2014.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>BARROSO, Felipe; ANTUNES, Mariana. Tecnologia na educação: ferramentas digitais facilitadoras da prática docente. Revista Pesquisa e Debate em Educação. v. 5, n. 1, 2015.</p> <p>CYSNEIROS, P. G. Novas tecnologias na sala de aula: melhoria do ensino ou inovação conservadora? Informática Educativa. Vol. 12, Nº, 1, pp 11-24, 1999. Disponível em: https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/247582/mod_resource/content/0/34-melhoria_do_ensino_ou_inovacao_conservadora_CYSNEIROS.pdf</p> <p>FERREIRA, F. S.; REBELO, A. S.; KASSAR, M. C. M. Professores, tecnologias digitais e inclusão escolar: desafios da política de educação especial em um município brasileiro. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 16, n. esp.2, p. 1307-1324, maio2021. e-ISSN: 1982-5587. DOI: https://doi.org/10.21723/riaee.v16iesp2.15127</p> <p>NETO, ALAIM SOUZA; LUNARDI MENDES, GEOVANA MENDONÇA. Os usos das tecnologias digitais na escola: discussões em torno da fluência digital e segurança docente. Revista e-curriculum (PUCSP), v. 15, p. 504-523, 2017.</p> <p>PIMENTEL, Fernando Silvio Cavalcante; SILVA, Alan Pedro da [Orgs.] Tecnologias digitais e inovação em educação: abordagens, reflexões e experiências. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. Revista Educação Especial ISSN 1984-686 DOI: 10.5902/1984686</p> <p>SEGABINAZZI, M; LUNARDI-MENDES, G. M. Mais tecnologia significa mais inclusão? sobre políticas e tecnologias digitais na educação espec. Atos de Pesquisa em educação (FURB), v. 13, p. 85-101, 2018.</p>			

SOUZA, I. M. S; PLETSCH, M. D.; SOUZA, F. F. Livro Didático Digital Acessível no processo de ensino e aprendizagem de alunos com deficiência intelectual. Educação e Cultura Contemporânea, v. 17, p. 216-236, 2020.
DOI: <http://dx.doi.org/10.5935/2238-1279.20200108>

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Currículo e Educação Especial			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	(nome e código) ---	
EMENTA: Fundamentos teórico-metodológicos e legais do currículo. Teorias curriculares, concepções, tendências, avaliação e planejamento curricular. Currículo e Educação Especial: diferenciação e flexibilização curricular. Experiências curriculares formais e não formais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ARROYO, M. G. Currículo, território em disputa . Petrópolis: Vozes, 2011.			
CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. Adaptações curriculares na inclusão escolar: contrastes e semelhanças entre dois países . Appris Editora, Curitiba, 2018.			
COSTA, Marisa Vorraber (Org.). O currículo nos limiões do contemporâneo . 3.ed. Rio de Janeiro DP&A, 2001.			
GIROUX, Henry. Currículo, cultura e sociedade . 2. ed. São Paulo, 2000.			
LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. (Org.). Currículo: debates contemporâneos . São Paulo: Cortez, 2002.			
MINETTO, Maria de Fátima. Currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio . InterSaberes Editora, Curitiba, PA, 2012.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
ARROYO, Miguel G. Experiências de Inovação Educativa: o currículo na prática da escola. In: MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa (Org.). Currículo: políticas . Campinas, SP: Papyrus, 1999.			
FERNANDES, E. M.; ANTUNES, K. C. V. & GLAT, R. Acessibilidade ao currículo: pré-requisito para o processo ensino-aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular. In: GLAT, R. (org.) Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar . Sete Letras Editora, Rio de Janeiro, 2009.			
HAAS, Clarissa; BAPTISTA, Claudio Roberto Democratização da escola e processos escolares inclusivos: a potência da trama narrativa currículo e Atendimento Educacional Especializado nos cotidianos. Revista Educação Especial , vol. 32, 2019, -, pp. 1-23			
MOREIRA, Antonio Flávio; TADEU, Tomaz (Org.). Currículo, cultura e sociedade . 12.ed. São Paulo: Cortez, 2018.			
SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo . Belo Horizonte: Autêntica, 1999.			

3º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Educação Especial: interseccionalidade entre raça, gênero, sexualidade, deficiência e condição social			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.1.0	45h	(nome e código) ---	
EMENTA: Complexidade e transdisciplinaridade nas relações de raça, gênero, deficiência e condição social; Desigualdades sociais; estudos feministas da deficiência; indicadores sociais de acesso ao trabalho, alfabetização e salários; Capacitismo; racismo estrutural; discriminação interseccional.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
COLLINS, Patrícia Hill. Bem Mais que Ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica. Boitempo Editorial, São Paulo, 2022.			
COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. Boitempo Editorial, São Paulo, 2021.			
AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. Editora Jandaíra, São Paulo, 2019			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BECHE, Rose Clér Estivaleta.; MENDES, Geovana Mendonça Lunardi. O que nos mostra a produção científica sobre as mulheres com deficiência no Ensino Superior? Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 36, 2023, p. 1-30.			
BRITO, Rayssa Maria Anselmo de; SILVA, Eduardo Jorge Lopes da. A interseccionalidade dos estudos da EJA, Educação Inclusiva e Formação Docente: um estado do conhecimento. Revista Educação Especial, vol. 34, 2021, pp. 1-22			
FREITAS, Marcos Cezar.; SANTOS, Larissa Xavier. Interseccionalidades e a educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Cad. Pesquisa., São Paulo, v.51, e07896, 2021.			
LOPES, Ingrid Anelise; GONZALEZ, Roseli Kubo; PRIETO, Rosângela Gavioli. Indicadores sociais sobre pessoas com deficiência intelectual: ensaio interseccional com vistas a políticas de educação. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 47, e232273, 2021.			
MOREIRA, Laura Ceretta.; Del MOURO, Fabiola Rodrigues. Crianças e adolescentes com deficiência em situação de violência: cruzamento de conectores sociais. Revista Educação Especial, v. 34, 2021, Santa Maria.			
NEUMMANN, Patrícia.; RIBEIRO, Débora. Altas habilidades/superdotação e interseccionalidade entre gênero, raça e classe social: uma problematização inicial. Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial, v.7, n.1, p. 37-52, Jan.-Jun., 2020.			
SCHMIDT Carlo et al. Deficiência e interseccionalidade: culturas, políticas e práticas educacionais em debate. (Editorial). Revista Educação Especial, v. 34, 2021, Santa Maria			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Acessibilidade e Desenho Universal para a Aprendizagem			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	(nome e código) ---	
EMENTA: Questões atuais do debate sobre a acessibilidade no Brasil, acessibilidade curricular e desenho universal da aprendizagem para a inclusão de pessoas com deficiências, TEA e altas habilidades/superdotação.			

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- ARAÚJO, Daniele Francisco de.; OLIVEIRA, Mariana Corrêa Pitanga de.; MOREIRA, Saionara Corina Pussenti Coelho; TEIXEIRA, Moisés Pires. Transtorno do Espectro Autista. In: PLETSCHE, Márcia Denise et al. (Orgs.). **Acessibilidade e Desenho Universal na Aprendizagem**. Campos dos Goytacazes (RJ): Encontrografia, 2021, p. 26-30.
- BOCK, G. L. K.; GESSER, M.; NUERNBERG, A.H. Desenho Universal para a Aprendizagem: a produção científica no período de 2011 a 2016. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.24, n.1, p.143-160, Jan.-Mar., 2018.
- BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão. Brasília, 2015.
- FERNANDES, E. M.; ANTUNES, K. C. V. & GLAT, R. Acessibilidade ao currículo: pré-requisito par ao processo ensino-aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular. In: GLAT, R. (org.) **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Sete Letras Editora, Rio de Janeiro, 2009.
- FIATCOSKI, Daiana Aparecida Stresser; GÓES, Anderson Roges Teixeira. Desenho Universal para Aprendizagem e Tecnologias Digitais na Educação Matemática Inclusiva. **Revista Brasileira de Educação Especial**. V.34 2021
- GÓES, Anderson Roges Teixeira; COSTA, Priscila Kabbaz Alves da.(Orgs.). **Desenho Universal e Desenho Universal para Aprendizagem: fundamentos, práticas e propostas para Educação Inclusiva – vol 1**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.
- PLETSCH, Márcia Denise et al (Orgs.). **Acessibilidade e Desenho Universal Aplicado à Aprendizagem na Educação Superior**. Nova Iguaçu: ObEE, 2020.
- PLETSCH, Márcia Denise et al. (Orgs.). **Acessibilidade e Desenho Universal na Aprendizagem**. Campos dos Goytacazes (RJ): Encontrografia, 2021.
- PLETSCH, M. D. A et al. **Manual de acessibilidade de pessoas com deficiência na educação superior na perspectiva do desenho universal**. disponível em <https://portal.ufrj.br/wp-content/uploads/2020/09/Acessibilidade-e-Desenho-Universal-Aplicado-%C3%A0-Aprendizagem-na-Educa%C3%A7%C3%A3o-Superior-final-okok.pdf>.
- PRADO, Adriana. R. de Almeida. **Desenho Universal: caminhos da acessibilidade no Brasil**. Annablume Editora, São Paulo, 2022.
- TESKE, Ottmar. et al. **Sociologia da acessibilidade**. InterSaberes Editora, Curitiba, 2017.
- VASSÃO, Adriane Meyer. **Inclusão e acessibilidade: caminhos para todos, caminho certo para a paz!** CRV, Curitiba, 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- CENTER FOR APPLIED SPECIAL TECHNOLOGY (CAST). **Universal Design for Learning: theory and practice**. Wakefield, MA: CAST, 2014.
- CHTENA, N. Teaching Tips For an UDL-Friendly Classroom: Advice for implementing strategies based on Universal Design for Learning. Washington DC, 13 de dezembro de 2016. Disponível em: <https://www.insidehighered.com/blogs/gradhacker/teaching-tips-udl-friendly-classroom>
- SANTOS, C. C. C.; VILARONGA, C. A. R. Revisão sistemática sobre estudos de neurociência cognitiva e desenho universal para aprendizagem (DUA). RECeT: **Revista de educação, ciência e tecnologia**. Presidente Epitácio, SP, v.3, n.1, jan-jul 2022.
- TORRES, J. P.; MARCIANO, R. H. R. Formação de professores: desenhando uma disciplina inclusiva a partir do Desenho Universal para a Aprendizagem. **Revista Docência do Ensino Superior**, Belo Horizonte, v. 12, e039412, p. 1-22, 2022.
- ZERBATO, A. P. Desenho Universal para a Aprendizagem na perspectiva da inclusão escolar: possibilidades e limites de uma formação colaborativa. **Tese (Doutorado em Educação Especial)** – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2018.
- ZERBATO, Ana Paula; MENDES, Enicéia Gonçalves. Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar. **Educação Unisinos** 22(2):147-155, abril-junho 2018.
- ZERBATO, A. P. MENDES, E. G. O desenho universal para a aprendizagem na formação de professores: da investigação às práticas inclusivas. **Educação e Pesquisa**, v. 47, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/193215/178045>. Acesso em: 20 jan 2022.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Educação de Estudantes com Deficiência Visual			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	(nome e código) ---	
<p>EMENTA: Conceitos, identificação, causas e prevenção da deficiência visual; História e atendimento educacional da pessoa com deficiência visual; Atendimento educacional de pessoas com deficiência visual no contexto nacional; Avaliação, Planejamento e Práticas pedagógicas para alunos com cegueira e baixa visão. Introdução aos procedimentos de ensino para deficientes visuais nas áreas de alfabetização (Sistema Braille/Sorobã), Atividades de vida diária e programas de orientação e mobilidade. Reflexão sobre a educação de pessoas com cegueira e de pessoas com baixa visão.</p>			
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p>			
<p>AMORIM, C. M. A.; ALVES, M.G. A criança cega vai à escola: preparando para alfabetização. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos, 2008.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Saberes e Práticas da Inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos cegos e de alunos com baixa visão. 2ª.ed. Brasília: MEC, 2006.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Orientação e mobilidade: conhecimentos básicos para a inclusão do deficiente visual. Brasília: MEC, 2003.</p> <p>BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Soroban: manual de técnicas operatórias para pessoas com deficiência visual. Elaboração: Mota, M. G. B. ET AL. Brasília: SEESP, 2009.</p> <p>BRASIL, Ministério da Educação. Grafia Braille para a Língua Portuguesa. Brasília: MEC, /SEESP,2018.</p> <p>CAIADO, K. R. M. Aluno deficiente visual na escola: lembranças e depoimentos. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.</p> <p>MACHADO, Edileine Vieira; MAZZARO, José Luís. Diálogos com o professor sobre inclusão: fatos e histórias. Brasília: LGE, 2008.</p> <p>MARTÍN, M. B.; BUENO, S. T. Deficiência visual: aspectos psicoevolutivos e educativos. São Paulo: Santos, 2003.</p> <p>MASINI, Elcie F. Salzano(org). A Pessoa com deficiência visual: um livro para educadores. 1ªed. São Paulo: Vetor, 2007.</p>			
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p>			
<p>AMIRALIAN, M.L.T.M. Deficiência Visual: Perspectivas na Contemporaneidade. Vetor, 2009.</p> <p>ARGENTA, A.; SÁ, E. D. Atendimento educacional especializado de alunos cegos e com baixa visão, In: INCLUSÃO: Revista de Educação Especial/Secretaria de Educação Especial. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.</p> <p>BRUMER, A.; PAVEI, K.; MOCELIN, D. G. Saindo da “escuridão”: perspectivas da inclusão social, econômica, cultural e política dos portadores de deficiência visual em Porto Alegre. Sociologias, Porto Alegre, n. 11, 2004 Acesso em 12jan. 2008.</p> <p>BRUNO, M. M. G. Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação sinalização: deficiência visual. [4. ed.] / elaboração Profa. Marilda Moraes Garcia Bruno – consultora autônoma. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.</p> <p>DOMINGUES, C. dos A, et al. A educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: baixa visão e cegueira. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.</p> <p>FELIPPE, J.A. M. Caminhando juntos: manual das habilidades básicas de orientação e mobilidade. Brasília: MEC, SEESP, 2003.</p> <p>FRANCO, J. R.; DIAS, T. R. da S. A pessoa cega no processo histórico: um breve percurso. In: Benjamin Constant/MEC. Divisão de Pesquisa, Documentação e Informação. Rio de Janeiro: DDI, 2005.</p>			

MOTA, M. da G. **Orientação e mobilidade**: conhecimentos básicos para a inclusão da pessoa com deficiência visual. Brasília, DF: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, 2003.
SAMPAIO, et al. **Baixa visão e Cegueira**: os caminhos para a reabilitação, a educação e a inclusão. Rio de Janeiro: Cultura Médica: Guanabara Koogan, 2010.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Tecnologia Assistiva para Estudantes com Deficiência Visual			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.1.0	45h	(nome e código) ---	
EMENTA: Tecnologia Assistiva. Métodos, técnicas e recursos para a educação de alunos cegos e com baixa visão. Audiodescrição. Estudo, prática e vivências mediadas por diferentes recursos de tecnologia assistiva e/ou experiências educacionais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BERSCH, Rita. Introdução à tecnologia assistiva . Porto Alegre, 2017. Disponível em: https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf			
COSTA, Margarete Terezinha de Andrade. Tecnologia assistiva : uma prática para a promoção dos direitos humanos. InterSaberes, Curitiba, 2020.			
DELGADO GARCIA, Carlos Jesus. Instituto de Tecnologia Social – ITS BRASIL; CNPQ (Orgs.). Livro Branco da Tecnologia Assistiva no Brasil . São Paulo: ITS BRASIL, 2017.			
GALVÃO FILHO, Teófilo. Tecnologia assistiva : um itinerário da construção da área no Brasil, CRV, Curitiba, 2022.			
GITAHY, Raquel Rosan Christino. Por uma educação acessível e inclusiva para pessoas com deficiência visual , Appris Editora, Curitiba, 2019.			
GONÇALVES, Arlete Marinho et al. Tecnologia assistiva na educação básica e superior : recursos e serviços para atuação com estudantes com deficiência, CRV, Curitiba, 2022.			
INSTITUTO DE TECNOLOGIA Social (ITS Brasil) e Microsoft Educação. TECNOLOGIA ASSISTIVA NAS ESCOLAS : Recursos básicos de acessibilidade sociodigital para pessoas com deficiência, 2008.			
KLEINA, Claudio. Tecnologia assistiva em educação especial e educação inclusiva . InterSaberes, Curitiba, 2012.			
MOTTA, Lívia Maria Villela de Mello; ROMEU FILHO, Paulo, (Org.). Audiodescrição : transformando imagens em palavras. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010.			
SEABRA JUNIOR, Manoel Osmar et al. Tecnologia assistiva, metodologias ativas e jogos com estímulos em funções executivas na educação especial . CRV, Curitiba, 2021.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
CARVALHO, Vanessa Fernandes et al. Tecnologias assistivas aplicadas a deficiência visual: recursos presentes no cotidiano escolar e na vida diária e prática. Educere - Revista da Educação da UNIPAR , v. 16 n. 1, 2016.			
CUNHA, A. M. da.; SANTOS, S. C. dos. Tecnologias Assistivas para Pessoas com Deficiência Visual. Cadernos de Prospecção , 15(1), 2022. 215–227. https://doi.org/10.9771/cp.v15i1.43946			
FRAZÃO, A. A. N., ZAQUEU, L. da C. C.; MENDONÇA, Ísis de P. S.; SILVA, T. N. F.; SILVEIRA, F. M. da. Tecnologia Assistiva: Aplicativos Inovadores para estudantes com Deficiência Visual. Brazilian Journal of Development , 6(11), 2020. 85076–85089. https://doi.org/10.34117/bjdv6n11-066			
RODRIGUES FREIRE GASPARETTO, M. E.; MONTILHA, R. de C. I.; ARRUDA, S. M. C. de P.; SPERQUE, J.; AZEVEDO, T. L. de; NOBRE, M. I. R. de S. Utilização de Recursos de Tecnologia Assistiva por Escolares com Deficiência Visual. Informática na educação: teoria &			

prática, Porto Alegre, v. 15, n. 2, 2012. DOI: 10.22456/1982-1654.23190. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/InfEducTeoriaPratica/article/view/23190>. Acesso em: 23 nov. 2023. SGANZERLA Maria Adelina R.; GELLER, Marlise. Tecnologias assistivas para alunos cegos na educação matemática. **Nuevas Ideas en Informática Educativa**, TISE 2013. LIMA FILHO, M. A. e WAECHTER, H. N. Tecnologias Assistivas Presentes no Tablet e Seu Potencial Para Uma Educação Inclusiva de Pessoas com Deficiência Visual. **Revista Brasileira de Tradução Visual**, Recife, n15, jun 2013.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Educação de Estudantes com Deficiência Intelectual			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	(nome e código) ---	
<p>EMENTA: A história do atendimento da pessoa com Deficiência Intelectual. Conceitos e definições nos diversos momentos históricos. Avaliação da pessoa com Deficiência Intelectual. Desenvolvimento, aprendizagem e organização pedagógica. Avanços da Associação Americana de Deficiência Intelectual e de Desenvolvimento (AAIDD). Inserção da CIF na compreensão da Deficiência Intelectual. Redes de Apoio e suportes e processos educacionais no que se refere à apropriação de conceitos e compreensão. Currículo Funcional.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>APA. Referência Rápida aos critérios diagnósticos do DSM – 5. Porto Alegre: Artmed, 2014. CARNEIRO, Maria Sylvia. Adultos com Síndrome de Down: a deficiência mental como produção social. Campinas: Papyrus, 2008. GOMES, A. L.; POULIN, J.-R.; FIGUEIREDO, R. V. de. O atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2010. JANNUZZI, Gilberta. A educação do deficiente mental no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2004. MAZZOTTA, Marcos. Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996. Organização Mundial de Saúde. CIF - CJ: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde para Crianças e Jovens. Edusp, São Paulo, 2011. PESSOTTI, Isaias. Deficiência mental: da superstição à ciência. São Paulo: T.A. Queiróz, 1964. PLETSCH, M. D. Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, praticas curriculares e deficiência intelectual. Rio de Janeiro: Nau, 2010. SCHALOCK, R. LUCKASSO, R. TASSE, M. Discapacidad intelectual: Definición, diagnóstico, clasificación y sistemas de apoyos. AAID. Traducción: Miguel Verduga, Patricia Navaes. 12ª ed. Hogrefe TEA Ediciones: Madrid, 2021 SUPLINO, Maryse. Currículo funcional natural: guia prático para a educação na área do autismo e deficiência mental - Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; Maceió: ASSISTA, 2005.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>BANKS-LEITE Luci; GALVÃO, Izabel. A educação de um selvagem: as experiências pedagógicas de Jean Itard. São Paulo: Cortez, 2000. BLASCOVI-ASSIS, S. M. Lazer e deficiência mental: o papel da família e da escola em uma proposta de educação pelo e para o lazer. Campinas/SP: Papyrus, 2001. CANGUILHEM, Georges. O normal e o patológico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.</p>			

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4 ed. Tr, Marcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.
 MARQUES, L. P. **O professor de alunos com deficiência mental**: concepções e prática pedagógica. [s. l.]: UFJF, 2001.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Tecnologia Assistiva para Estudantes com Deficiência Intelectual			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.1.0	45h	(nome e código) ---	
<p>EMENTA: Deficiência intelectual e tecnologias no contexto da escola inclusiva. Tecnologia Assistiva e Tecnologia Educacional. Diferentes estratégias pedagógicas e tecnologias educacionais para o aprendizado. Métodos, técnicas e recursos para a educação de alunos com deficiência intelectual; Estratégias de acessibilidade. Estudo, prática e vivências mediadas por diferentes recursos de tecnologia assistiva e/ou experiências educacionais.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>AZAMUR, Mirian et al. Deficiência intelectual: tecnologia assistiva e a comunicação. 2016. Disponível em: < http://www.opet.com.br/faculdade/revista-praxis/pdf/n5/ed-esp-deficiencia-intelectual-tecnologia-assistiva-e-a-comunicacao.pdf></p> <p>DELGADO GARCIA, Carlos Jesus. Instituto de Tecnologia Social – ITS BRASIL; CNPQ (Orgs.). Livro Branco da Tecnologia Assistiva no Brasil. São Paulo: ITS BRASIL, 2017.</p> <p>GALVÃO FILHO, Teófilo. Tecnologia assistiva: um itinerário da construção da área no Brasil, CRV, Curitiba, 2022</p> <p>GALVÃO FILHO, T. A. A construção do conceito de Tecnologia Assistiva: alguns novos interrogantes e desafios. Revista Entreideias: Educação, Cultura e Sociedade, Salvador: Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia – FAGED/UFBA, v. 2, n. 1, p. 25-42, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://www.galvaofilho.net/TA_desafios.htm> Acesso em 27 de março de 2013.</p> <p>GALVÃO FILHO, T. A. Tecnologia Assistiva: favorecendo o desenvolvimento e aprendizagem em contextos educacionais inclusivos. In: GIROTO, C. R. M.; POKER, R. B.; OMOTE, S. (Org.). As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas. Marília: Cultura acadêmica, 2012, p. 65-92.</p> <p>GALVÃO FILHO, Teófilo. Deficiência intelectual e tecnologias no contexto da escola inclusiva. In: GOMES, Cristina (org.). Discriminação e racismo nas Américas: um problema de justiça, equidade e direitos humanos. Curitiba: CRV, 2016, p. 305-321.</p> <p>GUILHOTO, Laura M. F. Ferreira. Avaliação da necessidade de apoios para pessoas com Deficiência Intelectual. Revista Deficiência Intelectual – DI, ano 7, n. 11, Janeiro/Junho. 2017. p. 12-14.</p> <p>PLETSCH, Márcia Denise et al. (Orgs.). Acessibilidade e Desenho Universal na Aprendizagem Campos dos Goytacazes (RJ): Encontrografia, 2021. (Coleção Acessibilidade e Desenho Universal na Educação – ISBN da Coleção: 978-65-88977-31-6</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>BITTENCOURT, P. A. S.; ALBINO, J. P. O uso das tecnologias digitais na educação do século XXI. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação. Araraquara, v. 12, n. 1, p. 205-214, jan-mar/2017.</p> <p>CAVALCANTE, Tícia Cassiany Ferro; AQUINO, Adelyn Barbosa de. Tecnologia Assistiva e mediação: um olhar para comunicação com uso da ferramenta aBoard em crianças com deficiência intelectual. Revista Tecnologias na Educação, Vol.33- Dezembro/2020.</p> <p>MALAQUIAS, Fernanda Francielle de Oliveira. Realidade Virtual como Tecnologia Assistiva para alunos com deficiência intelectual. 2012. 112f. Tese de Doutorado (Doutorado em Engenharia</p>			

Elétrica). Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica, Universidade Federal de Uberlândia, 2012.

NYLAND, Joana Josiane Andriotte Oliveira Lima. Deficiência Intelectual e as tecnologias assistivas no âmbito da educação básica. **Research, Society and Development**, v. 11, n.17, e197111739204, 2022

SILVA, Cláudia Mara. **Alfabetização e Deficiência Intelectual: Uma Estratégia diferenciada**. Paraná: SEED, 2016. Disponível em:

<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/julho_2016/dee_anexo3.pdf> Acesso em: 10 set. 2020.

SOUSA, Ivone Félix de et al. Tecnologias assistivas no ensino-aprendizagem: transtorno específico da aprendizagem e deficiência intelectual. In: CORRÊA, Ana Grasielle Dionísio et al. (Organizadores). **Tecnologias Aplicadas em Educação e Saúde**. Menon, São Paulo, 2021.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Inclusão, Família e Trabalho			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.1.0	45h	(nome e código) ---	
EMENTA: Definição de família. Família contemporânea. Análise dos aspectos relativos às pessoas público-alvo da educação especial e as influências existentes nas relações familiares. Parceria entre família e escola. Estratégias pedagógicas e metodológicas de abordagem. A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho - realidade e desafios.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
FRANCO, Vitor; MINETTO, Maria de Fátima (orgs.). Família, Deficiência e Inclusão . Curitiba, Juruá Editora, 2023.			
GARCÍA, V. G. (2014). Panorama da inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho no Brasil. Trabalho, Educação e Saúde , 12(1), 165-187. https://doi.org/10.1590/s1981-77462014000100010			
MMCWILLIAM, P.J.; WINTON, O.J.; CRAIS, E.R. Estratégias práticas para a intervenção precoce centrada na família . 9 ed. Porto: Porto Editora, 2005.			
PORTELA, Cláudia Paranhos; BORDAS, Miguel Angel Garcia (Orgs.) As famílias contemporâneas: pontos, contrapontos e paradoxos inclusivos . Curitiba, CRV, 2020			
REDIG, Annie Gomes; GLAT, Rosana. Programa educacional especializado para capacitação e inclusão no trabalho de pessoas com deficiência intelectual. Ensaio: aval. pol. públ. Educ. , Rio de Janeiro, v.25, n. 95, p. 330-355, abr./jun. 2017.			
SOUSA, L. Crianças (com)fundidas entre a escola e a família. Porto: Editora Porto, 1998.			
TANAKA, E. D. O.; MANZINI, E. J. O que os empregadores pensam sobre o trabalho da pessoa com deficiência? Revista Brasileira de Educação Especial , 11(2), 2005, p. 273-294. https://doi.org/10.1590/S1413-65382005000200008			
WEBER, L. Família e desenvolvimento: visões interdisciplinares . Curitiba, Editora Juruá, 2008.			
WITCZAK, Marcus Vinicius Castro; PEIXOTO, Adriano de Lemos Alves (Orgs.). Desafios da inclusão de pessoas com deficiência no trabalho: reflexões e práticas . EDUFBA, 2021.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
ALIAS, G. Desenvolvimento da aprendizagem na educação especial: a relação escola, família e aluno . São Paulo: Cengage Learning, 2016.			
BECKER, Kalinca Léia. Deficiência, Emprego e Salário no Mercado de Trabalho Brasileiro. Estud. Econ. 49 (1), Jan-Mar 2019. https://doi.org/10.1590/0101-41614912klb			
SIGOLO, S.R.R.L. Envolvimento familiar e educação inclusiva: Uma mútua contribuição? In: MENDES, E.; ALMEIDA, M.A. (Orgs.). A pesquisa sobre inclusão escolar em suas múltiplas dimensões: Teoria, política e formação , 2012, p. 327-340.			

SILVA, Margaret da Conceição; MIETO, Gabriela Sousa de Melo; OLIVEIRA Valéria Marques de. Estudos Recentes sobre Inclusão Laboral da Pessoa com Deficiência Intelectual. **Rev. bras. educ. espec.** 25 (3) • Jul-Sep 2019 • <https://doi.org/10.1590/s1413-65382519000300008>

WERNECK-SOUZA, Juliana; FERREIRA, Mário César e SOARES, Kelma Jaqueline. Panorama da Produção Brasileira sobre Inserção de Pessoas com Deficiência no Trabalho: Desafios à Efetiva Inclusão. Gerais, **Rev. Interinst. Psicol.** [online]. 2020, vol.13, n.1 [citado 2023-11-24], pp. 1-20. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202020000100005&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1983-8220.
<http://dx.doi.org/10.36298/gerais2020130104>

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Educação Especial inclusiva para indígenas			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
1.1.0	30h	(nome e código) ---	
EMENTA: A questão indígena no panorama histórico brasileiro. História, política educacional e legislação da educação escolar indígena. Políticas Afirmativas sobre a temática indígena. Lei 11.645/2008. Interculturalidade e Educação Indígena. O aluno indígena público da educação especial.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BANIWA, Gersem. O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.			
BRASIL. Educação Escolar Indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola. Cadernos Secad 3. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília, 2007.			
BRASIL. PARECER CNE/CEB Nº: 13/2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena, Brasília, 2012.			
BRASIL. Referencial Curricular Nacional Para as Escolas Indígenas/ Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1998.			
BURATTO, L. G; BARROCO, S. M. S.; FAUSTINO, R. C. Educação Especial na escola indígena: Reflexões necessárias. In: FAUSTINO, R. C; CHAVES, M; BARROCO, S. M. S (Orgs.).			
Intervenções pedagógicas na educação escolar indígena: Contribuição da teoria Histórico Cultural. Maringá: Eduem, 2010.			
LUCIANO, Gersem; BANIWA, Gersen. Educação escolar indígena: avanços, limites e novas perspectivas. Goiânia: ANPED, 2013.			
MARSIGLIA, A. C. G. O tema da diversidade na perspectiva da pedagogia histórico-crítica. In: MARSIGLIA, A. C. G.; BATISTA, E. L. (Orgs.). Pedagogia histórico-crítica: desafios e perspectivas para uma educação transformadora. Campinas: Autores Associados, 2012.			
MUNANGA, Kabengele; Brandão, André P. Augusto (Orgs.). Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Cadernos PENESP nº.5. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2004.			
SANTIAGO, Mylene Cristina; AKKARI, Abdeljalil; MARQUES, Luciana Pacheco. Educação intercultural: desafios e possibilidades. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.			
SILVA JÚNIOR, G. A. Da Educação inclusiva e diferenciada indígena. Psicologia: Ciência e Profissão [online]. 2000, v. 20, n. 1 [Acessado 13 Julho 2022], pp. 40-49. Disponível em: < https://doi.org/10.1590/S1414-98932000000100006 >. Epub 11 Set 2012. ISSN 1982-3703. https://doi.org/10.1590/S1414-98932000000100006 .			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			

BURATTO, Lucia Golvêa. **O Indígena em Situação de Deficiência**: o duplo desafio da inclusão, 2007. Disponível em: <<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br>>

BURATTO, Lúcia Golvêa (2007). **A educação escolar indígena na legislação e os indígenas com necessidades educacionais especiais**.
<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/565-4.pdf>

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SÁ, M. A. **O escolar indígena com deficiência visual na Região da Grande Dourados, MS**: um estudo sobre a efetivação do direito à educação. 135 f. Dourados, 2011. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Grande Dourados, 2011.

SÁ, Michele Aparecida de Sá. Educação e Escolarização da criança indígena com deficiência em Terra Indígena Araribá. 183 f. 2015. **Tese** (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015

SILVA, Edson; SILVA, Maria da Penha da (Orgs.). **A Temática Indígena na Sala de Aula**: Reflexões para o ensino a partir da Lei 11.645/2008. Recife: Editora Universitária UFPE, 2013.

TASSINARI, Antonella. Concepções Indígenas de Infância no Brasil. **Revista Tellus**, Campo Grande, n 13, p. 11-25, ano 7, out, 2007.

4º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Educação de Estudantes com Deficiência Auditiva			
Créditos: 3.1.0	Carga Horária: 60h	Pré-requisito(s): (nome e código) ---	
EMENTA: História da educação de surdos. Conceituação da deficiência auditiva e surdez. Abordagens teóricas e educacionais para a intervenção na educação dos estudantes surdos. Princípios da educação bilíngue. Identidades e culturas surdas. Línguas de Sinais emergentes.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
FERNANDES, Eulália. (org.). Surdez e Bilinguismo . Porto Alegre: Mediação, 2005.			
LACERDA, C. B. F. de; SANTOS, L. F. dos (Org.). Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: EdUFSCar, 2013.			
LACERDA, C.B.F de LODI, A C B (Orgs.). Uma escola duas línguas : letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre: Editora Mediação, 2009 (demais edições). Lisboa: Antidoto, 1979 (demais edições).			
SKLIAR, C. A surdez : um olhar sobre as diferenças. Porto alegre: Mediação, 1998.			
VYGOTSKY L. S. Pensamento e Linguagem . Martins Fontes qualquer ano			
VYGOTSKY, L. S. A Formação Social da Mente . São Paulo: Martins Fontes: 1984.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
ALMEIDA, Elizabeth Oliveira Crepaldi de. A leitura e surdez : um estudo com adultos não oralizados. Rio de Janeiro: Editora RevinteR Ltda, 2000. BRASIL.			
CAMPELLO, A. R. e S.; CARVALHO, V. F. A existência de quatorze (14) identidades surdas. Revista Humanidades e Inovação - ISSN 2358-8322 - Palmas - TO - v.9, n.14, 2022.			
CAPOVILLA Fernando C. Filosofias Educacionais em relação ao surdo : do oralismo à comunicação total ao bilingüismo. Revista Brasileira de Educação Especial. Vol. 06, Ano 2000. Disponível em http://www.marilia.unesp.br/abpee/homepageabpee04_06/sumarios/sumariorev6.htm visitado em dez. 2017			

- COSTA, M. U. C. L. de M.; BARBOSA, F. V.; A. NEVINS. Linguagem, Surdez e Surdos. In: FRANÇA, A. I. (Org.). **Linguística para fonoaudiologia: interdisciplinaridade aplicada**. São Paulo: Editora Contexto, 2022
- FERNANDES, Sueli. **É possível ser surdo em português? Língua de sinais e escrita: em busca de uma aproximação**. In: SKLIAR, Carlos.(org.). Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos: interfaces entre pedagogia e linguística. V.2. Porto Alegre: Mediação, 1999. p. 59-82.
- GOES, M. C. R. **Linguagem, surdez e educação**. Campinas: Autores Associados, 1996.
- LODI, Ana Cláudia Balieiro; MÉLO, Ana Dorziat Barbosa de; FERNANDES, Eulalia (rgs). **Letramento, Bilinguismo e Educação de Surdos**. 2ªed. Porto Alegre: Mediação, 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Ensino da língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica**. Vol.1. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2002. BRASIL.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Ensino da língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica**. Secretaria de Educação Especial. Vol.2. Brasília: MEC/SEESP, 2002.
- FERREIRA, A. C. A. X.; LUSTOSA, A. V. M. F. A política de inclusão escolar para o aluno surdo na perspectiva do tradutor e intérprete de Libras. **RBP AE** - v. 36, n. 3, set./dez., 2020.
- MOURA, M.C, VERGAMINI, S.A.A, LEITE, S.R. **Educação para surdos: práticas e perspectivas**. São Paulo: Editora Santos, 2008.
- PERLIN, G. Identidade Surda e Currículo. In: LACERDA, C. B. F de; QUADROS, RM de. Políticas lingüísticas e educação de surdos em Santa Catarina: espaço de negociações. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 26, n. 69, ago. 2006.
- STROBEL, K. *História da Educação de Surdos*. UFSC, Florianópolis, 2009.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Tecnologia Assistiva para Estudantes com Deficiência Auditiva			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.1.0	45h	(nome e código) ---	
EMENTA: Tecnologia Assistiva. Métodos, técnicas e recursos para a educação de deficientes auditivos e surdos. Estudo, prática e vivências mediadas por diferentes recursos de tecnologia assistiva e/ ou experiências educacionais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BARBOSA, J. S. L. A tecnologia assistiva digital na alfabetização de crianças surdas. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) -Núcleo de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/4722/1/JOSILENE_SOUZA_LIMA_BARBOSA.pdf . Acesso em: 26 nov. de 2019.			
BERSCH, R. Introdução à Tecnologia Assistiva . Porto Alegre: Assistiva Tecnologia e Educação, 2017. Disponível em: http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf . Acesso em: 09 nov. de 2023.			
BORGES, W. F. Tecnologia assistiva e práticas de letramento no Atendimento Educacional Especializado.2015. Dissertação (Mestrado em Educação) -Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão: Universidade Federal de Goiás, 2015. Disponível em: https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/4472 . Acesso em: 26 de nov. de 2023.			
DELGADO GARCIA, Carlos Jesus. Instituto de Tecnologia Social – ITS BRASIL; CNPQ (Orgs.). Livro Branco da Tecnologia Assistiva no Brasil . São Paulo: ITS BRASIL, 2017.			
GALVÃO FILHO, Teófilo. Tecnologia assistiva: um itinerário da construção da área no Brasil , CRV, Curitiba, 2022			

SANTOS, P. K.; DANTAS, N. M. R. Tecnologias assistivas e a inclusão do estudante surdo na educação superior. **Revista Internacional De Educação Superior**, v. 3, n. 3, p. 494-514, 2017.

SKOLARI, S.; KRUSSER, R. Design e educação de surdos: aspectos relevantes para o projeto de infográficos bilíngues Libras/Português. In: Congresso Internacional de Ergonomia e Usabilidade de Interfaces Humano Tecnológica, 16., 2017, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALCÂNTARA, Joceli Alves de Souza; GALASSO, Bruno. (2023). Educação Bilíngue para Surdos : Tecnologias Assistivas na Pré-escola. **SCIAS. Direitos Humanos E Educação**, 6(1), 214–239.

<https://doi.org/10.36704/sdhe.v6i1.7443>

GONÇALVES, S. C. P.; CAVALCANTE, I. F. Tecnologias Assistivas para a Educação de Alunos com surdez. Seven Editora, [S. l.], 2023. Disponível em:

<https://sevenpublicacoes.com.br/index.php/editora/article/view/2560>. Acesso em: 27 nov. 2023.

PEREIRA, Ana Carolina Reis; PASIAN, Mara Silvia. O uso de Tecnologias Assistivas para inclusão do aluno surdo na Educação Básica. **Olhar de Professor**, [S. l.], v. 26, p. 1–20, 2023. DOI: 10.5212/OlharProfr.v.26.18371.001. Disponível em:

<https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/1837>

PICANÇO, L. T.; ANDRADE NETO, A. S. de; GELLER, M. A mediação cognitiva por meio de recursos digitais de Tecnologia Assistiva para estudantes surdos: realidade, expectativas e possibilidades. *Revista Brasileira de Informática na Educação*, [S. l.], v. 30, p. 50–72, 2022. DOI: 10.5753/rbie.2022.2395. Disponível em:

<https://sol.sbc.org.br/journals/index.php/rbie/article/view/2395>. Acesso em: 27 nov. 2023.

PINTO, J. M. A., PRIETCH, S. S. UbiConverge: Uma Tecnologia Assistiva para suporte ao Processo de Ensino-Aprendizagem de Estudantes Surdos, **Nuevas Ideias en Informática Educativa**, v. 10, p. 74-84, 2014. ISBN: 978-956-19-0889-5.

SILVA, Evaldo Gabriel Nascimento da; CARDOSO, Camila de Nazaré Araújo. A importância do uso da tecnologia assistiva na educação de surdos. **Research, Society and Development**, v. 10, n.3, e28410313153, 2021.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Libras			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	(nome e código) ---	
EMENTA: Língua Brasileira de Sinais - Libras: Conceituação, História da Educação de Surdos, Abordagens educacionais, Legislação, Identidade e Cultura da Comunidade Surda. Aspectos linguísticos da Libras e o uso da língua. Pedagogia Surda			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue da língua de sinais brasileiro . 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2001.			
GESSER, A. Libras? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.			
QUADROS, R. M. de. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
COUTINHO, D. Libras e Língua Portuguesa: Semelhanças e diferenças. João Pessoa: Arpoador, 2000.			
FELIPE, T. A. Libras em contexto . Brasília: TvIEC/SEES, Ed. 7, 2007.			
GESSER, A. O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a Libras. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.			

LACERDA, C. B. F. de. **Intérprete de Libras**: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental – 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.
SKLIAR, C. A **Surdez**: um olhar sobre as diferenças. 8.ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Educação de Estudantes com TEA			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	(nome e código) ---	
EMENTA: Aspectos históricos do Transtorno do Espectro Autista. Conceituação. Concepções teóricas e as políticas de inclusão escolar contemporâneas sobre o TEA. O processo de escolarização dos educandos com TEA.. Avaliação, planejamento e práticas pedagógicas para alunos com TEA. Introdução aos procedimentos de ensino para estudantes com TEA. Transtorno do processamento sensorial.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BANKS-LEITE, L.; GALVÃO, I. A educação de um selvagem : as experiências pedagógicas de Jean Itard. São Paulo: Cortez Editora, 2000.			
DONOVAN, John; ZUCKER, Caren. Outra sintonia: a história do autismo . São Paulo, Companhia das Letras, 2017.			
GRANDIN, Temple; PANEK, Richard. O cérebro autista: pensando através do espectro . Rio de Janeiro, Record, 2015.			
JERUSALINSKY, A. (Org.). Dossiê autismo . São Paulo: Instituto Langage, 2015.			
KUPFER, M. C. M. Educação para o futuro: psicanálise e educação . 2.ed. São Paulo: Escuta, 2001.			
KUPFER, M. C. M.; PATTO, M.H.S.; VOLTOLINI, R. Práticas inclusivas em escolas transformadoras: acolhendo o aluno sujeito . São Paulo: Escuta, 2017.			
ORRÚ, S.E. Aprendizes com autismo: aprendizagem por eixos de interesse em espaços não excludentes . Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2016.			
SCHMIDT, C. Autismo, educação e transdisciplinaridade . Campinas: Papyrus, 2013.			
Whitman, Thomas L. O desenvolvimento do autismo: social, cognitivo, linguístico, sensorio-motor e perspectivas biológicas . São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda., 2015			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA (APA). DSM-5: Manual de diagnóstico e estatístico de transtornos mentais . Tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento et al. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.			
BASTOS. M.B. Incidências do educar no tratar: desafios para a clínica psicanalítica da psicose infantil e do autismo . 2012. 224 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.			
BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva . Brasília: MEC/SEESP, 2008.			
BRASIL. Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista; e altera o 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.			
Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n. 250, p. 02, 28 dez. 2012. Seção 1.			
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e			

Temática. Linha de cuidado para a atenção às pessoas com transtornos do espectro do autismo e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada e Temática. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

Disponível em: http://www.autismo.org.br/site/images/Downloads/linha_cuidado_atencao_pessoas_transtorno.pdf

LAURENT, E. **A batalha do autismo**: da clínica à política. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. LERNER, R.;

KUPFER, M.C.M. (orgs.) **Psicanálise com crianças: clínica e pesquisa**. São Paulo: Escuta, 2008.

MANNONI, M. **Educação impossível**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

ORRÚ, S.E. **Aprendizes com autismo**: aprendizagem por eixos de interesse em espaços não excludentes. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

ROCHA, Aila Narene Dahwache Criado, MANTOVANI, Heloísa Briones; MONTEIRO, Rubiana Cunha (Orgs.). **A integração sensorial e o engajamento ocupacional na infância**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023.

SANTOS, E.C. dos. **Linguagem escrita e a criança com autismo**. Curitiba: Appris Editora, 2016.

SCHMIDT, C. Transtornos Globais do desenvolvimento. In: SILUK, A. C (Org). **Atendimento educacional especializado**: contribuições para a prática pedagógica. Santa Maria, RS: UFSM, Centro de Educação, Laboratório de Pesquisa e Documentação, p.278- 305, 2012.

SENRA, A.H. **Oficinas psicopedagógicas para superação da exclusão**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Tecnologia Assistiva para Estudantes com TEA			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.1.0	45h	(nome e código) ---	
EMENTA: Transtorno do Espectro Autista e tecnologias no contexto da escola inclusiva. Diferentes estratégias pedagógicas e tecnologias educacionais para o aprendizado. Métodos, técnicas e recursos para a educação de alunos com TEA. Estudo, prática e vivências mediadas por diferentes recursos de tecnologia assistiva e/ou experiências educacionais			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ARAÚJO, M. M. O ensino de números decimais em uma classe inclusiva do ensino fundamental: uma proposta de metodologias visando à inclusão. 2017. 402f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências e Matemáticas) – Faculdade de Educação em Ciências e Matemática, Universidade Federal do Mato Grosso (REAMEC), Belém, 2017.			
ÁVILA, B.G.; PASSERINO, L. M.; TAROUÇO, L. M. R. Usabilidade em tecnologia assistiva: estudo de caso num sistema de comunicação alternativa para crianças com autismo. <i>Revista Latino-americana de Tecnologia Educativa</i> . Espanha, v. 12, (2), p.115-129, 2013			
BRASIL. Ata VII – Comitê de Ajudas Técnicas – CAT. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (CORDE/SEDH/PR). 2006. Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao .			
COSTA, M. S.; COSTA, V. F. G.; VIEIRA JUNIOR, N.). Uso do aplicativo SpeeCH como tecnologia assistiva para uma criança com transtorno do espectro autista (TEA): um estudo de caso. <i>Revista Educação Especial</i> , 36(1), 2023 e8/1–19. https://doi.org/10.5902/1984686X70474			

DELGADO GARCIA, Carlos Jesus. Instituto de Tecnologia Social – ITS BRASIL; CNPQ (Orgs.). Livro Branco da Tecnologia Assistiva no Brasil. São Paulo: ITS BRASIL, 2017.

GALVÃO FILHO, Teófilo. Tecnologia assistiva: um itinerário da construção da área no Brasil, CRV, Curitiba, 2022

PLETSCH, Márcia Denise et al. (Orgs.). Acessibilidade e Desenho Universal na Aprendizagem Campos dos Goytacazes (RJ): Encontrografia, 2021. (Coleção Acessibilidade e Desenho Universal na Educação – ISBN da Coleção: 978-65-88977-31-6

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GRANDO, R. C. O jogo e a matemática no contexto da sala de aula. São Paulo: Editoria Paulos, 2004.

GOMES, C. G. S.; SILVEIRA, A. D. Ensino de habilidades básicas para pessoas com autismo: manual para intervenção comportamental intensiva. 1. ed. Curitiba: Editora Appris, 2016.

MOL, G. O ensino de Ciências na escola inclusiva. Campo dos Goytacazes. Brasil Multicultural, 2019.

ORRÚ, S. E. Aprendizagem com autismo: aprendizagem por eixos de interesse em espaços não excludentes. 2ª ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2019.

JUNIOR, F.V.B; GONÇALVES, M.J.; Tecnologia assistiva e acessibilidade no processo de aprendizagem. In: JUNIOR, F.V.B. (Org.). Atendimento Educacional Especializado para o estudante com Transtorno do Espectro Autista. Mossoró: EDUFERSA, 2018. p.139-166.

MANZINI, E. J. Tecnologia assistiva para educação: recursos pedagógicos adaptados. In: Ensaio pedagógicos: construindo escolas inclusivas. Brasília: SEESP/MEC, 2005. p. 82-86.

MENESES, Elieuzza Andrade. et al. Transtorno do espectro autista (TEA) e a linguagem: a importância de desenvolver a comunicação. Revista Psicologia & Saberes, v. 9, n. 18, p. 174-188, 2020

MONTENEGRO, Ana Cristina de Albuquerque et al. Contribuições da comunicação alternativa no desenvolvimento da comunicação de criança com transtorno do espectro do autismo. Audiology-Communication Research, v. 26, 2021

SILVA, Danielle A. et al. Tecnologias Assistivas para Alfabetização de Crianças com TEA: Uma Análise de Aplicativos da Plataforma Google Play. In: XXVII WORKSHOP DE INFORMÁTICA NA ESCOLA. Anais do XXVII Workshop de Informática na Escola. SBC. Porto Alegre, 2021. p. 255-266.

TOGASHI, Claudio Miharú; WALTER, Cátia Crivelenti de Figueiredo. As contribuições do uso da comunicação alternativa no processo de inclusão escolar de um aluno com transtorno do espectro do autismo. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 22, p. 351-366, 2016.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Atendimento Educacional Especializado (AEE) e outros suportes especializados na Educação Especial Inclusiva			
Créditos: 3.1.0	Carga Horária: 60h	Pré-requisito(s): (nome e código) ---	
EMENTA: Análise de questões relacionadas à especificidade da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio e EJA considerando as necessidades do educando, o currículo e o apoio ao professor. Sistema de suporte multicamadas. Tutoria entre pares. O papel do Profissional de Apoio a Inclusão			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2009.

CAMIZÃO, Amanda Costa, VICTOR, Sonia Lopes, CONDE, Patrícia Santos. Atendimento educacional especializado na educação infantil. In: **Educação especial inclusiva: conceituações, medicalização e políticas**. Sonia Lopes Victor, Alexandro Braga Vieira e Ivone Martins de Oliveira (Orgs.). Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2017. 304 p.

ESTEVAM, Carolina et al. Programa de tutoria por pares no ensino superior: Estudo de caso. **Rev. bras. orientac. prof**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 185-195, dez. 2018.

FERNANDES, W. L.; COSTA, C. S. L. Possibilidades da tutoria de pares para estudantes com deficiência visual no ensino técnico e superior. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 21, n. 1, p. 39-56, Mar, 2015

LOPES, Mariana Moraes; MENDES, Enicéia Gonçalves. Profissionais de apoio à inclusão escolar: quem são e o que fazem esses novos atores no cenário educacional? **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, e280081, 2023

MENDES Enicéia Gonçalves. Didática, formação de professores e educação especial: implicações das políticas públicas baseadas no sistema de suporte multicamadas. In: LONGAREZI, Andréa Maturano; MELO, Geovana Ferreira; XIMENES, Priscilla de Andrade Silva. (Orgs). **Didática, formação de professores e políticas públicas** [recurso eletrônico] 1. ed., Jundiaí: SP, Paco, 2023.

PAVÃO, A. C. O.; PAVÃO, S. M. de O. **Atendimento Educacional Especializado: reflexões e práticas necessárias para a inclusão**. [s. l.] Brasil, 2018.

SILUK, Ana Cláudia Pavão (Org). **Atendimento educacional especializado: contribuições para a prática pedagógica**. 2. ed., Santa Maria: LAPEDOC/UFSM, 2014.

VILARONGA, Carla Ariela Rios.; COSTA, Juliane Dayrle Vasconcelos; PIOVEZAN, Camila Carlini Bonilha. **Perspectivas teóricas e práticas do profissional de apoio escolar**. 1ª ed. São Carlos: SP, EDESP-UFSCar, 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARDOZO-ORTIZ, Claudia Esperanza. Tutoría entre pares como una estrategia pedagógica universitaria. **Educación y Educadores**, [S.l.], v. 14, n. 2, aug. 2011.

COSTA, Juliane Dayrle Vasconcelos.; MENDES, Enicéia Gonçalves. Programa de formação sobre sistema de suporte multicamada em uma cidade paulista. III Disseminando Saberes da Educação Especial: temas atuais, pesquisas e inovação. **Anais do ... /** organizadora: Juliane Dayrle Vasconcelos da Costa. [et al.]. – Documento eletrônico. São Carlos: EDESP-UFSCar, 2023.

MENDES, Enicéia Gonçalves; TANNÚS-VALADÃO, Gabriela; MILANESI, Josiane Beltrame. Atendimento educacional especializado para estudante com deficiência intelectual: os diferentes discursos dos professores especializados sobre o que e como ensinar. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 17, n. 35, p. 45-67, set./dez. 2016.

NEGRINI, Tatiane.; FIORIN, Bruna Pereira Alves.; GOULARTE, Ravele Bueno (Orgs.) **Altas habilidades/superdotação [recurso eletrônico]: abordagens teórico-práticas para o atendimento educacional especializado**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2022.

SANTOS, Vivian.; TORRES, Josiane Pereira.; MENDES, Enicéia Gonçalves. **Análise da produção científica brasileira sobre o Atendimento Educacional Especializado**. Educação, Batatais, v. 6, n. 3, p. 11-24, jul./dez. 2016.

ZERBATO, Ana Paula.; VILARONGA, Carla Ariela Rios.; SANTOS, Jessica Rodrigues. Atendimento Educacional Especializado nos Institutos Federais: reflexões sobre a atuação do professor de educação especial. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Bauru, v.27, e0196, p.319-336, jan.-dez., 2021.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Planejamento Educacional Individualizado (PEI)			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.1.0	45h	(nome e código) ---	
EMENTA: Estudo dos modos de avaliação de problemas desenvolvimentais. Planejamento e realização de avaliação pedagógica no contexto escolar. Elaboração, aplicação e avaliação de programas de ensino. Análise dos procedimentos de intervenção e do progresso do aluno público da Educação Especial.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>COLL, C; PALÁCIOS, J.; MARCHESI, A. Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia da educação escolar. Vol 2. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> <p>MACHADO, Andréa Carla; BELLO, Suzelei Faria; CAPELLINI, Simone Aparecida. Plano Educacional Individualizado - PEI e suas contribuições para inclusão escolar. São Carlos: Pedro & amp; João Editores, 2022. 30p.</p> <p>NCSE (NACIONAL COUNCIL FOR SPECIAL EDUCATION). Guidelines on the individual education plan process by the National Council for Special Education. Dublin, 2006.</p> <p>Paulo, 2014.</p> <p>PEREIRA, Débora Mara; NUNES, Débora Regina de Paula. Diretrizes para a elaboração do PEI como instrumento de avaliação para educando com autismo: um estudo interventivo. Revista Educação Especial, Santa Maria, p. 939-960, out. 2018. ISSN 1984-686X. Disponível em: &lt;https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/33048&gt;. Acesso em: 29 ago. 2019. doi: http://dx.doi.org/10.5902/1984686X33048.</p> <p>POKER, R. B. et. al. Plano de Desenvolvimento Individual para o Atendimento Educacional Especializado. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2013.</p> <p>TANNÚS-VALADÃO, Gabriela.; MENDES, Enicéia Gonçalves. Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. <i>Revista Brasileira de Educação</i>, v. 23, e230076, 2018.</p> <p>TANNÚS-VALADÃO, Gabriela.; MENDES, Enicéia Gonçalves. Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. Revista Brasileira de Educação, v. 23, e230076, 2018.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>PLETSCH, Márcia Denise.; GLAT, Rosana. A escolarização de alunos com deficiência intelectual: uma análise da aplicação do Plano de Desenvolvimento Educacional Individualizado. Linhas Críticas, Brasília, DF, v. 18, n. 35, p. 193-208, jan./abr. 2012.</p> <p>REDIG, A. G.; MASCARO, C. A. A. C.; DUTRA, F. B. S. A formação continuada do professor para a inclusão e o plano educacional individualizado: uma estratégia formativa? Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial, v.4, n. 1, p. 33-44, 2017.</p> <p>SONZA, Andréa Poletto; VILARONGA, Carla Ariela Rios; MENDES, Enicéia Gonçalves. Os NAPNEs e o Plano Educacional Individualizado nos Institutos Federais de Educação Revista Educação Especial, vol. 33, 2020, -, pp. 1-24.</p> <p>SILVEIRA, Victoria Gimenez; ROSA, Beatriz Ruiz; BENITEZ, Priscila; TANNÚS-VALADÃO, Gabriela. Planejamento educacional individualizado de estudante com autismo</p>			

na universidade. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 27, 2023, DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-35392023-238308-T>

5º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Educação de Estudantes com Deficiência Física/Paralisia Cerebral			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	(nome e código) ---	
<p>EMENTA: Conceitos, identificação, causas e prevenção da deficiência física/paralisia cerebral; História e atendimento educacional da pessoa com deficiência física/paralisia cerebral; Atendimento educacional de pessoas com deficiência física/paralisia cerebral; Avaliação, Planejamento e Práticas pedagógicas para alunos com paralisia cerebral.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>BORGES, Carline Santos. Saberes e fazeres pedagógicos nas deficiências física e múltipla (Série Universitária). São Paulo, Editora Senac 1ª edição, 2020.</p> <p>GERALIS, Elaine. Crianças com Paralisia Cerebral: Guia Para Pais e Educadores. Porto Alegre, Penso Editora, 2007</p> <p>LEVITT, Sophie. Tratamento da paralisia cerebral e do atraso motor. São Paulo, Editora Manole, 2014</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>BISOL, Cláudia Alquati; Valentini, Carla Beatris; Stangherlin, Rafaella Ghidini; Bassan, Priscila Paolla Peyrot. Desafios para a inclusão de estudantes com deficiência física: uma revisão de literatura. Conjectura: Filos. Educ., Caxias do Sul, v. 23, n. 3, p. 601-619, set./dez. 2018</p> <p>PINTO, Milena Maria; GONZAGA, Mariana Viana; LOURENÇO, Gersa Ferreira. Escolarização de pessoas com paralisia cerebral: uma revisão sistemática na literatura nacional. Rev. Bras. Ed. Esp., Corumbá, v.28, e0058, p.619-638, 2022</p> <p>SÁ, Sumaia Midlej Pimental; RABINOVICH, Elaine Pedreira. Compreendendo a família da criança com deficiência física. Rev Bras Crescimento Desenvolv Hum. 2006;16(1):68-84</p> <p>SANTOS, Joelma Cristina; CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda de. Processos Psicossociais da Aquisição de uma Deficiência. Psicologia: Ciência e Profissão 2019 v. 39, e175434, 1-16.</p> <p>VARA, Maria de Fátima Fernandes; CIDADE, Ruth Eugenia. Conhecimentos básicos da deficiência física para o atendimento educacional especializado. Curitiba, InterSaberes, 2020.</p>			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Tecnologia Assistiva para Estudantes com Deficiência Física/Paralisia Cerebral			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.1.0	45h	(nome e código) ---	
<p>EMENTA: Tecnologia Assistiva. Métodos, técnicas e recursos para a educação de pessoas com deficiência física/paralisia cerebral. Estudo, prática e vivências mediadas por diferentes recursos de tecnologia assistiva e/ou experiências educacionais.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>ALMEIDA, Rita de Cássia Gomes de Oliveira; GONÇALVES, Adriana Garcia; LOURENÇO, Gersa Ferreira. Desenho Universal para Aprendizagem e Tecnologia Assistiva: oferta de recursos</p>			

para aluna com Paralisia Cerebral na classe comum. **Revista Educação Especial**, vol. 34, 2021, -, pp. 1-22

OLIVEIRA, Jáima Pinheiro de; ROCHA, Aila Narene Dahwache Criado; MARTINS, Ana Paula Loução (Orgs.). **A linguagem o brincar e condições neurodiversas**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022.

PETRONI, Natalia Nascimento; BOUERI, Iasmin Zanchi; LOURENÇO, Gerusa Ferreira. Introdução ao uso do Tablet para Comunicação Alternativa por uma Jovem com Paralisia Cerebral. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.24, n.3, p.327-342, Jul.-Set., 2018.

ROTTA, Newra Tellechea; BRIDI FILHO, César Augusto; BRIDI, Fabiane de Souza. **Neurologia e Aprendizagem: Abordagem Multidisciplinar**. Porto Alegre: Artmed, 2015

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARAÚJO, R. L.; SOUZA, R. E. de; SANTOS, W. P. dos. O apoio da tecnologia assistiva no processo de comunicação de pessoas portadoras de paralisia cerebral. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 15, p. e118101522651, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i15.22651. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/22651>

XAVIER B. A. M, COUTINHO, G. C; SIME, M. M.; MARINHO, F. D. Dispositivos de tecnologia assistiva para crianças e adolescentes com deficiência física confeccionadas em projeto de extensão para comunidade. **Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup.** Rio de Janeiro. 2021. v.5(1): 45-60. DOI: 10.47222/2526-3544.rbto34354

FACHINETTI; Tamiris Aparecida; GONÇALVES, Adriana Garcia; LOURENÇO, Gerusa Ferreira. Processo de Construção de Recurso de Tecnologia Assistiva para Aluno com Paralisia Cerebral em Sala de Recursos Multifuncionais. Relato de Pesquisa. **Rev. bras. educ. espec.** 23 (4) • Oct-Dec 2017

MISSIO, M. M.; QUEIROZ, L. F. de (2022). Proceso de construcción de una ayuda técnica para asistir actividad de la vida diaria para una persona con discapacidad física: Descripción del caso. **Revista Chilena De Terapia Ocupacional**, 23(2), 63–70. <https://doi.org/10.5354/0719-5346.2022.60209>

SILVA, J. H. da.; YAMAGUTI, E. T. (2020). Revisão sistemática sobre tecnologia assistiva e deficiência física na área da educação. **Crítica Educativa**, 6(1), 1–18. <https://doi.org/10.22476/revcted.v6.id382>

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Pesquisa em Educação Especial			
Créditos: 3.1.0	Carga Horária: 60h	Pré-requisito(s): (nome e código) ---	
EMENTA: Tipos de conhecimento. Pesquisa e seus desdobramentos. Estado da Arte na Educação Especial			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ANDRÉ, Marli E. D. A.; LÜDKE, Menga. Etnografia da prática escolar . Campinas: Papyrus, 1995.			
BERGAMO, Regiane Banzatto. Educação especial: pesquisa e prática . Curitiba, 2012			
CASAGRANDE, Rosana de Castro.; MAINARDES, Jefferson. O campo acadêmico da educação especial no Brasil. Rev. Bras. Ed. Esp. , Bauru, v.27, e0132, p.119-138, Jan.-Dez., 2021			
CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais . São Paulo: Cortez, 2009.			
COSTAS, F. A. T.; PAVÃO, S. M. de O. (Orgs). Pesquisa em Educação Especial: referências, percursos e abordagens . Curitiba: Appris, 2015.			
MINAYO, Maria C. de S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade . 34ª ed. Petrópolis: Vozes, 2015.			

NUNES, L. d'O. P. (Org.). **Novas trilhas no modo de fazer pesquisa em educação especial**. São Carlos: Marquezine & Manzini: ABPEE, 2014.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Tradução Ana Thorell, 4ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2010

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ªed. São Paulo: Atlas, 2017.
KRISTENSEN, Bárbara Canziani.; HOEPERS, Idorlene da Silva. O estado da arte das pesquisas sobre a influência dos organismos multilaterais nas políticas de inclusão de Brasil, Bolívia e Uruguai. **Open Science Research III**. Editora Científica Digital, Vol. 3, 2022

NERES, Celi Corrêa; ARAUJO, Doracina Aparecida. **Retratos de Pesquisa em Educação Especial e Inclusão Escolar**. Campinas: Editora Mercado de Letras, 2015

NUNES, L.R.O.P., GLAT, R., FERREIRA, J.R., MENDES, E.G. **Pesquisa em educação especial na pós-graduação**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Educação de Estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	(nome e código) ---	
EMENTA: Conceitos. Identificação. Principais características das altas habilidades ou superdotação. Diferentes abordagens. Atendimento educacional de pessoas com AH/SD. Avaliação, Planejamento e Práticas pedagógicas para alunos com AH/SD			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BURNS, D. E. Altas habilidades/superdotação : manual para guiar o aluno desde a definição de um problema até o produto final. Curitiba: Juruá, 2014.			
CARNEIRO, L. B.; FLEITH, D.S. Panorama brasileiro do atendimento ao aluno superdotado. Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación , dez, 2017. https://www.researchgate.net/journal/Revista-de-Estudios-e-Investigacion-en-Psicologia-y-Educacion-2386-7418 .			
FAVERI, F.B.M.; HEINZLE, M.R.S. Altas Habilidades/Superdotação: políticas visíveis na educação dos invisíveis. Revista de Educação Especial , v. 32, 2019. https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/issue/view/1402 .			
FLEITH, D.S.; ALENCAR, E.M.L.S. Desenvolvimento de talentos e altas habilidades : Orientação a pais e professores. Porto Alegre: Artmed, 2007.			
MOREIRA, L. C.; STOLTZ, T. (Orgs.). Altas habilidades/superdotação, talento, dotação e educação . Curitiba: Juruá, 2016.			
PISKI, F.H. (Org.) Altas habilidades/superdotação : criatividade e emoção, 2014, pp. 185-206.			
VIRGOLIM, A. M. R. (Org.) Altas habilidades/superdotação : processos criativos, afetivos e desenvolvimento de potenciais. Curitiba: Juruá, 2018.			
VIRGOLIM, A. M. R.; KONKIEWITZ, E. C. (Orgs.) Altas habilidades/superdotação, inteligência e criatividade : uma visão multidisciplinar. Campinas, SP: Papyrus, 2014			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BORGES, C. N. Programa de desenvolvimento de habilidades sociais com estudantes superdotados: Relato de experiência de uma psicóloga escolar. Revista Ibero-Americana de Criatividade e Inovação , 2(4), 232-240. https://recriai.emnuvens.com.br/revista/article/view/58/23 .			

- CHAGAS-FERREIRA, J. F., VILARINHO-REZENDE, D., PRADO, R. M., LIMA, R. R. Desenvolvendo habilidades sociais com jovens talentosos: Um programa e múltiplas experiências. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 35, e35310, 2019.
<https://doi.org/10.1590/0102.3772e35310>
- DALOSTO, M. M., ALENCAR, E. M. L. S. **Os superdotados e o bullying**. Curitiba: Appris, 2016.
- DELOU, C. M. C. (2007). O papel da família no desenvolvimento de altas habilidades/superdotação. In: D. S. Fleith (Ed.). **A construção de práticas educacionais para alunos com altas habilidades/superdotação**. Volume 3: O aluno e a família (pp. 49-59). MEC/SEESP.
- OLIVEIRA, C. R. S., GERONE, S., MIRANDA, A. R. O atendimento educacional especializado para alunos com altas habilidades-superdotação em Pinhais: Práticas e parcerias enriquecedoras. *Cadernos Macambira*, 6(1), 2021, p. 219-230.
<http://revista.lapprudes.net/index.php/CM/article/view/603>
- PÉREZ, S. G. P. B. Altas habilidades/superdotação: uma larga brecha entre as letras do papel e o chão da escola. **APRENDER - Caderno De Filosofia E Psicologia Da Educação**, (26), 176-197.
<https://doi.org/10.22481/aprender.i26.10043>, 2021.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
O Modelo Triádico de Enriquecimento para estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.1.0	45h	(nome e código) ---	
EMENTA: Modelo dos três anéis. Modelo triádico de enriquecimento. Modelo de Enriquecimento para Toda a Escola (SEM). <i>Pool</i> de talentos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BURNS, D. E. Altas habilidades/superdotação : manual para guiar o aluno desde a definição de um problema até o produto final. Curitiba: Juruá, 2014.			
FARIAS-CHAGAS, Jane; MAIA-PINTO, Renata Rodrigues; PEREIRA, Vera Lúcia Palmeira. Modelo de Enriquecimento Escolar. In: FLEITH, Denise de Souza (Org).			
A construção de práticas educacionais para alunos com altas habilidades/superdotação : atividades de estimulação de alunos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, vol. 2, 2007.			
PISKE, F. H. et al. (Orgs.) Educação de superdotados e talentosos : emoção e criatividade. Curitiba: Juruá, 2018.			
VIRGOLIM, A. M. R.; KONKIEWITZ, E. C. (Orgs.) Altas habilidades/superdotação, inteligência e criatividade : uma visão multidisciplinar. Campinas, SP: Papirus, 2014			
RENZULLI, J.S. Reexaminando o papel da educação para superdotados e o desenvolvimento de talentos para o século XXI: uma abordagem teórica em quatro partes. In: VIRGOLIM, A. M. R. (Org.). Altas habilidades/superdotação : processos criativos, afetivos e desenvolvimento de potenciais. Curitiba: Juruá, 2018.			
RENZULLI, J.S. Modelo de Enriquecimento para toda a escola: um plano abrangente para o desenvolvimento de talentos e superdotação. Revista Educação Especial , v. 27, n. 50, p. 539- 562, set./dez, 2014.			
GAMA, M.C.S. Educação de superdotados : teoria e prática. São Paulo: EPU, 2006.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
MENDONÇA, L. D. Contribuições do enriquecimento tipo I para o desenvolvimento cognitivo, acadêmico e social de estudantes com altas habilidades/superdotação. Tese . UNESP, 2020. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/192341 .			

MIRANDA, L.C.; MORAIS, M. F. Enriquecimento criativo e sua promoção em alunos superdotados. In: PISKI, F.H. (Org.) **Altas habilidades/superdotação: criatividade e emoção**, 2014, pp. 185-206.

PÉREZ, S. G. P. B. A identificação das altas habilidades sob uma perspectiva multidimensional. **Revista Educação Especial**, v. 22, n. 35, p. 299-328, set./dez. 2009, Santa Maria. Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>.

Devalle Rech, A. J., Negrini, T. O Ensino Remoto como Possibilidade de Enriquecimento Extracurricular para Alunos com Altas Habilidades/Superdotação: (Re)criando Novos Espaços de Interação. **Revista Interações**, 17(57), 125–150. <https://doi.org/10.25755/int.25245>

RENZULLI, J.S. O que é esta coisa chamada superdotação, e como a desenvolvemos? Uma retrospectiva de vinte e cinco anos. **Educação**. Porto Alegre, RS, ano XXVII, n. 1 (52), p. 75 - 131, jan./abr. 2004.

VIRGOLIM, A. M R. A contribuição dos instrumentos de investigação de Joseph Renzulli para a identificação de estudantes com Altas Habilidades/Superdotação. **Revista Educação Especial**, v. 27, n. 50, p. 581-610, set./dez. 2014.

ZANATA, E.M. Enriquecimento curricular na classe comum a partir das necessidades de alunos com altas habilidades/superdotação. **Tese**. UNESP, 2018. Disponível em: <http://repositorioslatinoamericanos.uchile.cl>.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Educação Especial Inclusiva e intersetorialidade			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.1.0	45h	(nome e código) ---	
EMENTA: Intersetorialidade e inclusão escolar. Políticas públicas intersetoriais na promoção da inclusão socioeducacional. Ações intersetoriais entre educação e saúde na promoção da escolarização e do desenvolvimento de alunos público da Educação Especial. O papel da escola pública e dos agentes escolares na articulação das políticas intersetoriais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ARAÚJO, R. de C. T.; MANZINI, E. J.; FIORINI, M. L. S. Educação inclusiva e gerenciamento de serviços com ações na interface entre a área da saúde e a da educação: uma reflexão na perspectiva operacional. Revista Cocar , [S. l.], v. 8, n. 16, p. 13–23, 2015. Disponível em: https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/364 .			
BELLINI, Maria Isabel Barros et al. Políticas públicas e intersetorialidade em debate . Rio Grande do Sul: Universidade Pontifícia Católica, 2014. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8133/2/evento_003%20-%20maria%20isabel%20barros%20bellini.pdf .			
FIETZ, Helena Moura; MELLO, Anahi Guedes de. A multiplicidade do cuidado na experiência da deficiência. Revista ANTHROPOLOGICAS , Recife, ano 22, v. 29, n. 2, p. 114-141, 2018.			
PEREIRA, P. A. A Intersetorialidade das políticas sociais numa perspectiva dialética. Disponível em:			
SILVA, Angela Maria Caulyt Santos da; QUINTANILHA, CERUTI, Bruna; DALBELLO-ARAÚJO, Maristela (Orgs.). Intersetorialidades: múltiplos olhares . São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.			
PLETSCH, Márcia Denise.; SÁ, Miriam Ribeiro Calheiros.; MENDES, Geovana Mendonça Lunardi. A FAVOR DA ESCOLA PÚBLICA: a intersetorialidade como premissa para a educação inclusiva. Revista Teias , v. 22, n. 66, jul./set. 2021			
SILVA, Lenir Nascimento da; DIAS Francine de Souza; Márcia de Freitas; LENZI, Izabelle da Silva Costa. Desafios à intersetorialidade no cuidado das crianças com deficiência na perspectiva de profissionais da educação. Cad. Saúde Pública , 2022; 38(8):e00256021			

SOUZA, I. C.; OLIVEIRA, A. C. P.; PAIVA, L. R. A. O papel de agentes escolares na intersectorialidade das políticas de educação especial na perspectiva inclusiva. **Revista De Gestão e Avaliação Educacional**, 11(20), e69022, p. 1–23, 2022. <https://doi.org/10.5902/2318133869022>
 TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário brasileiro da educação básica 2020**. São Paulo: Moderna, 2020.

VYGOTSKI, Lev Semionovich. **Obras escogidas volume 5: Fundamentos da defectologia**. Madrid: Visor, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CALCIOLARI, Rigoletti, Vanessa. Programa de ensino intersectorial colaborativo: participação e inclusão escolar do aluno da Educação Especial. **Tese (Doutorado)**. Marília, 2023. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

DANTAS, V. L. A.; REZENDE, R.; PEDROSA, J. I. S. Integração das Políticas de Saúde e Educação. In: TV ESCOLA/ Salto para o futuro (Org.). **Saúde e Educação: uma relação possível e necessária**. Rio de Janeiro: SALTO PARA O FUTURO, 2009. Disponível em: < http://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/15061117_SaudeeEdurelacao.pdf >.

FERNANDES, Ana Paula Cunha dos Santos. Formação continuada em educação especial e a cooperação intersectorial. **Revista Teias**, vol.22 no.64 Rio de Janeiro jan./mar 2021 Epub 30-Jul-2021

VIEIRA, Lidiane Sales; BELISÁRIO, Soraya Almeida. Intersectorialidade na promoção da saúde escolar: um estudo do Programa Saúde na Escola. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. esp. 4, p. 120-133, dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042018s409>.

WIMMER, Gert Ferreira; FIGUEIREDO, Gustavo de Oliveira. Ação coletiva para qualidade de vida: autonomia, transdisciplinaridade e intersectorialidade. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 145-154. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232006000100022>.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Transição escolar na Educação Especial			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
1.1.0	30h	(nome e código) ---	
EMENTA: A transição escolar no contexto da inclusão. Transição no processo de escolarização de alunos do público da Educação Especial: desafios e perspectivas. A transição para o mercado de trabalho.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
AZEVEDO, G. V. Transição escolar. Curitiba, Appris, 2020.			
BISACCIONI, Paola; MENDES, Enicéia Gonçalves. Os desafios da transição da educação infantil para o ensino fundamental: como os professores lidam com um aluno com deficiência inserido em suas turmas? In: ALMEIDA, Maria Amelia; MENDES, Enicéia Gonçalves, HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. Temas em educação especial: múltiplos olhares. Araraquara, SP: Junqueira&Marin; Brasília, DF: CAPES, PROESP, 2008.			
CARVALHO, B. A transição da educação infantil ao ensino fundamental: considerações sobre o ensino da linguagem oral e escrita. Devir Educação , 6(1), e–387. 2022. https://doi.org/10.30905/rde.v6i1.387			
COLECHA FABRI, L. T.; EL TASSA, K. O. M. Concepção e humanização do currículo: a abordagem docente na educação especial. <i>Boletim de Conjuntura (BOCA)</i> , Boa Vista, v. 10, n. 29, p. 59–73, 2022. DOI: 10.5281/zenodo.6439667. Disponível em: https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/606			
CRUZ, G. C.; GLAT, R. Educação inclusiva: desafio, descuido e responsabilidade de cursos de licenciatura. Educar em Revista . 52, 2014.			

DIAS-DA-SILVA, M. H. G. F. *Passagem sem rito: as 5ª séries e seus professores*. Campinas: Editora Papirus, 1997.

GOMES, Redig, Annie. Caminhos formativos no contexto inclusivo para estudantes com deficiência e outras condições atípicas. **Revista Educação Especial**, vol. 32, 2019, janeiro-Dezembro, pp. 1-19

Graciana Vieira de Azevedo. *Transição Escolar*. Editora APPRIS, Curitiba, Paraná.

MENDES, E.G. A política de educação inclusiva e o futuro das instituições especializadas no Brasil. *Arquivos Analíticos de Política Educativa*, vol. 27, n.22, 2019.

PAULA, A. P. et al. Transição do 5º para o 6º ano do ensino fundamental: processo educacional de reflexão e debate. **Revista Ensaios Pedagógicos**, vol. 8, n. 1, 2018

SIQUEIRA, N. M. S. Representações sociais de alunos sobre a transição do 5º para o 6º ano do ensino fundamental e a Educação Física (**Dissertação** de Mestrado em Educação). Bauru: UNESP, 2019.

SORIANO, V. (Org.). *Transição da Escola para o Emprego: Principais problemas, questões e opções enfrentadas pelos alunos com necessidades educativas especiais em 16 países Europeus*. Middelfart: European Agency for Development in Special Needs Education. 2002

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DAMAS, C. E. S. O desafio da transição das turmas de 5º ano para o 6º ano do ensino fundamental: o caso da Escola Estadual Domingos Pimenta de Figueiredo. **Dissertação** (Mestrado). Juiz de Fora: UFJF, 2021.

DENARI, F. E. et al. Formação de professores em direção à educação inclusiva no Brasil: dilemas atuais. In :POKER, R. B. et al. (Orgs.). **Educação inclusiva: em foco a formação de professores**. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2016.

PARANÁ. **Proposições para a transição do 5º ano para 6º ano no município de Curitiba**. Dia a Dia Educação [2015]. Disponível em: < www.diaadia.pr.gov.br>.

SORIANO, V. **Planos individuais de transição: apoiar a transição da escola para o emprego**. European Agency for Development in Special Needs Education, 2006.

TEIXEIRA, Susana Maria Duarte. A transição da educação pré-escolar para o 1.º ciclo do ensino básico de crianças com Perturbação do Espectro do Autismo. Universidade do Minho (Portugal). ProQuest Dissertations Publishing, 2021. 30624935. **Tese**.

6º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Avaliação da aprendizagem de estudantes do público da Educação Especial			
Créditos: 3.1.0	Carga Horária: 60h	Pré-requisito(s): (nome e código) ---	
EMENTA: Concepções sobre avaliação. Avaliação, desenvolvimento e aprendizagem. Ética e avaliação. Instrumentos avaliativos no contexto escolar.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BEYER, Hugo Otto. Inclusão e Avaliação na Escola de alunos com necessidades educacionais especiais . Porto Alegre: Mediação, 2005.			
HOFFMANN, J. M. L. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade . 26ª ed. Porto Alegre: editora Mediação, 2006.			
LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico . 1ª ed. São Paulo: editora Cortez, 2011.			

VERZOLLA, Beatriz Lopes Porto. Perspectivas de utilização do modelo biopsicossocial de avaliação da deficiência na área de educação escolar no Brasil. **Revista Educação Especial em Debate** | v. 8 | n. 15 | p. 161-179 | jan./jun. 2023

PEIXOTO, Janine Cecília Gonçalves; MENDES, Olenir Maria. Avaliação escolar e as crianças com deficiências: de políticas excludentes a aproximações inclusivas. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 25, n. 1, p. 06-18, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/14113/10342>.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRIDI, Fabiane Romano de Souza; PAVÃO, Sílvia Maria de Oliveira. Avaliação e atendimento educacional especializado: enfoques e práticas pedagógicas. In: SILUK, Ana Cláudio Pavão; PAVÃO, Sílvia Maria de Oliveira. **Avaliação: reflexões sobre o processo avaliativo no atendimento educacional especializado**. Santa Maria: UFSM, Ed.pE.com, 2015.

HOFFMANN, J. M. L. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. 39ª ed. Porto Alegre: editora Mediação, 2008.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 8ª ed. São Paulo: editora Cortez, 2008.

MENDES, Enicéia Gonçalves; CIA, Fabiana; D’AFFONSECA, Sabrina Mazo. **Inclusão escolar e a avaliação do público-alvo da Educação Especial**. São Carlos: Marquezine & Manzini: ABPEE, 2015.

NAUJORKS, Maria Inês; BRIDI, Fabiane Romano de Souza (orgs.). Dossiê sobre Avaliação em Educação Especial. **Revista Educação Especial**, v. 25, n. 44, set./dez. 2012.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Educação Infantil e inclusão escolar			
Créditos :	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	(nome e código) ---	
EMENTA: Evolução histórica das concepções de infância e criança. A representação da deficiência nas sociedades primitiva, antiga e feudal. Educação Infantil: aspectos históricos, legais e pedagógicos. O desenho, o jogo e o brinquedo na Educação Infantil. Papel da família na inclusão da criança do público da Educação Especial. Papel professor da Educação Infantil no processo de inclusão escolar.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ARIÈS, P. História social da criança e da família . Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.			
BONETTI, N. Leis de Diretrizes e Bases e suas implicações na formação de professores de Educação Infantil. In: MARTINS FILHO, A. J. (Org.) Criança pede respeito: temas em educação infantil . Porto Alegre: Mediação, 2005, p. 109-160			
BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil . Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, 2010			
BRASIL. Educação Infantil: Saberes e práticas da inclusão . Brasília: Ministério da Educação, 2006. (Coleção Completa).			
BRASIL. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil . Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental, 1998			
BRASIL. Subsídios para diretrizes curriculares nacionais para a educação básica . Brasília: Ministério da Educação, 2009.			
CÓRIA-SABINI, M.A.; LUCENA, R.F. Jogos e brincadeiras na educação infantil . 5 ed. Campinas: Papirus, 2009 (demais edições).			

- FARIAS, Ana lúcia Goulart de; FINCO, Daniela. **Sociologia da Infância no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2011.
- GUHU, Maria de Lourdes Periotto. A representação da deficiência mental numa perspectiva histórica. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 1994, p. 75-83.
- HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância**: da idade média a época contemporânea no ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- HERMIDA, J. F. Criança e infância na obra de Philippe Ariès e nos clássicos da História Social da Classe Operária: em busca das crianças invisíveis - as crianças proletárias. **Polyphonia**, v. 32/2, jul./dez. 2021.
- KUHLMANN JUNIOR, Moyses. **Infância e Educação Infantil**: uma abordagem histórica. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2001. 210 p.
- MENDES, E.G.M. **Inclusão marco zero**. Começando pelas creches. Araraquara, SP: Junqueira & Marin Editores, 2010
- MOYLES, J. R. **A excelência do brincar**: a importância da brincadeira na transição entre educação infantil e anos iniciais. Tradução: Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- OLIVEIRA, Z. M. R. **Educação infantil**: muitos olhares. São Paulo: Cortez, 2007.
- OLIVEIRA, Z.M.R. **Educação infantil**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2010.
- PANIAGUA, G; PALACIOS, J. **Educação Infantil**: Resposta Educativa à Diversidade. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- PINO, A. **As marcas do humano**: às origens da constituição cultural da criança na perspectiva de Lev. S. Vigotski. Editora Cortez, São Paulo, 2005.
- SARMENTO, Manuel; GOUVEA, Maria Cristina Soares. **Estudos da Infância**: educação e prática sociais. Petrópolis: Vozes, 2009
- VYGOTSKI, Lev Semionovich. **Obras escogidas volume 5**: Fundamentos da defectologia. Madrid: Visor, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- AGUIAR, Olivette Rufino Borges Prado. Reelaborando conceitos e ressignificando a prática na educação infantil. (**Tese de Doutorado**): Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – PPGed/UFRN, Natal, 2006
- AQUINO, L. M. L. de.; VASCONCELOS, V. M. R. de. Orientação curricular para a Educação Infantil: Referencial Curricular Nacional e Diretrizes Curriculares Nacionais. In: VASCONCELOS, V. M. R. (Org.). **Educação da infância**: história e política. Rio de Janeiro: DP&A, p. 99-116
- ARCE, A.; DUARTE, N. **Brincadeira de papéis sociais na educação infantil**: as contribuições de Vygotsky, Leontiev e Elkonin. São Paulo: Xamã, 2006.
- CARMEM M.C.; GLÁDIS E.P.S. KAERCHER. **Educação infantil**: Pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2008.
- FARIA, Ana Lúcia Goulart de; PALHARES, Marina Silveira (orgs). **Educação infantil pós-LDB**: rumos e desafios. Campinas: Autores, Associados, 2007. (Coleção Polêmicas do nosso tempo)
- FAVERO, E. A. G. **Direitos das pessoas com deficiência**: garantia de igualdade na diversidade. São Paulo: WVA, 2004.
- KISHIMOTO, T. M. (Org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 2008
- KISHIMOTO, T. M. **O jogo e a educação infantil**. São Paulo: Pioneira, 2003
- KRAMER, S; PEREIRA, A. B. C.; OSWALD, M. L. M. B.; ASSIS, R. A. **Com a pré escola nas mãos**: uma alternativa curricular para a educação infantil. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- LOUZADA, Ana Maria. **Educação infantil**: teoria e prática. Vitória: CAEPE, 2000
- PINAZZA, Mônica Apezzato; NEIRA, Marcos Garcia. **Formação de profissionais da Educação Infantil**: desafio conjunto de investir na produção de saberes. São Paulo, SP: Xamã, 2012

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Educação, Corpo e Movimento			
Créditos: 3.1.0	Carga Horária: 60h	Pré-requisito(s): (nome e código) ---	
<p>EMENTA: Corpo, cultura e educação: aspectos históricos e conceituais. Relação entre movimento e aprendizagem no processo educacional. Cultura corporal: jogos, danças, lutas e esportes. Atividades corporais na escola. Educação Física e Pessoas com Deficiência. A Educação Física Adaptada: história, conceitos e objetivos.</p>			
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p>			
<p>BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física. Brasília: MEC/SEF, 1997.</p> <p>CARMO, A. A. Inclusão Escolar e a Educação Física: Que Movimentos são Estes? Integração, v.14 – Edição Especial – Educação Física Adaptada -, p. 6-13, 2002.</p> <p>DAÓLIO, Jocimar. Da cultura do corpo. Campinas: Papirus, 2013.</p> <p>DUARTE, E; LIMA, S. T. Atividade Física para Pessoas com Necessidades Especiais. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.</p> <p>FREIRE, João Batista. Educação de corpo inteiro: teoria e prática da Educação Física. São Paulo: Scipione, 2005.</p> <p>GALLAHUE, David L; OZMUN, John C. Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos. 3. ed. São Paulo, SP: Phorte, 2005.</p> <p>GORGATTI, M. G; COSTA, R.F. Atividade Física Adaptada. Barueri - Sp: Manole, 2005.</p> <p>LE BOULCH, Jean. O corpo na escola no século XXI: práticas corporais. São Paulo: Phorte, 2008.</p> <p>MEC; SEDES; SESI-DN, 1994. p. 7-10.</p> <p>MOREIRA, Evandro Carlos; NISTA - PICCOLO, Vilma Lení (Org.). O quê e como ensinar educação física na escola. Jundiaí, SP: Fontoura, 2009.</p> <p>OLIVEIRA, F. F. Dialogando Sobre Educação, Educação Física e Inclusão Escolar. Disponível em http://www.efdeportes.com/efd51/educal.htm.</p> <p>WINNICK. J.P. Educação Física e Esportes Adaptados. 3 ed. Barueri - SP: Manole, 2004</p>			
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p>			
<p>ALBUQUERQUE, Maria do Socorro Craveiro. Estudo e pesquisa da cultura corporal. Rio Branco, AC: Eudfac, 2011.</p> <p>ALTMANN, Helena. Educação Física Escolar: relações de gênero em jogo. São Paulo: Cortez, 2015.</p> <p>GODALL, Teresa; HOSPITAL, Anna. Cento e cinquenta propostas de atividades motoras para a educação infantil de 3 a 6 anos. Porto Alegre, RS: Artmed, 2004.</p> <p>HAYWOOD, Kathleen M; GETCHELL, Nancy. Desenvolvimento motor ao longo da vida. 3.ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2004.</p> <p>MATTOS, Mauro Gomes de; NEIRA, Marcos Garcia. Educação física infantil: construindo o movimento na escola. 7. ed. São Paulo, SP: Phorte, 2008.</p> <p>VARGAS, Ângelo Luís de Souza. O corpo e o movimento: a educação física em reflexão. Rio de Janeiro: Faculdades Moacyr S. Bastos, 1993.</p>			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Arte e Educação Especial			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.1.0	45h	(nome e código) ---	
EMENTA: Conceitos básicos das artes; reconhecimento das produções artísticas contemporâneas e da cultura visual; estratégias didático-pedagógicas críticas e criativas; produção do conhecimento em artes.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
CANTON, Katia. Temas da Arte Contemporânea . São Paulo: Martins Fontes, 2010.			
BUORO, A. B. O olhar em construção: uma experiência de ensino e aprendizagem da arte na escola . São Paulo: Cortez, 2003.			
CUNHA, Susana Rangel Vieira da. As artes no universo infantil . Porto Alegre: Mediação, 2012.			
TAJES, F. P., MARINHO, R. A. C. O ensino da arte na educação especial: a arte como dimensão constitutiva do desenvolvimento integral. Brazilian Journal of Development , 7(1), 8159–8173, 2021. https://doi.org/10.34117/bjdv7n1-554			
SILVA, Maria Zélia Vieira Rebelo da. Arte na educação especial: promoção da inclusão através da adaptação de recursos. Dissertação . (Mestrado). Coimbra: Escola Superior de Educação, 2021.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
DIAS, Belidson. O i/mundo da cultura visual . Brasília: Editora da pós-graduação em arte da Universidade de Brasília, 2011.			
DORNELLES, Leni Vieira et all. (Orgs.) Educação e infância na era da informação . Porto Alegre: Mediação, 2012.			
GZGIK, Maricleide.; ARRUDA, Gisele. A importância do ensino da arte na educação especial. III Congresso Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas – III CONAPE Francisco Beltrão/PR, 01, 02 e 03 de outubro de 2014.			
MORAES, Marcia; KASTRUP, Virgínia (Orgs.). Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual . Rio de Janeiro: Nau, 2010.			
PUCETTI, R. Articulando: arte, ensino e produção para uma educação especial. Revista Educação Especial , 117–126, 2012.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Estágio Supervisionado Obrigatório na Educação Especial Inclusiva I / Educação Infantil			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
0.0.9	135h	(nome e código) ---	
EMENTA: Trabalho pedagógico e inclusão escolar na Educação Infantil. Observação do tempo/espço na Educação Infantil. Interações: criança/criança do público da Educação Especial e adulto/criança. Atividades de ensino orientadas e supervisionadas relacionadas à inclusão na Educação Infantil.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ARCE, Alessandra; JACOMELI, Mara Regina Martins. Educação infantil versus educação escolar?: entre a desescolarização e a precarização do trabalho pedagógico nas salas de aula . Campinas, SP: Autores Associados, 2012.			

BRITO, Antônia Edna; MONTEIRO, Heloiza Ribeiro de Sena; VERDE, Eudócio Soares Lima. **Escritos de professores**: pesquisas sobre ensino, formação e práticas pedagógicas. Teresina, PI: EDUFPI, 2009.

MENDEL, Cássia Ravena Mulin de A. **Educação infantil**: da construção do ambiente as práticas pedagógicas. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. **Educação infantil**: Saberes e fazeres da formação de professores Campinas, Papirus editora, 2008.

RODRIGUES DE SOUZA, Amanda; DE ARAÚJO RANGNI, Rosemeire. Estágio supervisionado: desdobramentos para estudantes público da educação especial. **EccoS – Revista Científica**, [S. l.], n. 64, p. e22352, 2023. DOI: 10.5585/eccos.n64.22352.

SILVA, Adriana et al. **Culturas Infantis em Creches e Pré-escolas**: Estágio e Pesquisa. Campinas, Autores Associados, 2011

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AGUIAR, Olivette Rufino Borges Prado. **Educação infantil e trabalho pedagógico**. Teresina, PI: EDUFPI, 2010.

GUARNIERI, Maria Regina. **Aprendendo a ensinar**: o caminho nada suave da docência. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

HORN, Maria da Graça Souza. **Sabores, cores, sons, aromas**: a organização dos espaços na educação infantil. Porto Alegre, RS: Artmed, 2004.

LIMA, Elmo de Souza et al. **Educação infantil**: reflexões sobre a formação docente e as práticas educativas. Teresina, PI: EDUFPI, 2013.

LIMA, Maria Socorro Lucena; NAKAMOTO, Pérsio; GARCIA, Zuleide Ferraz. **A hora da prática**: reflexões sobre o estágio supervisionado e a ação docente. 4. ed. Fortaleza, CE: Edições Demócrito Rocha, 2004.

PAIVA, I. de C., RABELO, J. da S.; MATOS, R. G. S. Estágio supervisionado na educação infantil: reflexão para a formação docente. *Ensino Em Perspectivas*, 2(4), 1–11, 2021.

7º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Fundamentos e processos da leitura e da escrita			
Créditos: 3.1.0	Carga Horária: 60h	Pré-requisito(s): (nome e código) ---	
EMENTA: A evolução do conceito de alfabetização. Alfabetização e letramento no contexto escolar. Concepções sobre o ler e o escrever. Oralidade e cultura escrita. Alfabetização e inclusão. Preconceito linguístico e fracasso escolar.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico . 56.ed. revisada e ampliada, São Paulo: Parábola Editorial , 2015.			
BRAGGIO, Silvia Lúcia B. Leitura e alfabetização : da concepção mecanicista à sociolinguística. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.			
FERREIRO, Emília. Reflexões sobre alfabetização . São Paulo: Cortez, 1985.			
FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler . 9 ed. São Paulo: Cortez, 1985.			
GOODMAN, Yetta. Como as crianças constroem a leitura e a escrita : perspectivas piagetianas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1.ed., 1995.			
MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Educação e letramento . São Paulo: UNESCO, 2004.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			

BORASCHI, Marilene Bortolotti. Alfabetização e letramento em crianças com deficiência intelectual. **Revista Eletrônica Gestão & Saúde**. Edição Especial, Brasília, julho, p. 612-23, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rgs/article/view/293/281>.

CAGLIARI; GAGLIARI, Gladis M. **Diante das letras: a escrita na alfabetização**. São Paulo: Mercado das letras, 1999.

FARIA Ana Lúcia Goulart; MELLO, Suely Amaral. (Orgs.). **Linguagens infantis: outras formas de leitura**. Campinas, São Paulo, Autores Associados, 2005.

FARIA Ana Lúcia Goulart; MELLO, Suely Amaral. (Orgs.). **O mundo da escrita no universo da pequena infância**. Campinas, São Paulo, Autores Associados, 2005.

FERREIRO, E; TEBEROSKY, A. **A psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas. 2.ed., 1987.

FERREIRO, Emilia. **Passado e presente dos verbos ler e escrever**. Tradução Claudia Berliner. São Paulo, Cortez; 2002. FERREIRO, Emilia. **Atualidade de Jean Piaget**. Porto Alegre: Artmed, 1. Ed., 2001.

MOLL, Jaqueline. **Alfabetização possível: reinventando o ensinar e o aprender**. 4. ed. Porto Alegre, Artes Médicas, 1999.

MORTATTI, M. R. L. **História dos métodos de alfabetização no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação (MEC), 2006. Disponível http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf

SINCLAIR, Hermine (Org.). **A produção de notações na criança: linguagem, números, ritmos melodias**. São Paulo: Cortez, 1990.

VYGOTSKI, Lev S.; LURIA, Alexander R.; LEONTIEV, Alexei N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 1988.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Fundamentos e processos do ensino da Matemática			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.1.0	45h	(nome e código) ---	
EMENTA: Aspectos lógico-matemáticos e teórico-metodológicos relacionados ao processo ensino e aprendizagem de matemática. Alfabetização matemática nas escolas.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BIGODE, Antônio José Lopes e JIMENEZ, Joaquim. Metodologia para o ensino da aritmética: competência numérica no cotidiano . São Paulo: FTD, 2009.			
TOLEDO, M.; TOLEDO, M. Teoria e prática da matemática: como dois e dois . São Paulo: FTD, 2009.			
VAN de WALLE, John. Matemática no ensino fundamental: formação de professores e aplicações em sala de aula . Porto Alegre: Artmed, 2009.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BIGODE, A. J. L. FRANT, J. B. Matemática: soluções para dez desafios do professor: 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental . São Paulo: Ática Educadores, 2011.			
BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Construção do Sistema de Numeração Decimal . Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2014.			
DIAS, M.S; MORETTI, V.D. Números e operações: elementos lógico-históricos para a aprendizagem . Curitiba: Ibpe, 2011.			
LORENZATO, Sérgio. Para aprender matemática . Campinas: Autores Associado, 2008.			

VILA, A. **Matemática para aprender e pensar: o papel das crenças na resolução de problemas.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Fundamentos e processos do ensino de Ciências da Natureza			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.1.0	45h	(nome e código) ---	
EMENTA: Organização histórica e curricular do ensino de Ciências. Estratégias teórico-metodológicas para o ensino de Ciências na perspectiva da práxis pedagógica e suas especificidades. Temáticas transversais contemporâneas no ensino de Ciências e práticas escolares.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
DELIZOICOV, D. e outros. Ensino de Ciências: fundamentos e métodos. São Paulo, Cortez, 2002.			
GUATTARI, Félix. As três ecologias. Papirus: 1990.			
ROBAINNA, J.V.L. et al. (Org.). Fundamentos teóricos e metodológicos da pesquisa em educação em ciências. Curitiba, PR: Bagai, 2021.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
CHASSOT, A. A ciência através dos tempos. São Paulo, Moderna, 2000.			
CORRÊA, Guilherme Carlos; PREVE, Ana Maria. Ambientes da ecologia: perspectivas em política e educação. Santa Maria: Ed. UFSM, 2007.			
KRASILCHIK, Myrian. Reformas e realidade: o caso do ensino das ciências. Revista São Paulo em Perspectiva, v. 14, n. 1, 2000.			
TEIXEIRA, Odete Pacubi Baierl. A Ciência, a Natureza da Ciência e o Ensino de Ciências. Ciênc. Educ., Bauru, v. 25, n. 4, p. 851-854, 2019.			
VORDERMAN, Carol et al. Ciências para pais e filhos. Tradução de Val Ivonica (Biologia e Química), Carlos Rosa (Física). São Paulo: Publifolha, 2013.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Fundamentos e processos do ensino das Ciências Humanas			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
2.1.0	45h	(nome e código) ---	
EMENTA: Organização histórica e curricular do ensino de Ciências Humanas. Estratégias teórico-metodológicas para o ensino de Ciências Humanas na perspectiva da práxis pedagógica e suas especificidades. Temáticas transversais contemporâneas no ensino de Ciências Humanas e práticas escolares.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BASEGIO, Leandro Jesus; MEDEIROS, Renato da Luz. Fundamentos teóricos e metodológicos das ciências humanas. Curitiba, Intersaberes, 2013. 208 p.			
FORACHI, M.; MARTINS, J. S. Sociologia e Sociedade: leituras de introdução à Sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 2002.			
GIDDENS, A. Modernidade e Identidade. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.			

GRÜNEWALD, Bernward. Kant e os fundamentos das ciências humanas. **Studia Kantiana**, 10, 2010, p. 113-124.
 PENTEADO, Heloisa Dupas. **Metodologia do ensino de história e geografia**. 3. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2010
 PEREIRA, Denise (Org.). **Ciências humanas: Perspectivas teóricas y fundamentos epistemológicos** Curitiba, Atena, 2023, 235 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Geografia na sala de aula**. 9. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2015.
 CHIZZOTTI, Antônio. As Ciências Humanas e as Ciências da Educação. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.14, n.04, p. 1556–1575 out./dez.2016e-ISSN: 1809-3876 Programa de Pós-graduação Educação: Currículo –PUC/SP
 FONSECA, Selva Guimaraes. **Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados**. 11. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2010.
 MARCELLINO, Nelson C. (org.) **Introdução as Ciências Sociais**.15. ed. São Paulo: Papyrus, 2006
 SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Livros didáticos de história e geografia: avaliação e pesquisa**. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, 2006.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Estágio Supervisionado Obrigatório na Educação Especial Inclusiva II/Ensino Fundamental			
Créditos: 0.0.9	Carga Horária: 135h	Pré-requisito(s): (nome e código) ---	
<p>EMENTA: Trabalho Pedagógico e inclusão escolar no Ensino Fundamental em espaços escolares. Fundamentos da docência no contexto social, político, econômico e cultural referente ao estágio supervisionado no Ensino Fundamental. Observação do Tempo/espaço no Ensino Fundamental. Regências orientadas e supervisionadas relacionadas à inclusão no Ensino fundamental: espaços escolares. Relação teoria/prática do estágio supervisionado integrado à pesquisa</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>ARAÚJO, Rute Pereira Alves de. Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: Experiências Reflexivas. Jundiaí, SP, Paco Editorial, 2019. BARREIRO, Iraide Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores. São Paulo, SP: Avercamp, 2010. GOMES, Cristina de Souza; BEZERRA, Ludmila Lins. Estágio na Educação Especial: Reflexões e Inquietações Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Itapina v. 1 n. 5 (2023): Anais do 5º ESTAGIAR – Encontro do Estágio de Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa. PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática. 11. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>BURIOLLA, Marta A. Feiten. O estágio supervisionado. 7. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011. LIMA, Maria Socorro Lucena; NAKAMOTO, Pérsio; GARCIA, Zuleide Ferraz. A hora da prática: reflexões sobre o estágio supervisionado e a ação docente. 4. ed. Fortaleza, CE: Edições Demócrito Rocha, 2004.</p>			

MACIEL, Emanoela Moreira. **O estágio supervisionado como espaço de construção do saber ensinar**. Teresina: 2012. 106f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em Educação, Teresina, 2012.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. **Estágio e docência**. 7. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012.

SOARES, Maria do Socorro. **O estágio supervisionado na formação de professores: sobre a prática como lócus da produção dos saberes docentes**. Teresina: 2010. 155f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em Educação, Teresina, 2010.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
TCC I			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	(nome e código) ---	
EMENTA: Elaboração do projeto de pesquisa - Trabalho de Conclusão de Curso - TCC			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ANDRÉ, Marli E. D. A.; LÜDKE, Menga. Etnografia da prática escolar. Campinas: Papirus, 1995.			
COSTAS, F. A. T.; PAVÃO, S. M. de O. (Orgs). Pesquisa em Educação Especial: referências, percursos e abordagens. Curitiba: Appris, 2015			
GIL. Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017.			
GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 12.ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2011.			
RODRIGUES, André Figueiredo. Como elaborar e apresentar monografias. 3. ed. São Paulo, SP: Humanitas, 2008.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
CHIZZOTTI, A. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. 10ª ED. São Paulo: Cortez, 2009.			
MINAYO, Maria C. de S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 34ª ed. Petrópolis: Vozes, 2015.			
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.			
YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Tradução Ana Thorell, 4ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2010			
FAZENDA, Ivani (Org.). A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento . 6.ed. Campinas, SP: Papirus, 2017.			
KOCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa . 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.			
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados . 7 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2011.			
MOROZ, Melânia, GIANFOLDONI, Mônica Helena T. Alves. O processo de pesquisa: iniciação . 2. ed. Brasília: Líber, 2006.			
RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica . 35 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.			

8º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	(nome e código) ---	
EMENTA: Ensino Médio e inclusão do público da Educação Especial. Educação de Jovens e Adultos e das formas de apoio docente e a especificidade do trabalho com alunos jovens e adultos do público da educação especial.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>FERRETTI, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. Estudos avançados, 32 (93), p. 25-42, 2018.</p> <p>FREITAS, A. L.; FREITAS, B. L.; FREITAS, C. L. A reforma do Ensino Médio e o desafio de uma educação pública, democrática e emancipadora. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 23, n. 71, p. 1-20, jan./mar. 2018.</p> <p>GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>HAAS, Clarissa. Educação de jovens e adultos e educação especial: a (re) invenção da articulação necessária entre as áreas. Educação. Santa Maria [online]. 2015, vol.40, n.2, pp.347-359. ISSN 1984-6444</p> <p>LEITE, Graciliana Garcia; CAMPOS, Juliane Aparecida de Paula Perez. Percurso escolar de estudantes com deficiência na educação de Jovens e adultos, nível ensino médio. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.24, n.1, p.17-32, jan.-mar., 2018</p> <p>MARTINS CABRAL, Rosângela; BIANCHINI, Luciane Guimarães Batistella; GOMES, Liduenha Gonçalves; TAISA, Grasiela. Educação especial e educação de jovens e adultos: uma interface em construção? Revista Educação Especial, vol. 31, núm. 62, 2018, Julio-Septiembre, pp. 587-602</p> <p>SOUZA, J. S.; SALES, S. R. (Orgs.) Educação de Jovens e adultos: políticas e práticas educativas. Rio de Janeiro: NAU Editora: EDUR, 2011.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>CASÉRIO, V. M. R. Educação de jovens e Adultos: pontos e contrapontos. Luzia Bianchi (Coord.). Bauru: EDUSC, 2003.</p> <p>FERNANDES, D. G. Alfabetização de Jovens e Adultos: Pontos críticos e desafios. Porto Alegre: Mediação, 2002.</p> <p>FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 31ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.</p> <p>JUNIOR, N. G. de S. e S.; GARCIA, R. M. Eja, Diversidade e inclusão: reflexões impertinentes. João Pessoa: Editora da UFPB, 2018</p> <p>SOUZA, Sirleine Brandão de; FERRARI, Carla Cazelato, (Orgs.). Educação Especial: políticas, pesquisas e práticas [livro eletrônico]. Belo Horizonte, MG: Sarerê Editora e Educação Tecnológica, 2022.</p>			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Estágio Supervisionado Obrigatório na Educação Especial Inclusiva III/ Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	(nome e código) ---	
<p>EMENTA: Trabalho Pedagógico e inclusão escolar no Ensino Médio e EJA em espaços escolares. Fundamentos da docência no contexto social, político, econômico e cultural referente ao estágio supervisionado no Ensino Médio e EJA. Regências orientadas e supervisionadas relacionadas à inclusão no Ensino Médio e EJA: espaços escolares. Relação teoria/prática do estágio supervisionado integrado à pesquisa.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>BARREIRO, Iraide Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores. São Paulo, SP: Avercamp, 2010.</p> <p>GOMES, Cristina de Souza; BEZERRA, Ludmila Lins. Estágio na Educação Especial: Reflexões e Inquietações Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Itapina v. 1 n. 5 (2023): Anais do 5º ESTAGIAR – Encontro do Estágio de Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática. 11. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>BURIOLLA, Marta A. Feiten. O estágio supervisionado. 7. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011.</p> <p>LIMA, Maria Socorro Lucena; NAKAMOTO, Pérsio; GARCIA, Zuleide Ferraz. A hora da prática: reflexões sobre o estágio supervisionado e a ação docente. 4. ed. Fortaleza, CE: Edições Demócrito Rocha, 2004.</p> <p>MACIEL, Emanoela Moreira. O estágio supervisionado como espaço de construção do saber ensinar. Teresina: 2012. 106f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em Educação, Teresina, 2012.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. Estágio e docência. 7. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012.</p> <p>SOARES, Maria do Socorro. O estágio supervisionado na formação de professores: sobre a prática como lócus da produção dos saberes docentes. Teresina: 2010. 155f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em Educação, Teresina, 2010.</p>			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
TCC II			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	(nome e código) ---	
<p>EMENTA: Desenvolvimento da proposta de projeto de pesquisa elaborado na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso I. Apresentação e arguição pública para banca avaliadora.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>ANDRÉ, Marli E. D. A.; LÜDKE, Menga. Etnografia da prática escolar. Campinas: Papirus, 1995.</p>			

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5ªed. São Paulo: Atlas, 2017.
 MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2011.
 MARTINS, Gilberto de Andrade; LINTZ, Alexandre. **Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso.** 2.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.
 RODRIGUES, André Figueiredo. **Como elaborar e apresentar monografias.** 3. ed. São Paulo, SP: Humanitas, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CHIZZOTTI, A. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. 10ª ED. São Paulo: Cortez, 2009.
 COSTAS, F. A. T.; PAVÃO, S. M. de O. (Orgs). Pesquisa em Educação Especial: referências, percursos e abordagens. Curitiba: Appris, 2015.
 MINAYO, Maria C. de S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 34ª ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
 SEVERINO, A. J.. Metodologia do trabalho científico. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.
 YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Tradução Ana Thorell, 4ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.
 FAZENDA, Ivani (Org.). **A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento.** 6.ed. Campinas, SP: Papirus, 2017.
 GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 12.ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2011.
 KOCHÉ, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica:** teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
 MATTAR, João; RAMOS, Daniela Karine. **Metodologia da Pesquisa em Educação:** Abordagens Qualitativas, Quantitativas e Mistas. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2021.
 SILVA, Reia Sílvia Rios Magalhães e; FURTADO, José Augusto Paz Ximenes. **A Monografia na prática do graduando:** como elaborar um trabalho de conclusão de curso - TCC. Teresina, PI: CEUT, 2002.

6.2 Disciplinas optativas

COMPONENTE CURRICULAR		UNIDADE RESPONSÁVEL	
Nome		Código (quando houver)	Tipo
Gestão Educacional na Educação Especial Inclusiva			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	(nome e código) ---	
EMENTA: Princípios básicos da organização do Trabalho Pedagógico: legais, administrativos e pedagógicos. Estruturação das ações administrativas e pedagógicas em escolas e serviços especializados; conselhos escolares. O papel da gestão democrática no processo de inclusão escolar.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
CARNEIRO, R. U. C.; MENDES, E. G. Gestão Escolar Inclusiva. Ver. SER? Saber, Educação e Reflexão Agudos/SP , v1, n1, jan/jun. 2008			
LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola - Teoria e Prática. 5 ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.			
PARO, V. H. Gestão democrática da escola pública. Ática, São Paulo, 2008.			

VIOTO, Josiane Rodrigues Barbosa; VITALIANO, Célia Regina. O papel da gestão pedagógica frente ao processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. *Dialogia*, [S. l.], n. 33, p. 47–59, 2019. DOI: 10.5585/dialogia.N33.13671.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, M.A.; MENDES, E.G.; HAYASHI, M.C.P.I. (org.). **Temas em educação especial** : múltiplos olhares. Araraquara: Junqueira & Marin, 2008. 433 p.

ARANHA, A. V. S. **Gestão Educacional novos olhares** – novas abordagens. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

CAMARGO, Flávia Pedrosa de.; PAES DE CARVALHO, Cynthia. O direito à educação de alunos com deficiência: a gestão da política de educação inclusiva em escolas municipais segundo os agentes implementadores. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Bauru, v.25, n.4, p.617-634, Out.-Dez., 2019

FERREIRA, N. S. C.; KUENZER, A. Z. **Gestão democrática da educação**: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 2013

STAINBACK, Susan; STAINBAC, William. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto alegre, Penso 1999.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Formação de professores para a prática na Educação Especial Inclusiva			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	(nome e código) ---	
EMENTA: Formação de professores para a educação especial nos aspectos históricos, sociais e políticos; O educador especial na atualidade seus desafios e possibilidades.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
ENRICONE, Délcia (org.). Ser professor . Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.			
MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A.; CABRAL, L. S. A. (Orgs.). Inclusão escolar e os desafios para a formação de professores em Educação Especial . 1ªed., São Paulo: Marquezine & Manzine – ABPEE, 2015. (Observatório Nacional de Educação Especial).			
MICHELS, M. H. (Org.). A formação de professores de Educação Especial no Brasil : propostas em questão. Florianópolis: UFSC, CED/NUP, 2			
NÓVOA, António (org.). Vidas de Professores . 2ª edição. Porto: Porto Editora, 1995.			
OLIVEIRA, Valeska F. de (Org.). Imagens de professor : significações do trabalho docente. 2ªed. Ijuí: UNIJUÍ, 2004.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
CAIADO, K. R. M; JESUS, D. M. de; BAPTISTA, C.R. (Orgs.). Professores e Educação Especial : formação em foco. Porto Alegre: Mediação/CDV/FACITEC, 2011. (V.1)			
CAIADO, K. R. M; JESUS, D. M. de; BAPTISTA, C.R. (Orgs.). Professores e Educação Especial : formação em foco. Porto Alegre: Mediação/CDV/FACITEC, 2011. (V.2)			
IBERNÓN, F. Formação Continuada de professores . Porto Alegre: Artes Médicas, 2010.			
PEREIRA, J. E. D; ZEICHNER, K.. A pesquisa na formação e no trabalho docente . Belo Horizonte: Autentica, 2008.			
SCHÖN, Donald. Educando o Profissional Reflexivo : um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Direitos Humanos e Diversidade			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	(nome e código) ---	
<p>EMENTA: A constituição histórica dos direitos humanos na sociedade ocidental moderna. Multiculturalismo e Interculturalidade. Políticas de redistribuição, de reconhecimento e de justiça social. Educação e direitos humanos. Os conceitos e os processos de surgimento das diferenças de gênero, sexualidade, etnia e geração na sociedade e na escola. A constituição sócio-histórica da diversidade cultural na sociedade brasileira</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade / 16. ed Rio de Janeiro, RJ : Civilização Brasileira, 2018.</p> <p>CANDAU, Vera. Educação em direitos humanos e formação de professores. Coleção Docência em Formação. Cortez editora, 2016.</p> <p>FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro: Global Editora, 2006.</p> <p>HUNT, Lynn. A invenção dos direitos humanos. São Paulo: Companhia das Letras, 2009</p> <p>RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: companhia das Letras.</p> <p>SANTOS, Boaventura. A Gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez Editora.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP n. 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 maio 2012. Seção 1, p. 48.</p> <p>CANDAU, Vera Maria Ferrão. Cadernos de Pesquisa, v.46 n.161. Cotidiano escolar e práticas interculturais. p.802-820 jul./set. 2016.</p> <p>CANCLINI, Nestor García. Diferentes, desiguais e desconectados. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.</p> <p>CONNEL, Raewyn. Gênero em termos reais. São Paulo: nVersos, 2016.</p> <p>DAVIS, Angela. Mulher, cultura e política. São Paulo: Boitempo, 2017.</p> <p>HADDAD, S.; GRACIANO, M. A educação entre os direitos humanos. Campinas: Autores Associados; São Paulo: Ação Educativa, 2006.</p> <p>FERNANDES, Florestan. O Negro no Mundo dos Brancos. São Paulo: Global Editora, 2007.</p> <p>OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia de colonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. <i>Educ. rev.</i> [online]. v. 26, n.1, p.15-40, 2010. ISSN 0102-4698.</p> <p>WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In Guacira Louro (org.) O corpo educado. Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica</p>			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Psicopedagogia			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	(nome e código) ---	
EMENTA: Natureza das dificuldades e problemas de aprendizagem. Tipos e causas de dificuldades e problemas de aprendizagem. Intervenção pedagógica.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BARBOSA, E. M. S. Psicopedagogia no âmbito da instituição escolar . Curitiba: Expoente, 2001.			
BOSSA, N.A. A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática . 2.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.			
FERREIRA, M. Ação psicopedagógica na sala de aula: uma questão de inclusão . São Paulo. Paulus, 2001.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
GOMES, Maria de Fátima Cardoso; SENA, Maria das Graças de Castro (org.). Dificuldades de aprendizagem na alfabetização . Belo Horizonte: Autêntica, 2000.			
JOSÉ, Elizabeth da A; COELHO, M.T. Problemas de aprendizagem . São Paulo: Ática, 2002.			
MASSINI, E. F. S. (org.). Psicopedagogia na Escola: buscando condições para a aprendizagem significativa . 3.ed. São Paulo: Loyola/ EdMarco, 2002.			
ROTTA, Newra Tellechea. Transtorno de aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar . Porto Alegre: Artmed, 2006.			
SMITH, Corine; STRICK, Lisa. Dificuldades de aprendizagem de A a Z: um guia completo para pais e educadores . Porto Alegre: Artmed, 2001.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Educação e Movimentos Sociais			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	(nome e código) ---	
EMENTA: Estado, movimentos sociais e sociedade civil como construção histórica. Educação e cidadania. A escola como espaço de disputa social. Luta popular pela educação pública e gratuita.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e educação . 8.ed. São Paulo, SP: Cortez, 2017.			
SANTOS, Arlete Ramos dos; COELHO, Livia Andrade; OLIVEIRA, Julia Maria da Silva. (Orgs.). Educação e Movimentos Sociais: Análises e Desafios . São Paulo: Paco Editorial, 2019.			
TORRES, Artemis; SEMERARO, Giovanni; PASSOS, Luiz Augusto. Educação: fronteira política . Cuiabá, MT: UFMT, 2006.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BERGER, Peter L; LUCKMANNI, Thomas. A Construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento . 31. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.			
GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas . Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2014.			

JEZINE, Edineide; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. (Orgs.). **Educação e Movimentos Sociais: novos olhares**. 2.ed. Campinas, SP: Alínea, 2011.

LOPES, Isabel Cristina Chaves. (Org.). **Cultura, Educação e Movimentos Sociais: Experiências E Questões Para O Século XXI**. Curitiba, PR: CRV, 2020.

SANTOS, Arlete Ramos dos et al. (Orgs.). **Movimentos Sociais e Educação: Políticas e Práticas**. Ilhéus, BA: Editus - Editora da UESC, 2020.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código (quando houver)	Tipo	
Educação Ambiental			
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	(nome e código) ---	
EMENTA: Educação Ambiental: histórico, princípios, fundamentos, marco conceitual, teorias pedagógicas, perspectivas e desafios. A Educação Ambiental em espaços formais e não-formais. Metodologia da pesquisa em Educação Ambiental. Elaboração de projetos de Educação Ambiental			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
DIAS, Genebaldo Freire. Atividades interdisciplinares de educação ambiental . 2. ed. São Paulo, SP: Gaia, 2006.			
GUIMARAES, Mauro. A dimensão ambiental na educação . 11. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2013.			
MEDINA, Naná Mininni; SANTOS, Elizabeth da Conceição. Educação ambiental: uma metodologia participativa de formação . 8.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental . Brasília: 2012.			
BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente, saúde / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: 1997.			
SANTOS, Ethynna Marina Correa. Abordagem em educação ambiental: elaboração de um guia ilustrado da fauna do parque Zoobotânico de Teresina - PI . Teresina, PI: EDUFPI, 2012.			
SOUSA, Natalia Rosa de. Abordagem lúdica para a conscientização ambiental na educação infantil utilizando o Rio Parnaíba como escola . Teresina, PI: EDUFPI, 2012.			
RUSCHEINSKY, Aloisio. Educação ambiental: abordagens múltiplas . 2.ed. Porto Alegre, RS: Penso, 2012.			

7 INFRAESTRUTURA FÍSICA

7.1 Instalações e equipamentos

Considerando a estrutura física do *Campus* sede, é possível apontar que há uma infraestrutura física no CCE que se constitui de: Coordenação do Curso de Pedagogia e os Departamentos responsáveis pela lotação dos docentes nos componentes curriculares, sendo o Departamento de Fundamentos da Educação (DEFE) e Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino (DMTE). Há ainda os espaços pertencentes ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE).

No espaço do CCE, há cinco banheiros comuns e três banheiros para uso de pessoas em cadeira de rodas; ampla área de estacionamento de carros, motos e bicicletário. Os espaços didáticos-pedagógicos contam com 13 salas de aula; 40 gabinetes coletivos para professores; uma sala de vídeo com 60 lugares; uma biblioteca setorial e uma central; um Laboratório de Informática da Graduação (LIG); uma Brinquedoteca (Espaço "Peter Pan") que funciona como laboratório com jogos, brinquedos, acervo de livros infantis e materiais lúdicos de uso permanente; um auditório denominado Salomé Cabral com 102 lugares; uma sala para coordenação do Estágio Supervisionado Obrigatório e de professores do quadro temporário; uma sala destinada para projetos diversos, conforme necessidades dos professores.

Ainda no *Campus* sede, o Centro de Ciências da Educação conta com laboratórios e espaços em que podem ser desenvolvidas aulas e demais atividades, a fim de garantir que o cursista possa ter domínio dos conhecimentos necessários à sua formação e atuação profissional, bem como, mais especificamente, os domínios das novas tecnologias aplicadas ao processo educacional.

Há também laboratórios de informática destinados aos alunos de graduação, corroborando o desenvolvimento de atividades propiciadoras da articulação entre as novas tecnologias da comunicação e informação e o campo da educação, além de serem estes espaços legítimos para que os cursistas possam realizar seus trabalhos acadêmicos.

Estrutura similar à apontada no *Campus* sede também pode ser encontrada nos demais Campi da UFPI. No que se refere às outras localidades em que o Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva possa ser ofertado, utilizar-se-á a estrutura dos polos do CEAD, os espaços oferecidos pelas Secretarias de Educação Municipais e Estaduais, além de Laboratórios que também estejam disponíveis.

7.2 Recursos humanos

No momento não haverá necessidade de contratação de pessoal, uma vez que os professores serão selecionados por meio de edital.

7.3 Biblioteca

As demandas bibliográficas do curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva são atendidas pela Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castelo Branco (BCCB), a qual apresenta em seu acervo obras constantes nas bibliografias obrigatórias e complementares de algumas disciplinas do curso para atender aos alunos. Como se trata de curso novo, alguns exemplares serão adquiridos posteriormente. Complementarmente, também podem ser considerados os exemplares existentes em todas as bibliotecas setoriais da UFPI. Além disso, a UFPI dispõe de biblioteca digital com licença contratada para uso ininterrupto e para 100% da quantidade de matrículas oferecidas pela instituição, acesso remoto total para que o aluno acesse de qualquer lugar e qualquer aparelho.

Em outras palavras, a instituição possui um acervo misto, de acordo com a seguinte regra: utiliza-se um título da bibliografia básica do acervo físico e os demais títulos todos da biblioteca digital, de modo que tenha três títulos da bibliografia básica e cinco da bibliografia complementar.

A instituição adota a política de assinatura de periódicos da área de conhecimento do curso no formato digital, pela praticidade de acesso, periódicos científicos de acesso aberto de renome.

Quanto às solicitações à BCCB para atualização do acervo bibliográfico referente ao curso, são seguidas as orientações contidas no PDI sobre a política de atualização do acervo das bibliotecas integrantes Sistema de Bibliotecas da UFPI.

Vale ressaltar que os gestores do curso, quais sejam o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e o Colegiado do Curso, deverão fazer remessa de renovação e/ou ampliação, e até mesmo avaliação do acervo bibliográfico (observando os aspectos de suficiência, atualização e qualidade) de forma semestral, junto à diretoria da Biblioteca Central Jornalista Carlos Castello Branco (BCJCCB/UFPI). Além do que o rol de livros (e outros textos, inclusive virtuais) deverá, em regra, ter disponibilidade na biblioteca. Todas as referências deverão ser aprovadas pelo NDE, por meio de Termo de Anuência.

8 DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

6.2 Equivalência entre projetos pedagógicos

Não se aplica por tratar-se de curso novo.

8.1 Cláusula de vigência

Não se aplica por tratar-se de curso novo.

REFERÊNCIAS

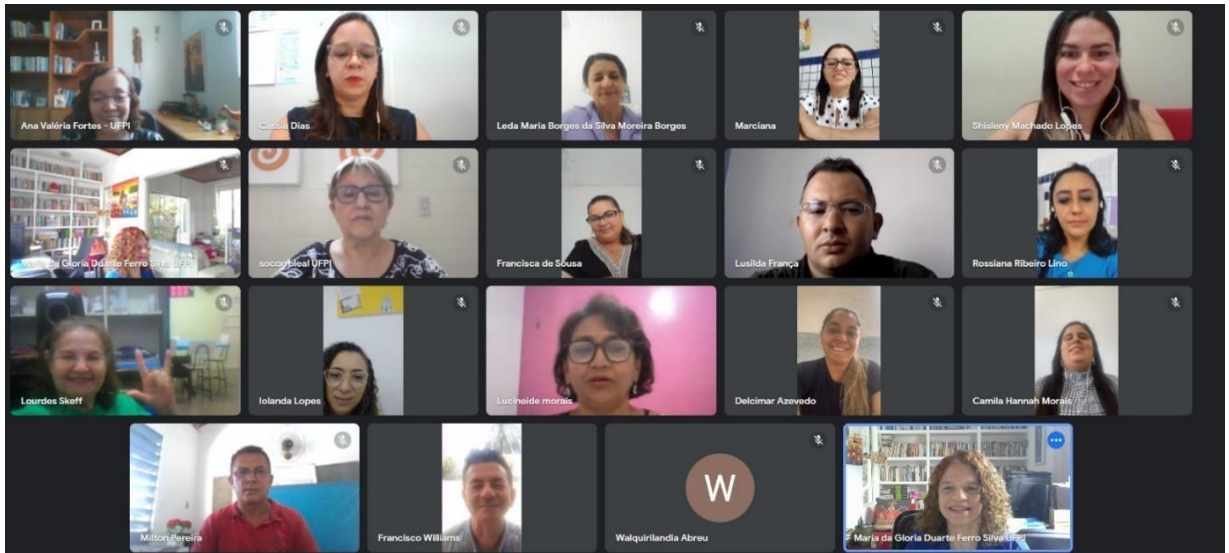
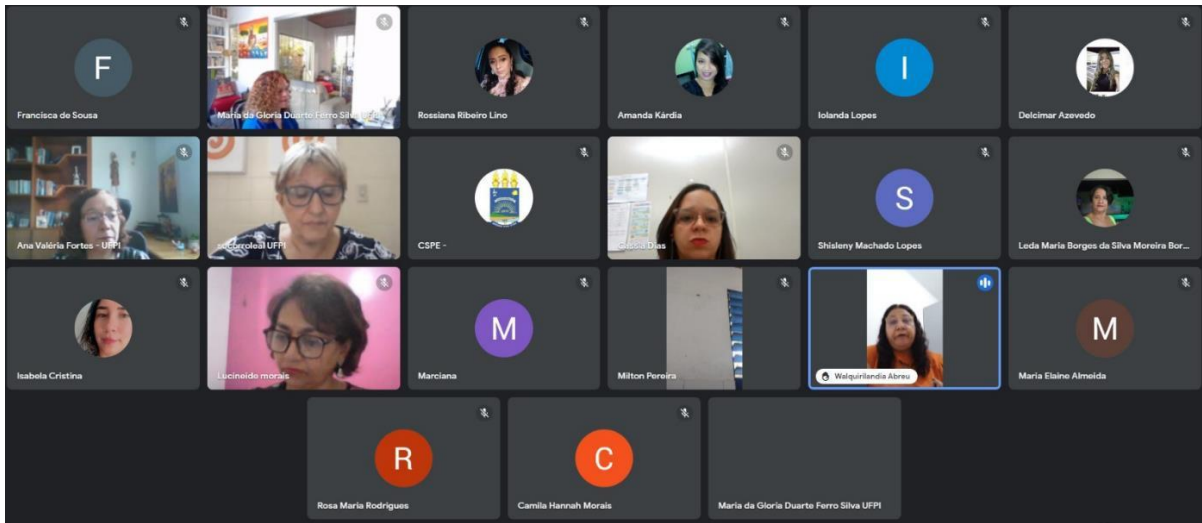
- ALMEIDA, Maria Isabel de; PIMENTA, Selma Garrido. A construção da pedagogia universitária no âmbito da Universidade de São Paulo. In: PIMENTA, Selma Garrido; ALMEIDA, Maria Isabel de. (Orgs.). **Pedagogia Universitária: caminho para a formação de professores**. São Paulo: Cortez, 2011. 245 p. ISBN 9788524918025.
- ANDRÉ, Marli. Formar o professor pesquisador para um novo desenvolvimento profissional. In: ANDRÉ, Marli (org.). **Práticas inovadoras na formação de professores**. Campinas: Papirus, 2016. p. 17-34. (Série Prática Pedagógica).
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2022: Resumo Técnico**. Brasília, 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008
- CORDEIRO, G.N.K.; REIS, N. da S.; HAGE, S. M. **Pedagogia da Alternância e seus desafios para assegurar a formação humana dos sujeitos e a sustentabilidade do campo**. In: Revista Em Aberto, Brasília, v. 24, n. 85, p. 115-125, abr. 2011.
- BRASIL. **RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em 22.mar.2022
- DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. A prática como componente curricular na formação de professores. **Educação**, Santa Maria, v. 36, n. 2, p. 203-218, maio/ago. 2011.
- FERREIRA, F. S.; REBELO, A. S.; KASSAR, M. C. M. Professores, tecnologias digitais e inclusão escolar: desafios da política de educação especial em um município brasileiro. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 16, n. esp.2, p. 1307-1324, maio, 2021. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v16iesp2.15127>
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- GATTI, Bernardete Angelina et al. **Professores do Brasil: novos cenários de formação**. Brasília: UNESCO, 2019.
- IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2022 / IBGE**, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. 154 p.: il. (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, ISSN 1516-3296; n. 49)
- KASSAR, M.C.M. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em Revista** (Impresso), v. 41, p. 61-79, 2011.
- LOPES, Mariana Moraes; MENDES, Enicéia Gonçalves. Profissionais de apoio à inclusão escolar: quem são e o que fazem esses novos atores no cenário educacional? **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, e280081, 2023
- MANZINI, E. J. Tecnologia assistiva para educação: recursos pedagógicos adaptados. In: Ensaio pedagógicos: construindo escolas inclusivas. Brasília: SEESP/MEC, 2005. p. 82-86

- MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A.; CABRAL, L. S. A. (Orgs.). **Inclusão escolar e os desafios para a formação de professores em Educação Especial**. 1ªed., São Paulo: Marqueline & Manzini – ABPEE, 2015. (Observatório Nacional de Educação Especial).
- MENDES, E. G.; VILARONGA, C.A. R.; ZERBATO, A. P. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial**. São Carlos: EdUFSCar. 2014.
- MENDES, Enicéia Gonçalves; SANTOS, Vivian; SEBIN, Bruna Raffaini. **Política de educação especial no Brasil: Análise da Produção de Textos de 2004 a 2019**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.
- MICHELS, M. H.(Org.). **A formação de professores de Educação Especial no Brasil: propostas em questão**. Florianópolis: UFSC, CED/NUP, 2017.
- PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática**. 11. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012.
- PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. **Estágio e docência**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção docência em formação – Série saberes pedagógicos).
- PLETSCH, Márcia Denise et al (Orgs.). **Acessibilidade e Desenho Universal Aplicado à Aprendizagem na Educação Superior**. Nova Iguaçu: ObEE, 2020.
- PLETSCH, Márcia Denise et al. (Orgs.). **Acessibilidade e Desenho Universal na Aprendizagem**. Campos dos Goytacazes (RJ): Encontrografia, 2021
- SANTOS, Suelen da Silva. Política de inclusão escolar na perspectiva dos professores do Atendimento Educacional Especializado do município de Teresina. **Dissertação**. (Mestrado). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2022.
- SANTOS, Vivian.; TORRES, Josiane Pereira.; MENDES, Enicéia Gonçalves. Análise da produção científica brasileira sobre o Atendimento Educacional Especializado. **Educação**, Batatais, v. 6, n. 3, p. 11-24, jul./dez. 2016.
- TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- TELES, Stela Martins; ROSSATO, Maristela. O estágio supervisionado como espaço de produção de significados sobre a profissão docente. **Boletim de Conjuntura (BOCA)** ano V, vol. 15, n. 44, Boa Vista, 2023.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Alternativas pedagógicas para a formação do professor da educação superior. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; VIANA, Maria Quevedo Quixadá (org.). **Docentes para a educação superior: processos formativos**. Campinas: Papyrus, 2010. p. 13-27.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Educação superior: políticas educacionais, currículo e docência**. Curitiba: CRV, 2016.
- ZERBATO, Ana Paula.; VILARONGA, Carla Ariela Rios.; SANTOS, Jessica Rodrigues. Atendimento Educacional Especializado nos Institutos Federais: reflexões sobre a atuação do

professor de educação especial. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Bauru, v.27, e0196, p.319-336, jan.-dez., 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Imagens das Rodas de Diálogo para a escuta qualificada dos participantes



ANEXOS

Anexo A - Manifestação de interesse com diagnóstico acerca das necessidades formativas locais



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BATALHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



Ofício nº 001/2023

Batalha, 23 de outubro de 2023

Ao Senhor
GILDÁSIO GUEDES FERNANDES
Reitor da Universidade Federal do Piauí - UFPI
Campus Universitário Ministro Petrônio Portella
Bairro Ininga – CEP 64049-550 – Teresina – PI

Assunto: Oferta de cursos de licenciatura no âmbito do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR EQUIDADE.

Magnífico Reitor,

Ao cumprimentar V. Maga., servimo-nos do presente para manifestar nosso interesse pela oferta de cursos de **Licenciatura em Educação do Campo; Licenciatura em Educação Escolar Quilombola; Licenciatura em Educação Especial Inclusiva e Licenciatura em Educação Bilíngue de Surdos** no âmbito do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR EQUIDADE.

A nossa proposição está fundamentada em diagnóstico acerca das necessidades locais quanto à formação de professores e do público de demanda social para a área dos cursos solicitados, realizado conjuntamente com as comunidades a serem atendidas, utilizando-se como subsídios os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Educacenso e de cadastro realizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Secretaria de Assistência Social.

O Censo Demográfico de 2022 indica que a população residente no município de Batalha é de **26.300 (vinte e seis mil e trezentos)** e cerca de 70% dessa população vive em área Rural, sendo que o município possui 24 Assentamentos onde residem cerca de 1.298 famílias. De acordo com o último levantamento de cadastro realizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Secretaria de Assistência Social nas 04 comunidades Quilombolas do município, residem cerca de 153 famílias, sendo um total de **780 (setecentos e oitenta)** habitantes são pessoas autodeclaradas Quilombolas.

De acordo com os dados do Educacenso, há mais de **4.320 (quatro mil trezentos e vinte)** estudantes da educação básica matriculados na rede municipal de ensino. Destes **65 (sessenta e cinco)** são atendidos em Salas de AEE Atendimento Educacional Especializado e **150 (cento e cinquenta)** são atendidos no Centro de Apoio Educacional Especializado (CAEE) recentemente inaugurado no município.

Ante o exposto e do grande alcance social dessa ação do governo federal, que além de formar professores que já atuam nessas áreas sem terem a formação específica oportunizará o ingresso na educação superior de pessoas oriundas de grupos historicamente marginalizados em nossa sociedade, e reconhecendo o compromisso da UFPI (maior universidade pública do estado do Piauí), com um projeto de sociedade mais inclusiva, pautado por parâmetros de mérito e qualidade acadêmica em todas as suas áreas de atuação, reiteramos a oferta dos cursos supramencionados por esta IES.

Renovamos votos de mais elevada estima e respeito e ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,



Luiz Segundo de Carvalho Sobrinho
Secretário de Educação do Município
de Batalha - PI-

fvo.. 31 0.Δ úO V-!r74< 01:VI V

Francisco José de Carvalho

Liderança da comunidade Quilombola Manga/Iús do Município
De Batalha - PI

Larissa Sousa Cruz
ASSISTENTE SOCIAL
GRESS: N° 4249. 22ª REGIÃO-PI

Larissa Sousa Cruz
Coordenadora do CABE Centro de Apoio da Educação Especial
do Município de Batalha - PI



FLORIANO
GOVERNO MUNICIPAL

EDUCAÇÃO
secretaria Municipal
de Educação

Ofício GAB. SEMED nº 0120/2023

Floriano-PI, 24 de outubro de 2023.

Ao Senhor

GILDÁSIO GUEDES FERNANDES

Reitor da Universidade Federal do Piauí - UFPI

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella

Bairro Ininga-CEP 64049-550-Teresina-PI

Assunto: Oferta de cursos de licenciatura no âmbito do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR EQUIDADE.

Magnífico Reitor,

Ao cumprimentar V. Maga., servimo-nos do presente para manifestar nosso interesse pela oferta de cursos de **Licenciatura em Educação Especial Inclusiva e Licenciatura em Educação Bilingue de Surdos** no âmbito do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica- PARFOR EQUIDADE.

A nossa proposição está fundamentada em diagnóstico acerca das necessidades locais quanto à formação de professores e do público de demanda social para a área dos cursos solicitados.

De acordo com os dados do Educacenso, há mais de **7.518 (sete mil e quinhentos e dezoito)** estudantes da educação básica matriculados na rede municipal de ensino. Destes **585 (quinhentos e oitenta e cinco)** são público-alvo da Educação Especial, sendo que **265 (duzentos e sessenta e cinco)** atendidos em salas de Apoio Educacional Especializado (AEE).

Ante o exposto e do grande alcance social dessa ação do governo federal, que além de formar professores que já atuam nessas áreas sem terem a formação específica oportunizará o ingresso na educação superior por outras pessoas, e reconhecendo o compromisso da UFPI, com um projeto de sociedade mais inclusiva, pautado por parâmetros de mérito e qualidade acadêmica em todas as suas áreas de atuação, reiteramos a oferta dos cursos supramencionados por esta IES.

Renovamos votos de mais elevada estima e respeito e ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Nylfranyo Ferreira dos Santos

Secretário Municipal de Educação

Portaria GAB.PMF nº 006/2021

Ofício N° 442/2023

Luzilândia (PI), 24 de Outubro de 2023.

Ao Senhor
GILDÁSIO GUEDES FERNANDES
Reitor da Universidade Federal do Piauí - UFPI
Campus Universitário Ministro Petrônio Portella
Bairro Ininga – CEP 64049-550 – Teresina – PI

Assunto: Oferta de cursos de licenciatura no âmbito do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR EQUIDADE.

Magnífico Reitor,

Ao cumprimentar V. Maga., servimo-nos do presente para manifestar nosso interesse pela oferta de cursos de 1ª Licenciatura em Educação do Campo; 1ª Licenciatura em Educação Especial Inclusiva no âmbito do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR EQUIDADE.

A nossa proposição está fundamentada em diagnóstico acerca das necessidades locais quanto à formação de professores e do público de demanda social para a área dos cursos solicitados, realizado conjuntamente com as comunidades a serem atendidas, utilizando-se de dados locais visto que temos em nosso Município a Escola do Campo Unidade Escolar Bernardo Sabino localizado no Assentamento Palmares e temos a necessidade de formação Superior de profissionais especializados na área afim de darmos uma educação de qualidade para a população Luzilandense,

De acordo com os dados do Educacenso, há mais de 6.200 (seis mil e duzentos)

Estudantes da educação básica matriculados na rede municipal de ensino. Destes 252 (duzentos e cinquenta e dois) são público-alvo da Educação Especial, todos atendidos em salas de Apoio Educacional Especializado (AEE).

Ante o exposto e do grande alcance social dessa ação do governo federal, que além de formar professores que já atuam nessas áreas sem terem a formação específica oportunizará o ingresso na educação superior de pessoas oriundas de grupos historicamente marginalizados em nossa sociedade, e reconhecendo o compromisso da UFPI (maior universidade pública do estado do Piauí), com um projeto de sociedade mais inclusiva, pautado por parâmetros de

mérito e qualidade acadêmica em todas as suas áreas de atuação, reiteramos a oferta dos cursos supramencionados por esta IES.

Renovamos votos de mais elevada estima e respeito e ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

ANTONIA LAIANA DA COSTA FENELON
Secretária Municipal de Educação



Estado do Piauí
Prefeitura Municipal de Pedro
Secretaria Municipal de Educação – SEMED

Ofício nº 0110/2023

Pedro II - PI, 24 de outubro de 2023

Ao Senhor

GILDÁSIO GUEDES FERNANDES

Reitor da Universidade Federal do Piauí - UFPI
Campus Universitário Ministro Petrônio Portella
Bairro Ininga – CEP 64049-550 – Teresina – PI

Assunto: Oferta de cursos de licenciatura no âmbito do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR EQUIDADE.

Magnífico Reitor,

Ao cumprimentar V. Maga., servimo-nos do presente para manifestar nosso interesse pela oferta de cursos de **Licenciatura Intercultural Indígena; Licenciatura em Educação Especial Inclusiva e Licenciatura em Educação Bilíngue de Surdos** no âmbito do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR EQUIDADE.

A nossa proposição está fundamentada em diagnóstico acerca das necessidades locais quanto à formação de professores e do público de demanda social para a área dos cursos solicitados, realizado conjuntamente com as comunidades a serem atendidas, utilizando-se como subsídios os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Educacenso.

O Censo Demográfico de 2022 indica que a população residente no município Pedro II é de **37.894 (trinta e sete mil oitocentos e noventa e quatro)** habitantes e **6.331 (seis mil trezentos e trinta e um)** na região vizinha de Lagoa de São Francisco sendo deste total **450 (quatrocentos e cinquenta)** são pessoas autodeclaradas indígenas.

De acordo com os dados do Educacenso, há mais de **6.040 (seis mil e quarenta)** estudantes da educação básica matriculados na rede municipal de ensino de Pedro II e **156 (cento e cinquenta e seis)** estudantes na região vizinha de Lagoa de São Francisco, se autodeclaram indígenas. Ainda no município de Pedro II **175 (cento e setenta e cinco)** estudantes são público-alvo da Educação Especial, todos atendidos em salas de Apoio Educacional Especializado (AEE).

Ante o exposto e do grande alcance social dessa ação do governo federal, que além de formar professores que já atuam nessas áreas sem terem a formação específica oportunizará o ingresso na educação superior de pessoas oriundas de grupos historicamente marginalizados em nossa sociedade, e reconhecendo o compromisso da UFPI (maior universidade pública do estado do Piauí), com um




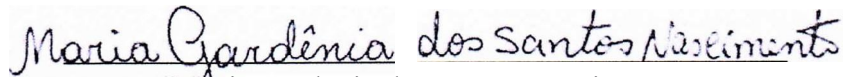
Estado do Piauí
Prefeitura Municipal de Pedro
Secretaria Municipal de Educação - SEMED

projeto de sociedade mais inclusiva, pautado por parâmetros de mérito e qualidade acadêmica em todas as suas áreas de atuação, reiteramos a oferta dos cursos supramencionados por esta IES.

Renovamos votos de mais elevada estima e respeito e ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,


Helany Max de Sousa
Secretária de Educação do Município
de Pedro II - PI


Maria Gardênia dos Santos Nascimento

Liderança Indígena Povos tabajara e tapuio de Nazaré-Lagoa de São Francisco-PI
Liderança da comunidade Indígenas das regiões dos Municípios de Pedro II
e Lagoa de São Francisco-PI

Ofício nº 326/2023

Piripiri, 24 de outubro de 2023

Ao Senhor

GILDÁSIO GUEDES FERNANDES

Reitor da Universidade Federal do Piauí - UFPI
Campus Universitário Ministro Petrônio Portella
Bairro Ininga – CEP 64049-550 – Teresina – PI

Assunto: Oferta de cursos de licenciatura no âmbito do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR EQUIDADE.

Magnífico Reitor,

Ao cumprimentar V. Maga., servimo-nos do presente para manifestar nosso interesse pela oferta de cursos de **Licenciatura Intercultural Indígena; Pedagogia Intercultural Indígena; Licenciatura em Educação Especial Inclusiva e Licenciatura em Educação Bilíngue de Surdos** no âmbito do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR EQUIDADE.

A nossa proposição está fundamentada em diagnóstico acerca das necessidades locais quanto à formação de professores e do público de demanda social para a área dos cursos solicitados, realizado conjuntamente com as comunidades a serem atendidas, utilizando-se como subsídios os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Educacenso.

O Censo Demográfico de 2022 indica que a população residente no município de Piripiri é de **65.450 (sessenta e cinco mil e quatrocentos e cinquenta)** habitantes e deste total **1.370 (mil trezentas e setenta)** são pessoas autodeclaradas indígenas.

De acordo com os dados do Educacenso, há 10.532 (**dez mil quinhentos e trinta e dois**) estudantes da educação básica matriculados na rede municipal de ensino. Destes **191 (cento e noventa e um)** se autodeclararam indígenas

Ante o exposto e do grande alcance social dessa ação do governo federal, que além de formar professores, que já atuam nessas áreas sem terem a formação específica, oportunizará o ingresso na educação superior de pessoas oriundas de grupos historicamente marginalizados em nossa sociedade e reconhecendo o compromisso da Universidade Federal do Piauí (maior universidade pública do estado do Piauí), com um projeto de sociedade mais inclusiva, pautado por parâmetros de mérito e qualidade acadêmica em todas as suas áreas de atuação, reiteramos a oferta dos cursos supramencionados por esta IES.

Renovamos votos de mais elevada estima e respeito e ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Tânia Marilda de Oliveira Monteiro Lima

Tânia Marilda de Oliveira Monteiro Lima
Secretária de Educação do Município
de Piripiri - PI



PICOS
PREFEITURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PICOS - PI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CEP 64.600-004 CNPJ 02.289.047/0001-42
Telefone (89) 3422-5516 - E-mail: smepicos2@gmail.com
Rua: Santo Antônio- Nº 74
Centro

Ofício nº **185/2023**

Picos, 08 de novembro de 2023

Ao Senhor

GILDÁSIO GUEDES FERNANDES

Reitor da Universidade Federal do Piauí - UFPI
Campus Universitário Ministro Petrônio Portella
Bairro Ininga – CEP 64049-550 – Teresina – PI

Assunto: Oferta de cursos de licenciatura no âmbito do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR EQUIDADE.

Magnífico Reitor,

Ao cumprimentar V. Maga, servimo-nos do presente para manifestar nosso interesse pela oferta de cursos de **Licenciatura em Educação Quilombola, Licenciatura em Educação Especial Inclusiva e Licenciatura em Educação Bilíngue de Surdos** no âmbito do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR EQUIDADE.

A nossa proposição está fundamentada em diagnóstico acerca das necessidades locais quanto à formação de professores e do público de demanda social para a área dos cursos solicitados, realizado conjuntamente com as comunidades a serem atendidas, utilizando-se como subsídios os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2022 e do Educa censo. Tabela 9578 - População residente, total e quilombola, por localização do domicílio - Primeiros Resultados do Universo

O Censo Demográfico de 2022 indica que a população residente no município de Picos é **83.090** habitantes, sendo que **8.494 (Oito mil quatrocentos e noventa e quatro)** estão matriculados ativamente na educação básica de ensino. Destes **380 (Trezentos e Oitenta)** são público-alvo da Educação Especial, todos atendidos em salas de Apoio Educacional Especializado (AEE). **36** (trinta e seis), profissionais de apoio escolar em salas de AEE, amparados pela lei (Lei 13.146/2015).

Em **2010 o IBGE**, mostra que **23.043** (vinte e três mil e quarente e três), da população foram diagnosticados com algum tipo de deficiência independente de sexo, cor ou raça. Sobre a população Quilombolas na cidade de Picos **34 (Trinta e Quatro)** se autodeclararam quilombolas.



PICOS
PREFEITURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PICOS - PI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CEP 64.600-004 CNPJ 02.289.047/0001-42
Telefone (89) 3422-5516 - E-mail: smepicos2@gmail.com
Rua: Santo Antônio- Nº 74
Centro

**TOTAL DE ALUNOS ESPECIAIS (AEE) MATRICULADOS NA REDE E
PROFISSIONAIS QUE ATUAM NAS SALAS DE (AEE) NOS MUNICÍPIOS ABAIXO:**

MUNICÍPIO	Total alunos	Profissionais da educação atuando
Picos	380	36
Santo Antº de Lisboa	40	
Francisco Santos	17	
Bocaina	18	
Sussuapara	15	02

Fonte: Sistema Educacenso 2023. / <https://censobasico.inep.gov.br/censobasico/#/>

Ainda de acordo com o **Censo Demográfico de 2022**, dezessete cidades próximas a Picos tem uma população significantes de quilombolas.

Fonte IBGE, Censo demográfico 2023.

MUNICÍPIO	QUILOMBOLAS	% DE QUILOMBOLAS
São João do Piauí	2.152	10,0
Isaias Coelho	2.141	27,54
Fartura do Piauí	1.952	36,94
São João da Varjota	1.173	26,76
Várzea Branca	1.390	27,50
Queimada Nova	1.008	11,54
Campo Largo do Piauí	945	12,74
São José do Piauí	863	13,08
Colônia do Piauí	741	10,60
Paquetá do Piauí	741	10,6
Campo Grande do Piauí	123	2,04
Wall Ferraz	73	1,8
Pio IX	66	0,37
Monsenhor Hipólito	53	0,17
Picos	34	0,04
Patos do Piauí	12	0,22
Itainópolis	11	0,1
São João da Canabrava	7	0,7
Jaicós	6	0,03

Ante o exposto e do grande alcance social dessa ação do governo federal, que além de formar professores que já atuam nessas áreas sem terem a formação específica oportunizará o



PICOS
P R E F E I T U R A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PICOS - PI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CEP 64.600-004 CNPJ 02.289.047/0001-42

Telefone (89) 3422-5516 - E-mail: smepicos2@gmail.com

Rua: Santo Antônio- Nº 74

Centro

ingresso na educação superior de pessoas oriundas de grupos historicamente marginalizados em nossa sociedade, e reconhecendo o compromisso da UFPI (maior universidade pública do estado do Piauí), com um projeto de sociedade mais inclusiva, pautado por parâmetros de mérito e qualidade acadêmica em todas as suas áreas de atuação, reiteramos a oferta dos cursos supramencionados por esta IES.

Renovamos votos de mais elevada estima e respeito e ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Noêmia Moreira Feitosa Marques
Secretária Municipal de Picos

Ofício nº 161/2023

Uruçuí, 24 de outubro de 2023

Às Senhoras

talDÁSIO (IEDES FERNANDES

Retil) da Universidade Federal do Piauí - UFPI

Campus I nívelsário Ministro Peirão Portella

Haim.) Ininga CEP 64049-550 - Teresinn - PI

Assunto: Oferta de cursos de licenciatura no âmbito do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR EQUIDADE.

Magnífico Reitor.

Ao cumprimentar V. Maga., servimo-nos do presente para manifestar nosso interesse pela oferta de cursos de **Licenciatura Intercultural indígena; Pedagogia Intercultural Indígena; Licenciatura em Educação Especial Inclusiva e Licenciatura em Educação Bilingue de Surdos** no âmbito do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR EQUIDADE.

A nossa proposição está fundamentada em diagnóstico acerca das necessidades locais quanto à formação de professores e do público de demanda social para a área dos cursos solicitados, realizado conjuntamente com as comunidades a serem atendidas, utilizando-se como subsídios os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Educenso.

O Censo Demográfico de 2022 indica que a população residente no município de Uruçuí de 2003 (vinte e dois mil e duzentos e três) habitantes e deste total 262 (duzentos e sessenta e dois) são pessoas autodeclaradas indígenas.

De acordo com os dados do Educenso, há mais de 4.021 (quatro mil e vinte e um) estudantes da educação básica matriculados na rede municipal de ensino. Destes 63 (sessenta e três) são autodeclarados indígenas e 114 (cento e quatorze) são público-alvo da Educação Especial, todos atendidos em salas de Apoio Educacional Especializado (AEE).

Ante o exposto e do grande alcance social dessa ação do governo federal, que além de formar professoras nessas áreas sem terem a formação específica oportunizará o ingresso na educação superior de pessoas oriundas de grupos historicamente marginalizados e reconhecendo o compromisso da UFPI (Universidade pública do Brasil) com um projeto de sociedade mais inclusiva, pautado por parâmetros de mérito e qualidade em todas as suas áreas de atuação, reiteramos a oferta dos cursos solicitados por este IES.

Respeitosamente e com mais devida estima e respeito e ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente.



PRER

PRfErTuRA MLUOPAI OEURUCUI
CNPJ oe • 81110001 90
SfCRfT AA1ADE EOUACÃO



Reimar Gomes de Sousa
Reimar Gomes de Sousa
Secretária de Educação do Município
de Uruçuí - PI

Anel Pereira Borges

Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Uruçuí e Membro da comunidade do
Município de Uruçuí - PI

Delrenir Pereira Borges dos Santos

Cacica Indígena Guegês da Comunidade Sangue e Coordenadora dos Povos Originários na
Superintendência de Igualdade Racial e Povos Originários SASC.



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDUC
UNIDADE DE ENSINO APRENDIZAGEM
GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL- GEE
NÚCLEO DE ATIVIDADES DE ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO
e-mail: naahspiaui@hotmail.com Fone: 3216-2627 / 3229-5679

Ofício nº 44/ 2023

Teresina, 14 de novembro de 2023

Ao Senhor
GILDÁSIO GUEDES FERNANDES
Reitor da Universidade Federal do Piauí- UFPI
Campus Universitário Ministro Petrônio Portella
Bairro Inínga- CEP 64049-550 -Teresina- PI

Assunto: Oferta de cursos de licenciatura no âmbito do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR EQUIDADE.

Magnífico Reitor,

Ao cumprimentar V. Maga., servimo-nos do presente para manifestar nosso interesse pela oferta de cursos de **Licenciatura em Educação Especial Inclusiva** no âmbito do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR EQUIDADE.

A nossa proposição está fundamentada em diagnóstico acerca das necessidades locais quanto à formação de professores e do público de demanda social para a área do curso solicitado, realizado conjuntamente com as comunidades a serem atendidas, utilizando-se como subsídios os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Educacenso.

De acordo com o Censo Escolar de 2020, cerca de 24 mil estudantes foram informados como alunos com altas habilidades ou superdotação, o que corresponde a 1% deste total. Entretanto, esse número pode ser bem maior, considerando os dados da Organização Mundial de Saúde - OMS, que afirma ser de 15 a 20 % o número de alunos, da educação básica, com altas habilidades ou superdotação. Avaliando esses dados e tomando como referência o nosso estado, percebemos estar muito aquém do desejável, à identificação e o atendimento às necessidades dos alunos com AH/SD, e, para levantar esses índices de identificação e a oferta de serviços, não apenas no NAAH/S, como também nas Salas de Recursos Multifuncionais (SEM) e salas regulares de ensino, toma-se primordial e urgente investir em qualificação profissional, através de cursos de licenciaturas voltados a este público.

Para que pessoas com características de altas habilidades ou superdotação sejam atendidas satisfatoriamente, é necessário realizar, inicialmente, o processo de identificação com o objetivo de estabelecer ações pedagógicas adequadas que possam atender suas necessidades educacionais especiais, sociais e emocionais. Para isso é preciso que o profissional que o atenda conheça de Políticas educacionais relacionadas às AH ou SD; Conceitos sobre altas habilidades ou superdotação; Concepção de superdotação dos três anéis de Renzulli (adotada no Brasil);

Operação Houndst-00th - Renzulli; Características de pessoas com altas habilidades; Conceitos de inteligências: Teoria das inteligências múltiplas - Howard Gardner; Teoria Triárquica da Inteligência - Robert Stenberg; Epistemologia Genética - Jean Piaget; Criatividade - Modelo componencial de criatividade - Amabile (1996); Perspectiva de sistemas - Csikszentmihalyi (1988 a 1996); Mitos sobre altas habilidades; Dupla Excepcionalidade; Processo de identificação das AH ou SD; Etapas de atendimento NAAHS Piauí; Funções executivas; Práticas educacionais para alunos com altas habilidades: - Flexibilização/ aceleração - Agrupamento - Enriquecimento intracurricular e extracurricular; O modelo triádico de enriquecimento;

Ante o exposto e do grande alcance social dessa ação do Governo Federal que visa melhorar à formação dos professores que já atuam nessa área, e que oportunizará também, o ingresso de outras pessoas tradicionalmente marginalizadas, no ensino superior, e reconhecendo o compromisso da UFPI no empenho de um projeto de sociedade mais inclusiva, reiteramos a oferta do curso supramencionado por esta IES.

Renovamos votos de mais elevada estima e respeito e ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Ó 1 Jb
Sa,  ra Maria Nogueira Cruz
Diretora do NAAHS
oit. G3E nº 0467/2017
CPF: 827.170.013-87

•

••
